



Programa de  
Pós-Graduação em  
**Linguística**

**Diretividade em Português Brasileiro: formas, funções e usos**

SÃO CARLOS  
2023



Universidade Federal de São Carlos

YAN MASETTO NICOLAI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**DIRETIVIDADE EM PORTUGUÊS BRASILEIRO: FORMAS, FUNÇÕES E USOS**

**YAN MASETTO NICOLAI**

Bolsista CAPES

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Dirceu Cléber Conde

Co-orientador: Prof. Dr. Kai von Fintel

São Carlos - São Paulo - Brasil

2023



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Linguística

---

### Folha de Aprovação

---

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Yan Masetto Nicolai, realizada em 26/07/2023.

#### Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Dirceu Cleber Conde (UFSCar)

Prof. Dr. Kai von Fintel (MIT)

Prof. Dr. Marcelo Barra Ferreira (USP)

Profa. Dra. Simone Lúcia Guesser (UFRR)

Prof. Dr. Renato Miguel Basso (UFSCar)

Prof. Dr. Sandra Quarezemin (UFSC)



Documento assinado digitalmente  
DIRCEU CLEBER CONDE  
Data: 21/09/2023 14:56:49-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Agradecimento especial ao Conselho de Apoio à Pesquisa - CAPES pelo subsídio de bolsa de estudos

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.

*O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastante simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: “Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!”*

Jean-Jacques Rousseau, 1755

*In memoriam*

*Maria de Lourdes Scoss Nicolai*  
*Mauro Aparecido dos Santos*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por toda a força de encarar todos os desafios que me foram propostos – e que cobrei de mim mesmo.

À minha amada e carinhosa esposa Fernanda Lazzarini, que durante tantas noites e tantos dias suportou meus comentários sobre imperativos, impregnados de perguntas e questionamentos que a causavam forte tédio. À filhota e apelidada de **Furacãozinho 3000**, Lavínia Lazzarini Masetto, que, bem, ainda vai aturar muito o pai com suas perguntas e questionamentos.

A meu orientador Cléber que, sem ele, não haveria nenhum tipo de autonomia e liberdade para desenvolver o trabalho e a mim mesmo, oferecendo-me o que há de mais precioso: o sentimento de ser tratado como outro ser humano.

A Kai von Fintel que, como co-orientador, contribuiu demais para minha evolução científica em discussões que, em vários momentos, a falta de domínio linguístico atrapalhou e, mesmo assim, teve paciência para lidar e me encaminhar.

Ao professor Renato Miguel Basso, que se dispôs a responder tantos e-mails, além de contribuir com apontamentos e questionamentos enriquecedores que geraram o produto final aqui escrito, até mesmo tornando a prática esportiva de questionar meu trabalho.

Aos membros da banca: à professora Simone Guesser, pelo aceite e, também, pela disposição de promover os estudos formais através de uma obra cujo capítulo de minha autoria – junto ao Cleber – irá compor o volume.

À professora Sandra Quarezemin, novo membro na banca, que se dispôs a ler e comentar os tópicos que ajudaram no melhor desdobramento de alguns conteúdos.

Ao professor Marcelo Ferreira, também pelo aceite e, não só, pela forma indireta de haver contribuído para minha formação com seu Manual de Semântica Formal. Agradeço imensamente à disposição de leitura, fazer comentários e participar da arguição deste trabalho com maestria, fazendo com que ele crescesse e evoluísse.

A todos os membros do Grupo de Grupo de Pesquisa em Semântica, Sintaxe e Pragmática Formais – **GeSER** – que estiveram dispostos a me ajudar teórica e psicologicamente, encarando inúmeros exemplos levados por mim durante esses quatro longos anos, em meio a uma pandemia global, que suportaram várias mensagens discutindo exemplos, agramaticalidades e algumas hipóteses malucas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar que permitiu o melhor andamento para o período sob sua supervisão.

Por fim, à CAPES, por haver me oferecido subsídio material a fim de que pudesse realizar minha pesquisa científica durante o período de meu doutoramento pelo período de 51 meses.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- [ ] – Interpretação semântica
- <sup>c</sup> – Parâmetro de interpretação de contexto
- <sup>t</sup> – Parâmetro de interpretação de tempo
- <sup>w</sup> – Parâmetro de interpretação de mundo possível
- \* – Sentença agramatical
- ? – Inaceitabilidade semântica
- # – Inaceitabilidade pragmática
- ¬ – Operador de negação
- [IMP] – Operador abstrato sintático de Imperativo
- [directive] – Operador abstrato sintático de força diretiva
- [IF] – Proposição da sentença condicional
- [irrealis] – Operador abstrato sintático de ação não realizada
- [INFINITIVE] – Operador abstrato sintático de modo Infinitivo
- [SUBJUNCTIVE] – Operador abstrato sintático de Subjuntivo
- [ULT] – Proposição da sentença ultimato
- [+Wh] – Operador abstrato sintático de sentença interrogativa
- IMP – Sentença imperativa
- – Operador modal de Necessidade
- ◇ – Operador modal de Possibilidade
- 2ª pessoa(s)/2P – Equivalente a *você* ou *vocês*
- Ad – *Addressee* (ouvinte/interlocutor)
- Adv – Advérbio
- Ag – Agentividade ou agente da ação
- AI – Ato (de fala) Ilocucionário
- AL – Ato (de fala) Locucionário
- AP – Ato (de fala) Perlocucionário
- CB – *Conversational Background*
- CG – *Commonground*
- F ou Sp – Falante ou *Speaker*
- FD – Força diretiva
- FI – Força Ilocucionária
- FID – Força ilocucionária diretiva
- Futuridade – Projeção temporal necessária de uma sentença para o futuro
- GW – *Good Wishes*
- NEG – Escopo de negação
- O – Ouvinte
- p* ou ¬*p* – Proposição e escopo de negação sobre a proposição
- PB – Português brasileiro
- PRO – Posição ocupada sem atribuição de Caso
- q* – Proposição
- t*<sup>0</sup> – Tempo inicial ou tempo do proferimento
- t* – Tempo
- v* – Mundo possível diferente de *w*
- w* – Mundo possível
- w*<sup>@</sup> – Mundo possível atual ou real



## RESUMO

A presente tese foca-se em analisar, através do aparato formal da Sintaxe, Semântica e Pragmática, os imperativos em português brasileiro e suas características, promovendo uma descrição do objeto no que tange à sua estrutura – a hierarquia sintática dos nós funcionais para valoração de traços- $\phi$ , o seu significado semântico e a relação entre falante-ouvinte, além do caminho interpretativo pragmático da diretividade em português brasileiro. Para isso, o presente trabalho se desdobra em dois blocos: o primeiro trata das sentenças imperativas a partir da Cartografia sintática (CINQUE, 1999), e que para o presente objetivo coloca-se a necessidade de valorar os traços de *irrealis*, *futuridade* e *diretividade* em seus respectivos nós - *MoodIrrealisP*, *AspectProximativeP* e *MoodSpeechActP*. Ao fim, levantamos o aspecto do português brasileiro (PB) não ser da classe de *True-imperative* (RIVERO; TERZI, 1995), propondo duas estruturas superiores: para os casos como PB, o nó funcional é *ForceP*; para línguas do outro tipo – como espanhol – tem-se *ImperativeP*. Ainda no campo sintático, discutiremos a presença de sujeitos pronunciados em uma perspectiva interlinguística, em que comparamos com alemão e espanhol, além dos limites do elemento indexical ser preferível nos usos pronunciados. Na parte semântica, discutimos algumas abordagens – Teoria Modal (KAUFMANN, 2014), Teoria da Performatividade (CONDORAVDI; LAUER, 2012) e Teoria da Propriedade (PORTNER, 2004). A proposta adotada pela tese é a da Propriedade, com adaptações – os desejos do falante atualizam os fazeres de seu *addressee* –, através do engajamento típico dos imperativos. Para isso, atualiza-se o conjunto dos fazeres do *addressee*, para que o processo interpretativo seja *Speaker Wishlist* >> *Addressee's To-Do-List* (SWL >> AdTDL). No campo pragmático, argumenta-se em favor de uma seleção contextual robusta, demandando que o *addressee* exista e possa executar a ação imediatamente após o proferimento – ou imediatamente a partir de qualquer marca temporal proferida junto ao imperativo. A esta seleção do *Condição de Engajamento Contextual* dá-se a relevância de não servir para qualquer ouvinte que escute um imperativo, mas sempre para uma audiência pretendida. Ainda nesta parte, analisaremos o fenômeno do imediatismo da diretividade, que chamamos aqui de interpretação *As-Soon-As-Possible*, e que, como fica demonstrado ao final, é uma implicatura particularizada a cada uso diretivo, pois segue todos os preceitos e regras implicaturais. No Bloco II, por sua vez, a tese se volta para formas que não sejam as imperativas para analisar e descrever o fenômeno da diretividade em proferimentos contendo infinitivos, gerúndios e participípios, além do debate de pedidos indiretos através de perguntas e também das condições das *Good/Bad Wishes* não serem diretivas. Desse modo, a tese se divide para compreender o fenômeno da força diretiva em português brasileiro com suas diversas representações e formas, levando em conta as configurações, regras e limitações de cada uma, além das questões contextuais. Ao final, juntamos os blocos para finalizarmos os traços característicos da diretividade na língua-objeto da tese, de forma a traçar paralelos e apontar os próximos passos científicos.

**Palavras-chave:** Português brasileiro; Imperativos; Diretividade; Interface teórico-formal

## ABSTRACT

The present thesis focuses on analyzing, through the formal apparatus of Syntax, Semantics, and Pragmatics, the imperatives in Brazilian Portuguese and their characteristics, providing a description of the object regarding its structure - the syntactic hierarchy of functional nodes for  $\phi$ -feature valuation, its semantic meaning, and the speaker-listener relationship, as well as the pragmatic interpretive path of directivity in Brazilian Portuguese. To achieve this, the present work unfolds into two sections: the first section deals with imperative sentences using Syntactic Cartography (CINQUE, 1999), and for the present purpose, there is a need to value the features of irrealis, futurity, and directivity in their respective nodes - MoodIrrealisP, AspectProximativeP, and MoodSpeechActP. Ultimately, we raise the issue of Brazilian Portuguese (BP) not belonging to the class of True Imperative (RIVERO; TERZI, 1995), proposing two higher structures: for cases like BP, the functional node is ForceP; for languages of the other type - such as Spanish - ImperativeP is employed. In the syntactic domain, we also discuss the presence of expressed subjects from an interlinguistic perspective, comparing with German and Spanish, as well as the limits of the indexical element being preferable in expressed uses. In the semantic part, we explore several approaches - Modal Theory (KAUFMANN, 2014), Performativity Theory (CONDORAVDI; LAUER, 2012), and Property Theory (PORTNER, 2004). The proposal adopted by the thesis is the Property theory, with adaptations - the speaker's wishes update the addressee's doings - through the typical engagement of imperatives. In this regard, the addressee's set of actions is updated, so that the interpretive process becomes Speaker Wishlist  $\gg$  Addressee's To-Do-List (SWL  $\gg$  AdTDL). In the pragmatic field, we argue in favor of a robust contextual selection, requiring the addressee to exist and be able to execute the action immediately after the utterance - or immediately following any stated temporal marker accompanying the imperative. The relevance of this Contextual Engagement Condition is that it does not apply to just any listener who hears an imperative but always to an intended audience. Furthermore, in this part, we analyze the phenomenon of the immediacy of directivity, which we refer to as the As-Soon-As-Possible interpretation, and as demonstrated in the end, it is a particularized implicature for each directive use, following all the principles and implicature rules. In Block II, the thesis focuses on forms other than imperatives to analyze and describe the phenomenon of directivity in utterances containing infinitives, gerunds, and participles, as well as the discussion of indirect requests through questions and the conditions in which Good/Bad Wishes are not directives. Thus, the thesis is divided to understand the phenomenon of directive force in Brazilian Portuguese with its various representations and forms, considering the configurations, rules, and limitations of each, as well as contextual issues. Finally, we bring together the blocks to conclude the characteristic features of directivity in the object language of the thesis, in order to draw parallels and indicate future scientific steps.

**Keywords:** Brazilian portuguese; Imperatives; Directivity; Formal-Theoretical interface.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
------------	---

### BLOCO I - IMPERATIVOS

IMPERATIVOS	10
-------------	----

<b>1. A SEMÂNTICA DOS IMPERATIVOS</b>	<b>20</b>
---------------------------------------	-----------

1.1 TEORIA DA PERFORMATIVIDADE	20
--------------------------------	----

1.2. TEORIA MODAL	23
-------------------	----

1.3 TEORIA DA PROPRIEDADE	25
---------------------------	----

1.4 A PROPOSTA ATUALIZADA	27
---------------------------	----

1.5 AS-SOON-AS-POSSIBLE	35
-------------------------	----

<b>2. A PRAGMÁTICA DOS IMPERATIVOS</b>	<b>38</b>
--	-----------

2.1 CONTINGÊNCIA DE ENGAJAMENTO CONTEXTUAL	43
--	----

2.2 AS-SOON-AS-POSSIBLE E FUTURIDADE	45
--------------------------------------	----

2.3 I DON'T CARE-TEST (IDC)	46
-----------------------------	----

2.4 CONTROLE	49
--------------	----

2.5 ENGAJAMENTO E INTERPRETAÇÃO	56
---------------------------------	----

<b>3. A SINTAXE DOS IMPERATIVOS</b>	<b>59</b>
-------------------------------------	-----------

3.1 HIERARQUIA DE CINQUE E IMPERATIVOS	62
--	----

3.2 TRUE-IMPERATIVE E SUPPLETIVE-IMPERATIVE	69
---	----

3.3 SUJEITOS PRONUNCIADOS DOS IMPERATIVOS	76
---	----

3.3.1 A proposta de JussiveP para locus do sujeito imperativo	83
---	----

3.4 O LOCUS DOS SUJEITOS IMPERATIVOS	88
--------------------------------------	----

3.4.1 SubjectP e a proposta de locus na Cartografia	90
---	----

3.5 CONCLUSÃO	97
---------------	----

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS – BLOCO I</b>	<b>100</b>
---------------------------------------	------------

### BLOCO II - FORMAS NÃO IMPERATIVAS COM DIRETIVIDADE

DIRETIVIDADE EM FORMAS NÃO IMPERATIVAS	105
--	-----

<b>1. INFINITIVOS DIRETIVOS</b>	<b>109</b>
---------------------------------	------------

<b>2. GERÚNDIOS DIRETIVOS</b>	<b>120</b>
-------------------------------	------------

<b>3. PARTICÍPIOS DIRETIVOS</b>	<b>128</b>
---------------------------------	------------

<b>4. PEDIDOS INDIRETOS, <i>GOOD WISHES</i> E <i>MALDIÇÕES</i></b> _____	<b>136</b>
4.1 FORMAS SEM FUNÇÃO IMPERATIVA _____	140
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> _____	<b>147</b>
CONCLUSÃO _____	151
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> _____	<b>157</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Árvore sintática (197) sobre imperativos (HAN, 2000, p. 120)	60
<b>Figura 2</b> – Árvore da pergunta “Bill comprou Persuasão?” (DAYAL, 2016, p. 10)	61
<b>Figura 3</b> – Estrutura atualizada de Masetto (2021)	69
<b>Figura 4</b> – Estrutura em línguas com T-imp	71
<b>Figura 5</b> – Estrutura de línguas com S-imp	71
<b>Figura 6</b> – Proposta de soldagem e movimentação de JussiveP	84
<b>Figura 8</b> – Proposta atualizada contendo SubjectP na hierarquia	92

# INTRODUÇÃO

"Deus disse: 'Faça-se a luz!' E a luz foi feita." (Gênesis, v. 3)

No campo dos estudos linguísticos, é essencial adotar uma perspectiva abrangente ao avaliar as línguas em todo o mundo, levando em conta não apenas suas realizações literárias e artísticas, mas também outras formas de expressão. Isso permite uma compreensão mais profunda de cada um de seus subsistemas. Pode-se fazer uma analogia entre a análise dos elementos constitutivos de uma língua e o ato de retirar uma fatia de um grande bolo: embora a fatia contenha partículas e sabores que estão presentes no todo, talvez nunca experimentemos completamente todos os seus sabores. Essa ideia de "bolo" (ou até mesmo de uma "torta") tem sido usada desde o início do século XX por teóricos como Ferdinand de Saussure em seu Curso de Linguística Geral, bem como por outros estudiosos, como J. Greimas, nos estudos da Semiótica, entre muitos outros. Além disso, em teorias mais avançadas, especialmente aquelas que tratam do significado, fica claro que o sistema linguístico de uma língua se assemelha mais a um grande buffet, em que cada item aparenta estar bem definido e compreendido isoladamente, mas, quando combinados, produzem novos sentidos e interpretações.

Analogias à parte, quando se alcança os aspectos de estruturas consolidadas, é necessário que se tenha uma lente específica para visualizá-las, cada qual em sua especialidade. Assim, é possível dizer que em todas as línguas do mundo há três tipos de sentenças: as *declarativas*, as *interrogativas* (ou *inquisitivas*) e as *imperativas*. Esta divisão, inclusive, segue o modelo do que na gramática é chamado de *modo*, ou *mood*, em inglês, que Portner e Rubinstein (2020) comentam ser para a categorização de sentenças a partir do ato de fala que correspondem convencionalmente, também chamado por ele de "*sentence moods*" (p. 344).

As sentenças declarativas possuem a função de afirmar algo sobre o mundo, fazendo referência a seus aspectos e características. Essas sentenças são comumente interpretadas como proposições com condições de verdade que podem ser verificadas em um mundo possível, acessível do mundo em que são também conhecido como "mundo real".

Por outro lado, as sentenças interrogativas têm a função de questionar, solicitar informações e adquirir novos conhecimentos. É um tipo de sentença considerada como um elemento essencial para aquisição de novas informações e mudanças epistêmicas.

E, por fim, as imperativas são as sentenças que demandam a realização de ações de outras pessoas. Incrivelmente, a partir da linguagem, o ser humano é capacitado para ordenar, fora do sistema linguístico, que outro ser humano se comporte de determinada maneira que não feita até então. Há algo que vamos percorrer durante toda a tese que é demonstrar a conexão entre o falante (*Speaker*, ou somente *Sp* a partir de então) com seus desejos para que esta ordenação seja compreendida por seu interlocutor/*addressee* (*Ad* de agora em diante), algo próximo ao que as sentenças exclamativas – como ‘*Que camisa bonita!*’ – propiciam interpretativamente: a conexão direta com quem proferiu e sua teia de julgamentos sobre o mundo. No caso dos imperativos, aliás, é para que o mundo se modifique, do mesmo modo que para estas últimas, é relatar um juízo sobre algo a partir de uma perspectiva, no caso, a camisa ser bonita. Esta proximidade, inclusive, será tratada ao comparar ambas os tipos sentenciais com os predicados de gosto, em uma breve passagem, mostrando que são mais próximas do que aparentam.

Após o apresentado, ainda está em aberto a pergunta: como lidar com as sentenças imperativas? Há algumas pistas.

A primeira delas, já apontada, é o fato de que qualquer imperativo tem uma *função*. Sua função é a de fazer com que o ouvinte desta sentença se sinta impelido a agir de acordo com o que fora proferido. Se o falante diz *Sai da sala*, ele não deseja que seu “alvo” não realize a ação e fique na sala, por exemplo. Os imperativos visam à mudança do estado em que o mundo está no momento de seu uso: aquela pessoa estava presente na sala e este estado não é mais desejável.

A segunda pista, também já apresentada, é o fato de as sentenças imperativas terem uma *forma*. Em PB, há uma morfologia própria para os imperativos seguirem. Mas não é somente na Morfologia que está a forma fundamental: sintaticamente, a aparição dos verbos à frente de todos os outros elementos constitui algo marcadamente obrigatório. A posição inicial dos verbos nas frases imperativas é imprescindível. Vários estudos, trazidos por Jary & Kissine (2014), apontam que este tipo de *forma* é uma característica interlinguística; os

autores não lidam com o PB, porém, é possível defender que ocorre o mesmo nesta língua. Ainda de maneira inicial, o texto demonstrará por via de exemplos e análise das sentenças trazidas a fim de apontar que existem formas distintas para veicular a força dos imperativos (a força diretiva), mas que não somente estes são capacitados, logo, para eles em si, a forma e função, verbo à frente, morfologia específica (embora não mais o paradigma fixo e estável no Brasil), servem apenas para o que chamaremos de sentenças imperativas, não das outras formas com interpretação diretiva.

Outra pista, dada a partir das duas anteriores, é o fato de que só existe imperativo se ambas forma e função estejam em co-ocorrência. Esta conjunção aponta que, embora usado uma sentença com a forma de imperativo, se não tiver sua função, sua interpretação não ocorre. Ao pensar em uma situação em que dois amigos estão caminhando à beira de um abismo, um deles empurra o outro e profere o imperativo 'Voa', é inviável que aquele que foi empurrado realize a ação, rompendo com as necessidades de execução da ordem. Neste caso, aliás, defenderemos que do ponto de vista linguístico, o imperativo é sim efetivo e tem sucesso, sua consequência no mundo que não (o *Sp* que profere pode imaginar que seu *Ad* tenha poderes e que consiga voar). Este aspecto ficará mais claro no momento que discutirmos a parte teórica mais a fundo.

Um aspecto importante pelas línguas naturais, inclusive no português brasileiro também, está no fato de que não é somente por vias das sentenças imperativas que é possível veicular a diretividade. Há estudos sobre as perguntas terem uma carga de exigência mais forte que as imperativas na demanda pela resposta, visto que dizer que não irá executar o proposto pelo imperativo não é negá-lo, mas qualquer resposta dada a uma pergunta atualiza o processo (se é '*Você sabe quem é ele?*', não importando se é '*sim*', o que confirma e uma informação extra pode entrar no *conversational background*; '*não*', em que ambos desconhecem a informação, gerando a atualização de que seu ouvinte nada sabe). Esta discussão está, em partes, em von Fintel & Iatridou (2017), e sobre as questões de modo mais pormenorizado, em von Fintel & Heim (2020).

Neste ínterim, por sua vez, alguns percalços surgem e demonstram que há mais formas que servem para veicular a interpretação diretiva, isto é, a força considerada prototípica de ordens, para além das sentenças imperativas.



De todos os modos, como já adiantamos, não há tão somente os imperativos para a veicularmos: além das sentenças inquisitivas, como apontamos anteriormente, há também formas nominais do verbo, sendo estas *infinitivo*, *gerúndio* e *particípio*. O que chamou a atenção foi que não somente em PB, mas em línguas como espanhol, inglês e alemão também têm em suas configurações linguísticas estas formas com usos diretivos. Logo, revelou-se haver mais do que somente esta forma prototípica com um funcionamento idêntico em suas consequências, engajamentos e até mesmo resultados. Estas formas serão aqui chamadas de *formas nominais do verbo*, tratando de um termo cunhado pela tradição prescritiva brasileira e que não vemos a necessidade de uma mudança terminológica.<sup>1</sup>

A pergunta que paira após esta breve incursão é: por qual motivo, sempre que se pensa em diretividade, pensa-se em imperativos? O que eles têm de especial em relação a estas formas nominais, por exemplo?

De imediato, pensamos que é uma tradição teórica e metodológica. Tanto os grandes expoentes da Sintaxe, Semântica e até a Pragmática, favorecem o verbo como elemento principal. Os estudos de Chomsky (2002) se desdobram sobre o *VP*, o núcleo verbal, assim como a própria Semântica formal se debruça bastante – ou já se debruçou em outros tempos – sobre as questões verbais, como as subáreas da *Semântica de eventos* (CITAR), ou até mesmo os estudos dos *verbos modais* de Kratzer (2012; 2015), assim como textos famosos, como o *Intensional Semantics* de von Stechow & Heim (2020); assim como os filósofos da linguagem, da tradição de Oxford, como Austin e Grice (LEVINSON, 2007), discussões sobre *atos de fala* e *implicaturas* que acarretarão diretamente na Pragmática.

Sobre esta tradição, ainda temos que as Gramáticas Normativas/Prescritivas sempre se valeram da Sintaxe como elemento central, e que é uma Sintaxe em que o verbo define e divide os blocos de entendimento.

Neste ponto, por sua vez, é importante citar que sempre que se pensa em comandos

---

<sup>1</sup> É importante salientar o fato de que, embora chamemos de formas nominais, o gerúndio aparente ter um estatuto mais verbal em português brasileiro. Esta consideração foi feita no momento de perguntas após a apresentação no evento *26<sup>th</sup> Annual Ohio State University Congress on Hispanic and Lusophone Linguistics* (26<sup>th</sup> OSUCHILL), em que o debatedor, nativo de inglês, comentou que não considerava o gerúndio do português como o gerúndio do inglês, já que sua característica em sua língua materna é uma permuta real entre nominalização e auxiliar verbal (‘*writing*’ pode ser o auxiliar de um sintagma verbal, como o núcleo nominal, no caso, sendo traduzido como ‘*escrita*’ e não tão somente como ‘*escrevendo*’). Embora consideremos esta afirmação promissora, e agradecemos a quem a fez, a tese não percorrerá esta distinção, que vemos como algo a ser mais bem explorada e que não é o objetivo principal do texto em questão.

ou sugestões, a forma prototípica que se leva em consideração são os imperativos. Desse modo, é possível defender que há uma especialização morfológica e sintática para a força diretiva, que chamamos de imperativo, assim como, muito provavelmente, o elemento prosódico contribua diretamente para a interpretação da força diretiva nestas formas.

É por este motivo que a tese se dividirá em duas partes: uma específica para a apresentação teórica e metodológica do que se entende por imperativos, como se dão *forma* e *função*, nos moldes de Jary & Kissine (2014), a partir de uma interface que consideramos necessária: por se tratar de uma tese com enfoque principal na Semântica formal e Pragmática, serão as duas primeiras arcabouços teóricos a serem discutidos.

Na seção semântica, discutiremos três importantes e influentes trabalhos sobre imperativos, apontando seus aspectos principais e as motivações pela nossa preferência. Eles são a base da *Teoria da Propriedade*, de Portner (2004); a da *Teoria da Performatividade*, de Condoravdi & Lauer (2012); e, por fim, de Kaufmann (2014) a *Teoria Modal*. Revisitaremos as ideias de Masetto (2019; 2023; no prelo), em que há algumas atualizações das três teorias citadas acima, e que servem para darmos nosso passo rumo à nossa argumentação a partir das análises apresentadas na presente tese.

Ainda no capítulo sobre Semântica, discutiremos sobre a mudança de paradigma trazida pela *Teoria da Propriedade* (PORTNER, 2004; 2015), em que em vez do conjunto dos afazeres do *Sp* ( $TDL_{Sp}$ ) promover a mudança no conjunto dos afazeres de *Ad* ( $TDL_{Ad}$ ), o que acontece é que os desejos do falante são os que promovem a atualização do conjunto do ouvinte, o que chamaremos de *Speaker-Wishlist* e *Addressee-To-Do-List* (SWL e AdTDL). Esta modificação é necessária, a nosso ver, pois mesmo que o *Sp* possa executar a ação que proferiu, ele deseja que outro a faça, não sendo, portanto, possível uma atualização de um conjunto de afazeres próprio, mas sim o de seus desejos. Esta mudança é importante, pois a partir dela algo primordial para o entendimento dos imperativos – e também da diretividade em si –, é o fato de que o *Speaker* acredita que seu *Addressee* é capacitado a executar por vias contextuais (i.e., não há nada que diga o contrário desta circunstância), e os desejos são subconjuntos das próprias crenças (o conjunto dos desejos está restrito a alguém acreditar no que se deseja, não fazendo sentido alguém desejar algo que não acredita de fato – é como alguém que está em uma disputa de algum esporte e queira perder em vez de vencer). Voltaremos com mais detalhe no tópico sobre este assunto.

Do campo da Pragmática traremos a discussão sobre atos de fala de Austin e Searle (LEVINSON, 2007), com o objetivo de apresentar a configuração de um ato de fala diretivo. A partir disso, traremos a proposta de Masetto (2019; 2023) para o caminho interpretativo de um proferimento imperativo. Acrescentaremos a este processo a seleção contextual necessária que determina o *addressee* ser viável e gerar seu engajamento para a execução da ação. Nós deixaremos para esta seção a discussão sobre o que chamamos do aspecto *as-soon-as-possible* (ASAP) dos imperativos, isto é, o entendimento de imediatismo da execução da ação. Desse modo, vamos verificar e demonstrar qual é a natureza do ASAP, que defendemos ser de cunho pragmático.

Outro ponto que vamos verificar é a variação da força diretiva através do uso de elementos como *'por favor'* ou *'por gentileza'*. Pensamos que aqui existe uma flutuação dada por outros elementos linguísticos proferidos, assim como circunstâncias contextuais, que em algumas línguas serão restrições severas (não barreiras linguísticas, mas culturais ou sociais que se refletem na proibição de certas construções imperativas, como de filho para pai em língua tukano).<sup>2</sup> Vamos argumentar que tais restrições são uma variância de *controle* na relação dos verbos usados entre o *Sp* e *Ad*, e os imperativos são elementos linguísticos sensíveis a isso. Retornaremos no tópico em questão para aprofundamentos.

Por fim, trataremos da Sintaxe, e aqui vamos lançar mão, baseado nos estudos de Cinque (1999), da chamada *Sintaxe Cartográfica*, *Cartografia Sintática*, ou apenas *Cartografia*. Esta parte da tese se focará em demonstrar a estrutura subjacente dos imperativos, os nós necessários e a verificação dos traços – e quais são estes traços para este tipo de sentença. Um desdobramento deste tópico é o fato da falta de pronúncia do sujeito de referência, ou melhor, o *addressee*. Vamos perpassar por uma rápida discussão que

---

<sup>2</sup> Antunes (2021) discute em cima dos dados coletados na região do Alto Amazonas que só é possível o uso de imperativos quando demarcados pela presença de *'mi'ihó'*, que o autor traduziu como *'Vocêzão'*, uma declaração hierárquica demonstrada ser uma gramaticalização. Em sua tese, Antunes (*idem*) traz os seguintes exemplos – (1) é do falante demarcadamente acima na hierarquia social (pai ou mais velho no grupo), assim como (2) é o oposto:

(1) yí'í - re      kumupatá      mi'ítia - sa'  
 eu - REF      cadeira      trazer - IMP-DIS5 (SENT.OUT-PES)  
*Traz a cadeira para mim*

(2) mi'í - hó      yí'í - re      kumupatá      mi'ítia - sa'  
 você – AUM      eu - REF      cadeira      trazer - IMP-DIS (SENT.OUT-PES)  
*Vocêzão traz a cadeira para mim*

envolve alguns imperativos, e outros que Masetto (2019; 2023; no prelo) chamou de *locuções imperativas* que, a nosso ver, são apenas verbos imperativos com alguma carga pressuposicional, pois tanto estes, quanto àqueles, têm características, regras e restrições idênticas (sintáticas, semânticas e pragmáticas). A questão dos sujeitos, por fim, servirá para demonstrar que referências ao *Ad* podem existir pronunciados como um reforço (ênfase a quem precisa executar a ação, ou mesmo a separação de um conjunto de pessoas e que apenas algumas precisam seguir o comando dado), mas que por *default*, não são necessários linguisticamente.

Após as conclusões deste bloco I, partiremos para o segundo bloco. O segundo bloco trará outras construções que carregam a interpretação diretiva mesmo não sendo imperativos. Neste ponto da tese, apresentaremos os *infinitivos*, *gerúndios* e *participios* e os limites sintáticos, semânticos e pragmáticos em PB, fazendo comparações diretas com o espanhol, inglês e o alemão, que também se servem de tais formas nominais para expressar a força diretiva.

Para cada um dos objetos, trataremos os exemplos em suas formas afirmativas e negativas, isto é, com a ausência ou presença da negação (do termo ‘*não*’, por uma questão de escopo da pesquisa).<sup>3</sup>

Sobre o que podemos adiantar de cada um, os *infinitivos* são usuais em receitas ou mesmo de instruções em caixas de recipientes, em parques, etc. A ideia principal está no fato de que se busca *Ads* genéricos, contextualizados com a leitura/audição (no caso de a placa ‘*Não pisar na grama*’ quem estiver passeando pelo local e ler a referida placa). Não há, aparentemente, problemas de gramaticalidade seja a forma afirmativa, seja negativa das formas infinitivas com diretividade. comportamento dos infinitivos com a contraparte afirmativa e negativa é sem maiores restrições ou impeditivos de uso.

Os *gerúndios*, por outro lado, carregam uma restrição em PB que é diametralmente oposta ao inglês: enquanto somente as formas afirmativas como ‘*Comendo*’ ou ‘*Circulando*’ são possíveis em português brasileiro, na língua anglicana somente as formas negativas como ‘*No talking*’ ou ‘*No smoking*’ são possíveis de utilização com diretividade.

---

<sup>3</sup> É importante frisar que é somente com o elemento ‘*não*’, pois há várias formas de negação como ‘*nem*’, ‘*nunca*’ ou até ‘*sem*’.

Ao final da tríade, os *participios* demonstram um comportamento muito parecido com os gerúndios, sendo possíveis apenas a contraparte afirmativa, mas a sua restrição está, também, de modo a exigir um contexto muito forte, até mesmo com repetições de imperativos anteriormente, e com apontamentos ostensivos (apontar para o livro e dizer ‘*Lido já*’). Esta limitação ocorre também em alemão e até em espanhol, mesmo que pouco usual. A forma negativa, por sua vez, é agramatical em todas as línguas na perspectiva interlinguística, principalmente em PB.

A fim de promover uma comparação, traremos rapidamente os termos de referência ao *addressee*, que aqui chamamos de sujeito, a fim de demonstrar que não é apenas a força diretiva que propicia as permissões e restrições de ‘*você*’/‘*ocê*’/‘*cê*’, mas todo o conjunto sintático que estrutura os imperativos – e que está ausente nas formas nominais.

Como efeito de trazer situações distintas com a interpretação diretivas, ainda abordaremos exemplos com interrogativas indiretas, como ‘*Podia me passar o sal?*’, e as formas *Good Wishes*, que defendemos de antemão não se tratar de imperativos ou terem alguma carga de diretividade. Tratar das *GWs* favorece nosso argumento nas vias teóricas que aqui propomos no Bloco I, assim como aponta para a explicação das formas que se parecem imperativos, mas não carregam sua função diretiva – demonstrando que a interpretação nas trocas comunicativas é necessária a partir da dupla característica *forma x função* para o que é um imperativo.

O capítulo de conclusão servirá para trazermos tudo o que citamos de forma sintética, além de apontar alguns aspectos deixados de fora. É importante frisar, aliás, que o presente trabalho percorrerá exemplos e as propostas já disponibilizadas em outros textos, artigos e obras, além de acrescentarmos alguns quando necessários no modelo hipotético-dedutivo.

# I

## IMPERATIVOS

## IMPERATIVOS

“Run, Forest, run!” (FORREST GUMP, 1994)

Os estudos linguísticos percorrem os caminhos para tratar de todo e qualquer tipo de fenômeno advindo do objeto presente em todo o globo: as línguas. Ainda que haja áreas que tratem de um campo ainda mais abrangente que é o de estudos das linguagens – verbal, não-verbal, corporal, pictórica, etc. –, o foco do presente bloco é o de estabelecer e analisar um fenômeno linguístico – os **imperativos** (permutável por IMP<sup>4</sup> doravante).

Os **imperativos**, para as teorias formalistas, são um dos três principais tipos de sentença comuns em todas as línguas – os outros dois exemplos seriam as sentenças **declarativas** e as **interrogativas**. É importante frisar que ao proferir um imperativo (IMP), o falante (permutável por F ou Sp, de *Speaker*) almeja a mudança de algum estado presente das condições do mundo para outro estado – um ‘*Fecha a porta*’ nada mais é do que uma ordem dirigida para o ouvinte da cena comunicativa fechar a porta que está aberta naquele instante. Tanto é verdade que, caso a porta esteja fechada e o falante não saiba, o ouvinte (permutável por O ou Ad, de *Addressee*) pode redarguir-lhe, alegando que a porta já está fechada, e o falante, ao final, retira a obrigatoriedade gerada em seu interlocutor com possíveis respostas como ‘*Ah, não sabia*’ ou ‘*Então tudo bem*’.

Antes de irmos mais a fundo, vale uma menção distintiva entre os imperativos e as *exclamativas*: é motivo de certa controvérsia teórica sobre o pareamento destas duas formas sentenciais.<sup>5</sup> Ferreira (2020) trata que a melhor definição a ser seguida em relação às *exclamativas* é

---

<sup>4</sup> A permuta ocorrerá para outras construções, como *sentenças imperativas* e *construções imperativas*, mas nunca para o conteúdo a ser apreendido semanticamente.

<sup>5</sup> Não é o foco da presente tese aventar qualquer tipo de discussão sobre as *exclamativas*, mas deixamos a citação da passagem que o autor aponta teoricamente este íterim: “A natureza das *exclamativas*, enquanto modalidade, ainda não está bem definida, uma vez não há uma teoria unificadora para as *exclamativas*, mas sim diversas investigações em domínios distintos (ODA, 2008), de modo que ainda existem muitas discussões sobre suas propriedades pragmáticas (ROSENGREN, 1997; BEIJER, 2002), semânticas (RETT, 2008, 2011; DELFITTO e FIORIN, 2014; GUTZMANN, 2015; NOUWEN e CHERNILOVSKAYA, 2015) e sintáticas (MICHAELIS, 2001; VILLALBA, 2003; ZANUTTINI e PORTNER, 2003; AMBAR, 2003; ZENDRON DA CUNHA, 2016; PINHEIRO, 2019, entre outros)” (FERREIRA, 2020).

Nessa perspectiva, as exclamativas são expressões que, intrinsecamente, revelam o ponto de vista do falante perante certo objeto ou evento. Deste modo, seriam o grau extremo da auto-expressão, no sentido de que o conteúdo avaliado não é compartilhado pelo ouvinte (que pouco importa na veiculação desse tipo sentencial) (FERREIRA, 2020, p. 65)

Ferreira, em uma publicação conjunta atual, continua a defender o aspecto subjetivo das *exclamativas*, mas que, na verdade, este aspecto do “ponto de vista do falante” é um fator do nível expressivo, nos moldes das implicaturas convencionais (POTTS, 2007): há dois níveis interpretativos, o que podemos chamar de *literal*, e o *subentendido/inferido*. No caso, por exemplo, do uso em uma sentença da conjunção ‘*mas*’: em *João é argentino, mas é legal*, o falante deixa expresso que João pertence ao conjunto dos argentinos e das pessoas legais ao mesmo tempo, mas o segundo nível (ou dimensão) do significado permite entender que o falante, normalmente, não tem nenhum gosto por argentinos em geral. Para as *exclamativas* há exatamente este fator dependente do contexto por depender exatamente do fato do que o falante considera: se ele profere ‘*Que parede azul!*’ é um estado de surpresa, não é uma constatação que a pintaram desta exata cor. Neste caso, para o proferidor de ‘*Que parede azul!*’ é demasiado forte o tom, ou mesmo a quantidade de cobertura (se foi completa, boa parte da parede, etc.).

De todos os modos, existe um traço que as *exclamativas* discutidas por Ferreira (2020), e que se desdobra em um novo passo em Basso, Nishimoto & Ferreira (no prelo) que as conformam com os *predicados de gosto pessoal* (‘*Eu gosto de bolo*’, por exemplo), e que ambas não podem sofrer uma contestação do ouvinte: ao proferir ‘*Que parede azul!*’ ou ‘*Eu gosto de bolo*’ não é cabível que alguém responda ‘*Você não achou este azul chamativo*’ ou mesmo ‘*Mentira que você gosta de bolo*’. Aliás, ambas soam extremamente invasivas, exatamente porque é como se o *Ad* estivesse tentando dizer o que o outro sente/pensa, como se tivesse acesso ao conjunto de gostos pessoais ou do que o surpreende não. Após esta incursão, fica a dúvida: por que falar das *exclamativas* e *predicados de gosto pessoal* (PGP) em uma tese sobre diretividade e imperativos? É que, embora fuçamos da controvérsia teórica, estas três possibilidades de construções linguísticas são bem mais próximas do que imaginamos.

Como mostraremos mais adiante, do ponto de vista semântico, os imperativos são



*propriedades*: eles não têm valor de verdade, ou seja, não é possível determinar se IMP tem uma contraparte no mundo. Entretanto, por ser uma *propriedade*, ele é uma atualização entre conjuntos, que Portner (2004) argumenta ser entre os *To-Do-Lists (TDL)* de *Sp* e *Ad*, em outras palavras, a contraparte do mundo é engajar o *addressee* para que ele execute a ação pretendida por IMP.<sup>6</sup> Esta definição de imperativo se aproxima bastante da definição das *exclamativas* e das *PGPs*: todas são voltadas para o falante contextualmente. A única distinção, de certo modo, é o fato de o engajamento de *Ad* acontecer nas imperativas, mas as três estão mais próximas do que se podia vislumbrar antes. Retornaremos mais adiante nesse ponto.

Dito isso, partamos para uma segunda pré-definição que vamos seguir para tudo que tiver interpretação diretiva: o fato de que o que conta é o sucesso linguístico e o entendimento da diretividade, não necessariamente a execução da ação está vinculada ao sucesso de IMP. O que isso significa?

Abaixo, alguns exemplos de sentenças que são imperativas:

- (1) Sai/a<sup>7</sup> daqui
- (2) Feche/a a porta
- (3) Fique/ca quieto (sala de aula com muita conversa)
- (4) ### Voa (empurrando alguém do penhasco)
- (5) # Fiquem quietos (todos os presentes já estando em silêncio)

Os exemplos (1)-(5) são imperativos. Todos eles, quando proferidos, promovem o engajamento de *Ad* para que ele execute a ação.

Entretanto, (4) e (5) trazem consigo certos ruídos. Em (5), a estranheza está no fato de que há sempre a pretensão de modificação de um estado de coisas do mundo. Se os presentes na cena comunicativa estão quietos, proferir '*Fiquem quietos*' é desnecessário – um gasto de energia e uma situação que não terá modificação alguma.

Por sua vez, o exemplo (4) é controverso: em tese, ele é anômalo por conta de, até

---

<sup>6</sup> Para nós, por outro lado, esta atualização é pertinente, mas o que ocorre é que advém dos desejos de *Sp*, e não do seu TDL, por alguns motivos que vamos apresentar em seção oportuna.

<sup>7</sup> Consideramos que a morfologia verbal do português brasileiro para imperativos não afeta a ação a ser seguida pelo ouvinte, de tal forma que colocaremos a forma na 2ª pessoa do singular e 3ª pessoa do singular separadas por uma barra. O texto trará este aspecto mais adiante, mas é possível adiantar que o único efeito entre os usos é de polidez, entre ser rude (2ª pessoa) e não ser rude (3ª pessoa).

onde se sabe da raça humana, uma pessoa não tem habilidade de voar. Que fique claro que não é apenas despencar de certa altura, mas é a capacidade de se manter sem tocar o chão com nenhuma parte do corpo que apontamos aqui como voo; logo, (4) é estranha em vários sentidos, já que humanos não conseguem voar.

Uma saída é imaginar que seja uma brincadeira: *Sp* não empurra, de fato, *Ad*, apenas simula isso, e após o susto, tudo se acerta. Neste sentido, há um contexto bem específico que faria o exemplo ser gramatical e não ter anomalia alguma. Mas ainda é possível que um falante qualquer acredite que seu interlocutor possa voar e empurrá-lo ostensivamente, sem nenhuma pretensão de segurá-lo ou evitar a queda – quem proferiu ‘*Voa*’ crê que seu *addressee* é apto ao voo. Logo, o imperativo teria sucesso para *Sp* e não para *Ad*, já que esta atualização não se concretizaria, já que, como vamos argumentar, a aptidão para a ação de IMP é necessária pragmaticamente. E então, o que temos?

De todos os modos, trataremos imperativos deste porte também como imperativos, ou melhor, como sentenças com interpretação diretiva: o fato da inaptidão de *Ad* de voar não faz de (4) menos ou um imperativo inviável, apenas que não se pode realizar – o estranhamento dele é pragmático, nos mesmos moldes de proferir (5) para todos os alunos que já estão calados, a estranheza se dá pelo fato de não ser necessária nenhuma mudança do mundo.

Retomando a via de introduzir a discussão sobre os imperativos, seguimos agora para a proposta de Jary & Kissine (2014), que tratam e consideram como um dos elementos constituintes de IMP que ele tenha sua **forma** – de acordo com a parametrização de cada língua, no caso, do português brasileiro uma troca morfêmica verbal –; e a **função** – impelir *Ad* a executar a ação veiculada. Esta característica é, até certo ponto, aparentemente exclusiva dos imperativos, isto é, a dupla ordenada *forma x função*, não o único modo de veicular diretividade, como a própria tese abordará. Há, por sua vez, situações de similaridade, mas não de identidade como (6) e (7) abaixo:

- (6) Você **deve** ler o livro da professora Iatridou
- (7) Você **tem que** estudar mais

Em que os verbos modais ‘*dever*’ e ‘*ter que*’,<sup>8</sup> tradicionalmente verbos modais de força deôntica, isto é, que geram certa obrigatoriedade no ouvinte, são parecidos em seu significado, mas não são imperativos, e não só, eles permitem levantar outro aspecto de IMP: não é possível cancelar a **força diretiva** (FD), a força sentencial própria deste tipo de sentença, enquanto para sentenças como as acima (em (6) e (7)) há a possibilidade de anulação de sua respectiva força, como (10) e (11) a seguir:

- (8) Não sai/a daqui
- (9) Não feche/a a porta
- (10) Você não deve ler o livro do Atkins
- (11) Você não tem que estudar mais

A ordem (sugestão ou conselho)<sup>9</sup> das sentenças imperativas em (8) e (9) não perdem sua força diretiva, isto é, a força que *engaja o Ad* a executar a ação de ‘*sair daqui*’ ou, no caso de (8) em específico, ‘*não sair daqui*’ – já que adotamos a postura de que a negação, além de não cancelar a FD, afeta o imperativo de forma a gerar uma nova ação – fazendo com que *Ad* não aja, i.e., tornando o engajamento de *Ad* em não executar a ação presumida pelo falante. Sobre isto em específico, é importante dizer que o desejo do falante, ao proferir um imperativo, seja ele em sua forma afirmativa ou negativa, é o de que *Ad* execute a ação almejada por *Sp*, mesmo que seja uma não-ação (‘*não sair*’, ‘*não comer*’, etc). Veremos isso mais adiante e perceberemos que toda *não-ação* aqui será tratada como um desejo de ação positiva/afirmativa: ‘*não sair*’ como ‘*ficar aqui*’, ‘*não comer*’ como ‘*esperar a permissão*’, assim por diante.

No caso de (10) e (11), as sentenças com verbos modais geram uma interpretação *deôntica*. Esta força, embora muito próxima à diretividade, carrega certas distinções: a principal delas é o fato de modais deônticos como ‘*dever*’ e ‘*ter que*’ buscam sua obrigatoriedade de ação em questões morais e legais, diferente da força diretiva, cuja força deriva de *Sp*, ou melhor, dos desejos dele. Logo, o termo *obrigatoriedade* é algo mais

---

<sup>8</sup> As sentenças referidas dos verbos modais deônticos recebem a interpretação chamada de *leitura diretiva*, já que a obrigatoriedade gerada por seus usos se equivale ao de um imperativo. Para mais informações, cf. Kratzer (2012; 2015).

<sup>9</sup> Ainda que seja consenso que os imperativos servem para veicular uma ordem, é possível ter exemplos em que se profere um IMP com o objetivo de aconselhar ou sugerir algo. Uma possibilidade é, em uma estação de ônibus, um desconhecido perguntar qual a linha para ir até a UFSCar e o falante responder “*Pegue o ônibus UFSCar-Norte*”, em que a sentença proferida é imperativa e também uma sugestão, não uma ordem – o que soaria rude como resposta a alguém que não se conhece de antemão.

deôntico do que diretivo, já que, embora haja o engajamento de *Ad* através de um imperativo ou outra forma qualquer, o ouvinte pode simplesmente se negar a agir.

Um outro aspecto interessante é que não se leva em conta com a deonticidade o fato de *Ad* ser capaz ou não de executar algo: (10) e (11) não consideram que o falante não tenha capacidade de leitura para ler o livro do Atkins, ou mesmo de estudar. Os ouvintes apenas estão desobrigados da interpretação dos verbos, isto é, estão obrigados a não executar a ação. Caso a interpretação gere uma leitura que os faça executar alguma ação, automaticamente não temos mais uma força deôntica, mas sim a força diretiva, logo, eles estariam passando por um desvio de seu uso corriqueiro. E por que é possível afirmar esta lógica?

Antes de mais nada, o que a diretividade tem de peculiar é o fato de que ela não pode ser cancelada. A distinção entre '*João não está na sala dele*' com sua contraparte afirmativa é exatamente que elas são diametralmente opostas do ponto de vista semântico: '*João*' não pertence a um conjunto (o de quem '*está em sua própria sala*') ou pertence, sendo passível de se verificar seu valor de verdade (se ele pertence, é verdadeiro, se não pertence, é falso). Portanto, a negação afeta o valor de verdade e nada mais.

Por outro lado, num par de sentenças como '*Sai daqui*' e '*Não sai daqui*' há, na verdade, duas propriedades sendo ditas – a que *Ad* se retira do recinto e a que *Ad* permanece no local da conversa. São duas ações a serem adicionadas a seu *TDL*. Esta ausência de cancelamento por via da negação é outra característica da propriedade ser uma boa escolha teórica.

Entretanto, estas não são as únicas características: outro aspecto que se integra à descrição da natureza de IMP é que todo e qualquer proferimento sempre terá uma **orientação ao futuro**,<sup>10</sup> que aqui denominaremos **futuridade** (MASETTO, 2019; 2021a; 2021b, no prelo).

A futuridade é um traço pragmático-sintático a ser valorado, além de presente na

---

<sup>10</sup> Mastop (2013) defende que há imperativos com leitura de passado, assim como Cavalcante (2020) argumenta que existem formas pretéritas de imperativo. Por não ser o escopo do trabalho, comentaremos apenas o fato de que, tal qual argumentam e exemplificam em seus trabalhos os autores citados, ainda é possível argumentar que há a futuridade, e se se consideradas sentenças imperativas, elas não terão referência ao pretérito, mas sim ao futuro daquele momento. Para demonstrar, o autor cita exemplos como '*You should just have started to dress yourself*' [ '*Você deveria ter começado a vestir-se*' ], ou mesmo '*Please don't have broken the vase again*' [ '*Por favor, não tenha quebrado o vaso novamente*' ].

atualização do desejo do falante para as ações a serem executadas por *Ad*. O traço tem como natureza que a ação veiculada pela sentença imperativa precisa sempre ocorrer após o tempo de proferimento, nunca – nem durante. O traço é *padrão*, o que quer dizer que, sem nenhuma marca temporal em conjunto ao proferimento de IMP, a interpretação é *imediatamente* (mais adiante traremos um teste que ratifica este argumento, o *As Soon As Possible-test*), mas pode ser modificado sempre que na presença de exemplos de elementos que ofereçam precisão temporal no futuro:

- (12) Estude/a
- (13) Estude/a **amanhã**
- (14) Estude/a **semana que vem**

Se for utilizado sem qualquer outra marca, como em (12), o imperativo será interpretado como imediatamente após o proferimento, mas se ‘*amanhã*’ ou ‘*semana que vem*’ forem pronunciados, a futuridade será preenchida com os advérbios – ou seja, o tempo que os advérbios propiciam tornam-se a leitura padrão –, mas ainda será o “imediato” desta marca temporal.

Outro ponto importante é que a **futuridade** está assegurada por meio de testes sintáticos, levando em consideração a *Hierarquia de Cinque* (CINQUE, 1999; TESCARI NETO, 2007) e semânticos presentes em Masetto (2019). Um ponto mais que determina que a orientação interpretativa é para uma ação acontecer após o proferimento está no fato de que há agramaticalidade das sentenças contendo qualquer referencial de passado:

- (15) \* Sai/a daqui ontem
- (16) \* Sai/a daqui semana passada<sup>11</sup>

Seguindo o mesmo padrão, se há um tempo distinto do de proferimento, há que se recorrer a mundos possíveis e, portanto, ao aspecto **intensional** da sentença imperativa, que será o de realização da ação. Logo, é possível defender – por meio de testes sintáticos e a questão da intensionalização semântica – que outro traço atinente aos imperativos é o de **irrealis**, *i.e.*, o traço em que não é o que se apresenta no momento do proferimento – a

---

<sup>11</sup> Mastop (2005) e Cavalcante & Paiva (2020) argumentam a favor da existência de imperativos pretéritos. No caso do trabalho dos autores brasileiros, temos ‘*Poxa, filha, fizesse o almoço!*’, em que a forma tem subjuntiva/condicional seria compreendida como um imperativo, assim como um exemplo ‘*You know what also would have been fun? You should have gone waterskiing!*’, apontam para leituras diretivas sem a forma de imperativos, assim como é possível ao usar um modal deôntico com tal função: ‘*Você tem que ler o livro do von Fintel!*’. Trataremos da característica que chamaremos de **formas com interpretação diretiva**, tal qual veremos no bloco II da tese com as formas nominais do verbo (infinitivo, gerúndio e participio).

configuração do mundo atual ( $w^@$ ) almejado não existe – ou pode estar prestes a mudar – quando o falante ordena algo. A presença ou não deste traço gera certa controvérsia, já que é possível imaginar uma situação em que o falante profere ‘*Fique calmo*’ e que o ouvinte está calmo. Nesta situação, como defendemos que os imperativos são propriedades que atualizam o desejo do falante  $p$  para as ações a serem executadas por  $Ad$ , proferir ‘*Fique calmo*’ para alguém que está calmo é possível sim, mas a tentativa de atualizar a cena através do imperativo é revogada ao perceber que não existe necessidade de uma mudança; ou mesmo que o desejo de qualquer pessoa é um conjunto de proposições possíveis e, ao imaginar que o seu ouvinte pode perder a calma, ele profere sem maiores problemas o imperativo. No caso, o traço **irrealis** é uma fonte semântica das possibilidades que, como comentamos anteriormente, não existem ou não são a configuração presente no momento do proferimento. Trataremos deste aspecto mais à frente, detalhando-o.

De modo resumido: IMP tem em seu cerne traços de **diretividade**, **irrealis** e **futuridade**, além da capacidade de *engajamento de Ad*, que leva ao fato de que a referência do ouvinte tem que ser o *addressee*, ou o imperativo falhará.<sup>12</sup> Entretanto, como se chegou a estas situações apenas com os exemplos? Rumando pelas mesmas vias que Masetto (2019), faremos uma breve excursão pelas instâncias apresentadas pelo autor – Sintaxe, Semântica e Pragmática – com subseções específicas, destacando as atualizações, abandonos e reorganizações de suas postulações e propostas (MASETTO, 2021a; 2021b; no prelo).

Antes de prosseguirmos, é necessário que fique claro a diferenciação entre *futuro* e *futuridade*. Futuro é uma marca das línguas naturais que aponta para um tempo qualquer posterior ao do proferimento (ou da situação em que se tem o tempo inicial da informação). Em geral, esta organização se dá por meio de morfemas, normalmente vinculados ao verbo (no caso de PB, o morfema *modo-temporal*), ou mesmo de advérbios que fazem o registro da posteridade do momento de fala (ou momento citado). Isso é *futuro*.

Já *futuridade*, como defendemos aqui, é a leitura direcionada para o futuro. No caso, como vamos demonstrar, é a interpretação de *immediatismo*, ofertado pelo *As-Soon-As-*

---

<sup>12</sup> Se há dois grupos de pessoas, cada um com dez pessoas, e o falante começa a conversar com o grupo A, e não com o B, e profere ‘*Sentem agora*’, o *Ad* é o conjunto de pessoas do grupo com o qual iniciou a comunicação, não o outro. Seria estranho pensar que o imperativo faria com que os membros de B se sentassem, do mesmo jeito que os membros de A não entendessem ser o *Ad* do contexto – o mais saliente, no caso. Retomaremos ao final do Bloco I para discutir este aspecto que chamamos de ‘*Ad massivo*’.

*Possible.*

Para desenvolver estes aspectos e demonstrá-los, vamos dividir o bloco em capítulos e seções, levando em consideração a tese se tratar de uma interface teórico-metodológica entre a Semântica formal, a Pragmática e a Sintaxe.

O capítulo 1 será destinado à Semântica. Como dito algumas vezes no decurso até então do texto, a nossa escolha é a teoria formal que estuda o significado e o demonstra através de aparato lógico-matemático. Para chegarmos a entender a semântica dos imperativos, vamos apresentar as três teorias principais nesta discussão (PORTNER, 2004; CONDORAVDI; LAUER, 2012; KAUFMANN, 2014; 2019), cada qual em uma seção distinta. Ao final, uma seção fica reservada para juntarmos as peças e apresentar nossa escolha, ou melhor, a que mais explica e se encaixa para analisar o fenômeno. Vale frisar que traremos alguns apontamentos de Masetto (2019), exatamente para termos um panorama ainda maior da discussão e alcançarmos a melhor atualização do objeto.

Neste capítulo, inclusive, discutiremos o que é uma propriedade, como se comporta com a modificação que propomos – de *Speaker Wishlist* para *Adresse-To-Do-List*, *SWL* → *AdTDL* –, e se o elemento de futuridade é de fato semântico.

No capítulo 2, por sua vez, traremos a discussão de atos de fala, a noção de diretividade e os passos interpretativos para a compreensão dos imperativos. É neste capítulo também que abordaremos a função do *ASAP*, testando-o de forma a entender se é ou não semântico ou ele é um elemento pragmático. A discussão teórica sobre as propostas de Austin e Searle serão feitas durante o andamento das seções dentro do capítulo (LEVINSON, 2007).

Outra característica pragmática do fenômeno está na questão da divisão contextual que acontece, ou melhor, a seleção do *addressee* é dada por vias contextuais, mas não é aleatória: baseados na proposta do *Context Set* de Karttunen (von FINTEL; HEIM, 2020), em que dispomos do engajamento do ouvinte por vias da seleção circunstancial da cena comunicativa – levando em consideração o que *Sp* acredita ser a aptidão para a execução da ação e a própria existência de *Ad* no momento de agir.

O terceiro capítulo conterà a análise sintática da tese para os imperativos. É uma sequência das ideias de Masetto (2019; 2021a; 2021b; 2023; no prelo), que já se utiliza das

discussões da Cartografia Sintática de Cinque (1999). Para tal argumentaremos quais traços sintáticos são necessários, apresentando os testes de constituição baseados em Cinque (*idem*), Rizzi (2003) e Tescari Neto (2007; 2022). Demonstraremos, opondo as posições sintáticas relevantes da hierarquia cartográfica, quais são, de fato, os *traços* que um imperativo, a partir dos movimentos e, também, da adoção da postura de Kayne (2009), do *one feature, one head* (*um traço, um núcleo*).

É a partir destes testes que, assim como já citamos anteriormente, demonstraremos que a *futuridade* dos imperativos não tem relação direta com o *futuro* (o *future tense*) de outros tipos de sentença, mas sim uma orientação ao futuro na interpretação por parte da execução da ação pelo *Ad*.

Ao final do bloco, discutiremos o que é o *addressee*, qual sua natureza e seu comportamento. Embora tenhamos demonstrado muitas de suas características nos capítulos predecessores, esta discussão tem um cunho de analisar aspectos como '*Ad massivo*' e a própria alocação sintática quando pronunciados no proferimento de IMP.

O capítulo de conclusão será o compilado do bloco, unindo os pontos apresentados.



## 1. A SEMÂNTICA DOS IMPERATIVOS

“Gandalf: Assim como todos que testemunham tempos como este, mas não cabe a eles decidir. O que nos cabe é decidir o que fazer com o tempo que nos é dado. Há outras forças em andamento neste mundo além das forças do mal.” (TOLKIEN, *O Senhor dos Anéis*)

Antes de falar especificamente sobre o trabalho de Masetto (2019) e oferecer uma reformulação, é importante repassar quais os trabalhos citados pelo autor em sua dissertação que o levou às conclusões que aqui discutiremos brevemente.

De início, do ponto de vista semântico, há três trabalhos que ele seleciona como os mais relevantes sobre imperativos: o de Condoravdi & Lauer (2012); de Kaufmann (2014); e de Portner (2004). Respectivamente, suas propostas para análise dos imperativos são chamadas de (a) **Teoria da Performatividade**, (b) **Teoria Modal** e (c) **Teoria da Propriedade**.

Masetto (2019) faz um percurso de apresentar estes trabalhos de modo pormenorizado. Nesta tese, de certo modo, faremos uma apresentação do mesmo conteúdo, mas talvez já viesados com as decisões teóricas tomadas e, até mesmo, pelas decisões do autor em sua dissertação.

A apresentação será dada pela ordem supracitada, já que a **Teoria da Propriedade** (PORTNER, 2004) é a que consideramos mais adequada para analisar o objeto em foco.

### 1.1 TEORIA DA PERFORMATIVIDADE

Sobre a primeira abordagem, os autores tratam os imperativos a partir de uma perspectiva em que Semântica e Pragmática se coordenam, principalmente por, na formalização semântica do objeto, conter traços semânticos e pragmáticos simultaneamente. A proposta de Condoravdi & Lauer (2012) traz em sua teoria o ranqueamento das preferências do falante e do ouvinte. Também se dá que IMP seria um tipo de *performativo*, comprometido com a *força ilocucionária*, e, por isso, gera obrigações e comprometimentos entre os envolvidos (*Sp* e *Ad*).

Outro ponto importante é que a *força diretiva* é derivada do *contexto*, não de um conteúdo semântico. Também é pertinente lembrar que existe um *significado semântico* que

é o *efeito convencional imperativo*, que leva a um comprometimento *doxástico* (o que o falante crê ser o caso). Vale ressaltar que também se tem as seguintes características: a) endosso de *Sp* (IMP representa o desejo mais forte do falante, isto é, seu envolvimento com o conteúdo do proferimento); b) comprometimento automático (não se pode mentir o desejo de *Sp* ao proferir um imperativo);<sup>13</sup> c) há o comprometimento mútuo dos interlocutores do imperativo; e d) inconsistência contextual (comprometimento de apenas uma decisão/escolha, *i.e.*, não se pode ter decisões contraditórias por parte de *Sp* e *Ad*).

O que se modifica em relação a outras perspectivas é que o uso imperativo nada mais faz do que explicitar as preferências do falante, isto é, como o estado de coisas do mundo deve ficar: se *Sp* profere '*Sai daqui*', ele deseja que seu ouvinte atualize o processo de ações naquele momento e que seu ouvinte se retire do local, ou seja, a ação de '*sair daqui*' como prioritária.

Outras circunstâncias para ser efetivamente bem estruturado um *imperativo* a partir desta proposta está na estruturação de preferências: resumidamente, o ranqueamento previsto faz com que *Sp* e *Ad* cheguem ao novo estado organizacional do mundo a partir do mundo de proferimento do imperativo (ou da interpretação diretiva direcionada entre *Sp* e *Ad*). A formalização que os autores propõem oferece uma visão condensada disso:

**(A) Formalização da Teoria da Performatividade de Condoravdi & Lauer (2012)**

$$\llbracket \text{Imperative} \rrbracket^c = \lambda p. [\lambda w. [\text{PEP}_w (\text{Sp}, \lambda v. [\text{EP}_v (\text{Ad}, p)]]]$$

A fórmula em questão visa a interpretação de imperativos em um contexto formal e acadêmico em português brasileiro. Inicialmente, ela estabelece que "p" representa o conteúdo proposicional do imperativo, e há uma ênfase na preferência efetiva desse conteúdo por parte do falante. Além disso, a fórmula descreve que o trecho "S" indica o compromisso do falante (*Sp* ou *Speaker*) com a preferência efetiva do ouvinte, com base em um contexto *c* específico que fornece a força diretiva necessária.

---

<sup>13</sup> Esta situação se encaixa com o estudo de predicados de gosto ou até mesmo de crença, já que o falante pode acreditar que a Lua é de queijo, e é verdadeiro no mundo das crenças do falante esta sentença. Não é racional qualquer outro falante virar para aquele e dizer que é mentira que a Lua é feita de queijo dentro de suas crenças – é necessário que haja a intensionalização, isto é, algo que modifique o mundo de avaliação, algo como '*No mundo real*' ou até mesmo '*na perspectiva científica*'.

No contexto da interpretação, são introduzidos dois conceitos importantes. Primeiramente, temos  $PEP_w$ , que se refere às preferências efetivas potenciais, ou seja, as ações a serem consideradas, determinadas pelo falante. Em segundo lugar, "EP" representa as preferências efetivas, onde a ação presente no imperativo é considerada necessária, e o contexto ( $Ad$ ) deve realizar essa ação. Essa interpretação leva em consideração dois mundos:  $w$ , que representa o mundo das ações desejadas pelo falante, e  $v$ , que representa o mundo da realização das ações pelo ouvinte.

Portanto, a fórmula oferece uma estrutura rigorosa para analisar a interpretação de imperativos, incorporando a preferência do falante, o contexto e a relação entre o falante e o ouvinte de maneira precisa e sistemática.

Há também que  $\lambda w$  é o mundo atual e  $\lambda v$  nada mais é do que o mundo relevante na projeção a partir de  $w$  (o mais bem ranqueado, ou seja, na seleção dos mundos possíveis, aqueles que melhor se coadunam com a realização da ação almejada pelo imperativo). A interpretação semântica é uma transferência do que  $Sp$  considera ser o melhor para que  $Ad$  execute no mundo possível  $v$ .<sup>14</sup> Condoradvi & Lauer (*idem*), argumentam que a interpretação para que  $Ad$  seja o executor de  $p$ , em um mundo que não o atual, é dada por duas inferências pragmáticas, isto é, determinadas pelo contexto.

Em linhas gerais, a fórmula poderia receber uma paráfrase do tipo: a interpretação de um imperativo, dada à condição contextual, equivale a uma proposição imperativa  $p$  qualquer, em que está em um determinado mundo, e neste mundo existem as preferências efetivas do falante, e há outro mundo, em que há a preferência efetiva para a realização da proposição  $p$  pelo  $Ad$ . É importante deixar claro que o imperativo apresenta as preferências do falante, mas não as faz verdadeiras, apenas satisfeitas se houver a atualização para a realização através de  $Ad$ .

No caso de uma sentença como ‘*Sai daqui*’,  $Sp$  profere o imperativo em um determinado contexto, fazendo com que a sentença ‘*Ad sai daqui*’ seja verdadeira em um mundo que não o de proferimento (por isso, as variáveis  $w$  e  $v$ ); há também o reconhecimento das preferências efetivas potenciais, do falante, que são transmitidas às preferências efetivas de  $Ad$  para a realização da ação imperativa. Mais ao fim, os autores ainda complementam:

---

<sup>14</sup> PEP relaciona-se bastante com o To-Do-List da Teoria da Propriedade (PORTNER, 2004).

os imperativos geram obrigações por serem diretos e por induzirem a preferência de *Ad* doxasticamente.<sup>15</sup>

## 1.2. TEORIA MODAL

O trabalho de Kaufmann (2014) pode ser descrita como uma **Teoria Modal** (dos imperativos). A autora inicia a discussão de que o sucesso/felicidade<sup>16</sup> em usar um imperativo está condicionado a expressar a modalidade ou expressar o contexto correto. Aqui, ela dispõe toda a teoria modal de Kratzer (2012), em que se vale de uma base modal e uma fonte de ordenação, algo válido para uma teoria que se considera de modais. Ela complementa que o *conversational background* apenas serve para deixar claro em que o falante acredita.

Outro aspecto da teoria é que há um verbo modal deletado que é trazido via implicatura pela interpretação, isto é, que o ouvinte compreende a sentença imperativa e, a partir dela, efetua o cálculo de implicatura do modal de necessidade *'should/ter que/deve'*. Se colocarmos duas sentenças, lado a lado, é possível verificar que não coincidem, mesmo que veiculem uma obrigatoriedade:

- (1) Saia daqui
- (2) João **deve** sair daqui
- (3) João **tem que** sair daqui

Ao menos intuitivamente, (1)-(3) são distintas, ainda que digam coisas próximas.

Embora seja possível colocá-las e proferi-las no mesmo contexto, há uma mudança de interpretação, que leva o ouvinte a executar a ação ou a entender que é “mais” necessário executar quando escuta (1) e não (2). Não temos a pretensão de discutir uma escala de necessidade; a diretividade dos imperativos engaja para a realização da ação do imperativo,

---

<sup>15</sup> A ideia central da palavra *doxástica* é que F faz com que as crenças de O se modifiquem e se tornem similares/pareadas entre si, por isso o uso do termo. Um dos membros da banca citou o fato de que apenas veria diretividade se *'João'* fosse um vocativo, e é este o caso que estamos defendendo aqui: a única interpretação possível como *'João'* sendo uma terceira pessoa – (1) e (2) – é a doxástica, ou seja, uma obrigação moral ou socialmente compartilhada, não direcionada como é a da diretividade.

<sup>16</sup> Colocamos dois termos aqui para exemplificar que a sentença é usada exitosamente. Em inglês, *felicity*. Escolheremos o uso *sucesso* meramente por questões de preferência.

enquanto a obrigatoriedade deôntica não gera o engajamento, além de poder ser negada – e a força diretiva não.<sup>17</sup>

Como apresentamos anteriormente, a deonticidade é um recorte das leis morais e cívicas, enquanto a diretividade é a transmissão do desejo do falante: o que se cancela com ‘*João não deve sair daqui*’ é esta obrigação advinda destas leis e regras, enquanto a diretividade é para que ele permaneça e atue assim porque o *Sp* assim o quer.

O exemplo (1) acima teria dois passos: ‘*Sai/a daqui*’ seria entendido como um imperativo, e calculado como ‘*Você tem que<sup>18</sup> sair daqui*’. Esta circunstância é dada através de sua apresentação sobre o que é considerado um problema para a teoria dos imperativos: os imperativos encaixados/reportados. Em uma situação como (1) acima, Ana quer que Pedro saia; se outra pessoa dissesse ‘*Ana falou que você tem que sair*’ aponta que a deonticidade é transmitida por um discurso indireto, o que não ocorre com a diretividade: ‘*Ana falou ‘saia’’* não carrega o desejo de Ana diretamente, mas sim o desejo do falante que reporta o que Ana falou. *Ad*, inclusive, pode questionar se a vontade de manda-lo embora é da Ana mesmo ou do *Sp* do contexto.

Para Kaufmann (2014), a única possibilidade de ser usado a primeira forma e não a segunda é com um modal: é possível dizer ‘*Ana falou que você tem que sair*’. Desse modo, a obrigatoriedade permanece e, em tese, Ana estaria impelindo a Pedro esta saída. No caso, a autora argumenta em favor da presença de um modal de necessidade que parece ser o caso em formas imperativas, e este verbo modal ‘*should/ter que*’ é o que faria ele ficar saliente na interpretação, trazendo toda a teoria sobre modais de Kratzer (2012).

Ela nos oferece a formalização abaixo sobre este fenômeno:

#### (B) Formalização da Teoria Modal de Kaufmann (2014)

$\llbracket \text{Leave!} \rrbracket^{c, g} = \llbracket \text{You should leave!} \rrbracket^{c, g} = \lambda w. \forall w' \in \text{Acc}^{19}_{(w)}$ : the addressee<sub>c</sub> leaves in *w*  
+ Pressuposições<sup>20</sup> (restrições para usos com sucesso)

<sup>17</sup> Há a possibilidade de leituras diretas com os verbos modais, como nos exemplos (2) e (3). Voltaremos à esta discussão no Bloco II.

<sup>18</sup> Optamos pelo exemplo ‘*ter que*’ em PB por se aproximar mais do que o *should* tem como interpretação, segundo Kratzer (2012).

<sup>19</sup> Kaufmann (2014) cita que é a abreviação do tratamento dado por Kratzer.

<sup>20</sup> A autora argumenta que as pressuposições são os parâmetros kratzerianos (base modal e fonte de ordenação).

Kaufmann (2014) apresenta vários exemplos em uma seleção de línguas, como *old germanic* [*alemão arcaico*], esloveno, coreano, inglês e até japonês, para justificar o uso encaixado dos imperativos e porque não perdem a força diretiva.

### 1.3 TEORIA DA PROPRIEDADE

A proposta da **Teoria da Propriedade** (PORTNER, 2004) traz pontos relevantes que, para nós, são caros e pertinentes: para analisar e descrever os imperativos, é necessário tomar como base de análise a interface entre Sintaxe, Semântica e Pragmática.<sup>21</sup>

Em se tratando de argumentos, Portner (2004) inicia o texto dizendo que há três tipos de sentenças universais nas línguas: as declarativas; as interrogativas; e as imperativas. Elas, além de universais, são sistemas fechados, cada qual com uma força específica quando proferida, defende o autor. No caso dos imperativos, é o tipo de sentença que instala um requerimento em *Ad*; a força, para ele, é sentencial, pois os imperativos, a seu ver, não têm valor de verdade – eles denotam propriedades: a de modificar o estado atual do mundo a partir da atualização do *To-Do-List (TDL)*<sup>22</sup> do ouvinte. O *TDL*, para Portner, é o conjunto de necessidades a serem executadas por uma pessoa, isto é, seus afazeres.

Um ponto interessante é que o autor lida com um pareamento entre forma-força, com a qual concordamos, e que cada campo atua para analisar e balizar a configuração para permitir a interpretação. Do mesmo modo que Jary & Kissine (2014), para nós é impossível dissociar a forma de um imperativo de sua força diretiva própria.

Continuando, Portner (2004) traz para esta área a responsabilidade de carregar o efeito que os imperativos geram nos ouvintes: quando alguém o profere, *Sp* quer que *Ad* atualize seu *To-Do-List* para que a ação seja executada.

A noção de *TDL*, inclusive, é um termo que neste trabalho nos esforçamos a cada tópico para construir: não consideramos que haja atualização de preferências ou afazeres prioritários *a priori*. Lembrando que *TDL* é um conjunto de proposições que são afazeres de cada um. Para Portner (2004), o imperativo é um atualizador do *To-Do-List<sub>Speaker</sub>* para o *To-*

---

<sup>21</sup> Aqui, é possível incluir Morfologia e Prosódia também, ainda que não as coloquemos em meio deste jogo durante o trabalho de forma pormenorizada.

<sup>22</sup> Uma possível tradução seria *Lista-do-que-Fazer*. Por uma questão de escolha, deixaremos o termo em inglês.

*Do-ListAddressee*. Na seção seguinte retomaremos, dentre alguns pontos, este traço da teoria de Portner.

De todos os modos, o autor considera o imperativo como um tipo de sentença que não têm valor de verdade, já que é uma construção que somente busca pela atualização da TDL de *Ad* a partir da do falante. É importante frisar que, do ponto de vista semântico, uma *propriedade* é uma função de indivíduos em mundos que levam a condições de verdade, em que a atualização da ação proposta pelo imperativo seja transmitida da TDL do falante para a TDL do *Ad*. Esta atualização seria a propriedade para Portner (2004).

Por fim, um outro aspecto trazido pelo artigo é o fato de que *Ad* tem que ser o argumento que executa a ação, tal qual um *agente* (*Ag*). Estamos de acordo, já que o imperativo “engaja” o ouvinte direto ou a audiência referente a 2ª pessoa (singular ou plural) para agirem. Abaixo, a formalização feita pelo autor:

**(C) Formalização da Teoria da Propriedade de Portner (2004)**

$$\llbracket \text{IMP} \rrbracket^{w*,c} = [\lambda w. \lambda x: x = \text{Addressee}_{(c)}. x \text{ executa o } \phi_{\text{imp}} \text{ em } w]$$

A fórmula apresentada, denotada como  $\llbracket \text{IMP} \rrbracket^{w*,c}$ , representa uma interpretação formal de um imperativo em um contexto específico. Para compreendê-la, é necessário considerar seus componentes. Primeiramente, o  $\lambda w$  indica uma função lambda que depende de um mundo possível, representado por  $w$ . Isso sugere que a interpretação do imperativo varia dependendo do contexto ou situação em que ele é usado.

Em seguida, temos  $\lambda x$ , que representa outra função lambda, onde  $x$  representa uma variável que está relacionada com o conceito de  $\text{Addressee}_{(c)}$ . Aqui,  $\text{Addressee}_{(c)}$  se refere à entidade ou destinatário específico no contexto, ou seja, a pessoa a quem o imperativo é direcionado. A expressão  $x$  executa o IMP em  $w^*$  indica que a interpretação do imperativo está relacionada com a ação de realizar ou executar a ação descrita pelo imperativo no mundo possível  $w$ . Portanto, a interpretação da fórmula implica que o imperativo é direcionado ao destinatário especificado no contexto ( $\text{Addressee}_{(c)}$ ) e se refere à ação a ser executada por essa entidade no mundo possível considerado.

Em resumo, a fórmula fornece uma estrutura formal para interpretar imperativos, levando em consideração o contexto, o destinatário e a ação a ser realizada, de acordo com

as especificações de IMP no mundo possível em questão. Isso contribui para uma análise precisa da semântica dos imperativos em um contexto acadêmico.

Um argumento qualquer é requisitado através de  $\lambda x$ , e pressupõe-se que este  $x$  equivale ao *addressee* do *contexto comunicativo* ( $Addressee_{(c)}$ ), e este mesmo indivíduo executará a ação proferida pelo imperativo em outro mundo que não o atual (pensando que, no atual, aquela condição não é o caso).

#### 1.4 A PROPOSTA ATUALIZADA

A proposta que selecionamos que coincide mais com a nossa intuição é a de Portner (2004), seguindo os argumentos presentes em von Stechow & Iatridou (2017). Para os autores, as teorias que levam em consideração preferências do falante – de Condoravdi & Lauer (2012), ou mesmo um modal oculto – de Kaufmann (2014) –, não conseguem captar situações em que o *Ad* pede o consentimento de *Sp* para algo, e que a única resposta possível é a imperativa:

- (4) A: Posso abrir a janela?
- (5) B: Pode sim, abre a janela.

Este tipo de resposta não poderia ser algo *‘Pode sim, você tem que abrir a janela’*.

Outro ponto que se torna um desafio às teorias de Condoravdi & Lauer (2012) e Kaufmann (2014) está na variação da força diretiva: em tese, se a diretividade varia, outras forças deveriam variar, o que não é o caso.

Este enfraquecimento, inclusive, é base para outra característica que oferece uma dificuldade para a teoria modal, mais especificamente: elementos como *‘I don’t care’* [*‘Eu não ligo’*] são possíveis apenas com exemplos imperativos, não com a presença de modais:

- (6) Sim, abre a janela, *eu não ligo*
- (7) Sim, # você tem que abrir a janela, # *eu não ligo*<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> Um possível cenário para exemplificar esta situação é o seguinte: A tem que abrir a janela para não ser punido de alguma forma, mas B não gosta muito de A. Na dúvida sobre o que fazer A pergunta para B:

A: Eu tenho que abrir a janela?

B: Sim, você tem que abrir a janela, mas eu não ligo para o que você faça.



Aqui, vale a menção que os imperativos, para que haja a atualização dos afazeres do *addressee*, há que existir comprometimento por parte do falante. Um imperativo pode ser usado pelo mero desejo do *Sp*, mas sempre será o caso que quem profere o imperativo acredita que seu *Ad* é capaz de entender o processo de engajamento todo – e também capaz de executar a ação.

De certo modo, o *'I don't care'* (*IDC*) deveria desfazer a diretividade, já que o IMP proferido perderia sua força no instante do complemento de quebra com o comprometimento *IDC*. Entretanto, o comprometimento que se rompe não está conectado ao desejo exato de *Sp*, mas sim à consequência: em uma situação como *'Vá para a direita, vá para a esquerda, IDC'* (von FINTEL & IATRIDOU, 2017), o que se desfaz é a intenção de oferecer uma via de ação. É o mesmo que o falante dizer “não me importa o que, mas tome uma decisão”. Aliás, é possível até ser uma exploração metalinguística dos imperativos, no sentido de uma mãe falando para o filho em cima da árvore *'Cai daí agora e racha a cabeça'*, em que nitidamente não há o desejo, mas sim seu inverso, o exagero metalinguístico que IMP causa é compreendido implicaturalmente como um chamado de atenção/perigo.

Retomando o *IDC*, portanto, o comprometimento de *Sp* com a situação ainda existe, ele abre mão exatamente da consequência, ou seja, da realização da ação.

Argumentado sobre as teorias, damos um passo para trás e reavemos a questão da atualização de *Ad*, que chamaremos de *engajamento de Ad* (*EngajAd*) nesta tese. O processo é idêntico ao que Portner (2004) propõe: um proferimento imperativo faz com o  $TDL_{Speaker}$  transfira a propriedade de agir para o  $TDL_{Addressee}$ . De fato, para que o ouvinte entenda que precisa fazer algo para modificar o estado atual do mundo, seu *TDL* precisa desta modificação. Entretanto, não consideramos que parte do *TDL* de quem proferiu a atualização, mas sim de seus desejos.

---

Nesse caso, o uso do modal *ter que* só fortalece que os deônticos geram outro tipo de obrigação, uma que não necessariamente tem conexão com o falante do contexto, mas com uma questão de pano de fundo – A ser obrigado a fechar a janela para não ser punido pela chefia, por exemplo. No caso dos imperativos, por outro lado, esta situação do uso de *IDC* faz com que o desejo do falante e a participação prototípica da diretividade que se conecta a *Sp* para engajar *Ad*. Como veremos a seguir, usos diretivos que aceitam o *IDC* não estão vinculados ao processo de engajamento, mas sim com as consequências perlocucionárias do ato, ou seja, com os resultados da execução ou não da ação por parte de *Ad*.

Portner (2004) argumenta que há a relação entre os *To-Do-List* do falante para o *To-Do-List* do ouvinte, como já citamos anteriormente. Imaginando a situação de um imperativo: *Sp* não quer fechar a porta, seja qual for sua motivação. Desse modo, pois, o falante sendo capaz de executar a ação ou não –seja, porque ele está impossibilitado, muito distante da porta, ou mesmo porque é mais fácil para ele ordenar/comandar o seu fechamento, por não querer fechar a porta – faria com que, na verdade, o imperativo fosse a veiculação do seu desejo pessoal de realização da ação por outra pessoa, no caso, seu *addressee*.

Logo, percebemos que a modificação de atualização de  $TDL_{Speaker}$  para  $TDL_{Addressee}$  não coincide com a situação de uso dos imperativos, mas sim que, advinda de sua lista de desejos, o *To-Do-List* de *Ad* tenha o *p* veiculado pela sentença imperativa. Portanto, adotamos que o *Speaker Wishlist*<sup>24</sup> atualiza o *Addressee's To-Do-List*.

Isso fica ainda mais claro, se levarmos em conta exemplos com ações que o falante nitidamente não tem como agir pelo ouvinte:

- (8) Sai/a daqui agora
- (9) Coma/e todo o lanche
- (10) Fica/fique quieto

Estas ações proferidas de (8)-(10) não são ações possíveis de serem substituídos os agentes: *Sp* não pode sair no lugar de *Ad*, ou mesmo comer o lanche todo, até mesmo ficar quieto. Logo, sendo o conjunto dos seus desejos que *Ad* saia do local em que estão, coma todo o lanche ou fique em silêncio, esta atualização faz mais sentido e explica momentos em que a própria indisponibilidade do falante em agir.

Outro ponto que esta mudança oferece é o fato de haver, em todo imperativo, um *CONTROLE* hierárquico de *Sp* sobre *Ad*. Caso isso não ocorra, temos situações com muito ruído que, mesmo sendo linguisticamente viável, é socialmente anômalo:

---

<sup>24</sup> Um possível contraexemplo para isso seria o presente em contextos militares, em que o tenente pode não querer atacar um vilarejo, mas o general o manda fazer tal comando, há a atualização do desejo contextualizado – não é da pessoa do falante, é da pessoa militar. Desse modo, o SWL da pessoa do tenente não é considerado, mas o que é relevante para este contexto é sua hierarquia militar, e se a ordem vem de um superior, ele precisa acatá-la e transmiti-la diretamente a seu pelotão.

- (11) Filho para mãe: # Come todo o lanche  
 (12) Contratado para chefe: # Fica quieto

Este *CONTROLE* equivale ao elemento social *autoridade*: dada pela cena contextual, *Sp* tem certo controle de acesso a *Ad*, no caso, da atualização de sua *TDL*. Sem este controle, por sua vez, há os exemplos anômalos, pois sua atualização fica inviável. Este aspecto, inclusive, ajuda a entender como é possível proferir imperativos (ou construções com força diretiva) para pessoas que se acaba de conhecer, pois o compartilhamento mínimo de informações (perguntar qual ônibus vai para a faculdade, por exemplo) para que o *Sp*, em um segundo turno, tivesse o *CONTROLE* mínimo para uso de IMP. Retornaremos em 2.4 abaixo, quando falaremos das nuances da própria força diretiva.

Outro ponto crucial é que o contexto vai determinar os desejos relevantes: a porta estará fechada, ou as janelas abertas, ou os alunos sentados, ou falando muito. A nossa adoção também segue o preceito de Portner (2004), em que os conjuntos de proposições são módulos do contexto (os desejos em uma sala de aula, em um salão de festas e assim por diante), e tal módulo de transferência é dado pela Pragmática (o que se coaduna perfeitamente com a proposta a seguir sobre o *engajamento de Ad* ser do campo pragmático). A nossa proposta é intermediária em relação às de Portner (2004) e de Condoravdi & Lauer (2012), pois ela promove uma especificação do *TDL* e também das preferências efetivas potenciais para as preferências efetivas através da atualização  $SWL_{(p)} \rightarrow IMP_{(p)} \rightarrow AdTDL_{(p)}$ .<sup>25</sup>

Mas, por fim, o que é *SWL*? *SWL* é o conjunto de proposições desejadas pelo falante que profere o imperativo. Do mesmo modo que Portner (2004) defende que o conjunto de partida é o  $TDL_{Speaker}$ , para nós há a projeção da vontade de *Sp* parte de seus desejos.

Temos o seguinte modelo para este processamento semântico:

**(D) Modelo de atualização com *p***

$$SWL = \{p, q, r, \dots\} \rightarrow IMP_{(p)} \rightarrow AdTDL = \{p, a, b, c, \dots\}$$

---

<sup>25</sup> O uso de setas  $\rightarrow$  não é metalinguístico, isto é, não tem relação alguma com a *implicação material* da Lógica, somente demonstra a sequência a ser seguida de uma via somente.

A proposição mais saliente será a de proferimento de imperativo: no caso, seria o desejo mais forte do falante. Tornando a trazer o exemplo *'Sai daqui'*: quando o falante profere este imperativo, é o desejo dele que *'Addressee sai daqui'* o quanto antes, presente no seu conjunto dos desejos –  $SWL_{(p)}$ . Ele profere – isto é, é emitido em ondas sonoras a sentença *'Sai daqui'* –  $IMP_{(p)}$ ; e por fim, *Ad* é impelido a agir daquela forma, ou seja, a retirar-se do local em que está.

Da mesma forma, é possível aplicar este modelo para os imperativos negativos. Já que as formas com a negação, como *'Não sai daqui'*, não têm sua força diretiva cancelada, logo, é preciso entender em que ponto recai, portanto, o elemento negativo. Nosso modelo consegue dar conta deste aspecto, pois, em sua forma negativa, ela mantém o paralelismo: é possível ter desejos de que algo não ocorra:

**(E) Modelo de atualização com  $\neg p$**

$$SWL = \{\neg p, q, r, \dots\} \rightarrow IMP_{(\neg p)} \rightarrow AdTDL = \{\neg p, a, b, c, \dots\}$$

Em que o imperativo *'Não saiam daqui'* expressa o desejo do falante de  $\neg p$ , isto é, dos ouvintes não saírem, no caso, a execução de  $\neg p$ . Neste ponto, entretanto, é necessário receber uma nova roupagem: desejos negativos podem ser entendidos como visualizações do que não se deseja (*não ficar doente, não comer pepino, não fazer tarefa, não tirar nota ruim na prova de Matemática*), mas que, na prática, gera um problema ontológico: uma não coisa não pode influenciar no mundo.

Por exemplo: no caso de uma declarativa *'A casa explodiu porque não fechei o gás'*, não foi o *'não fechamento do gás'* causador da explosão, mas sim *'o gás vazando'*. Logo, embora tenha o elemento negativo, apenas o que é palpável (aqui de forma abstrata também) pode causar e influenciar o mundo, as não-coisas não. Desta forma, *'Não sai daqui'* ou *'Não faz barulho'* nada mais é do que uma forma de dizer *'Fique aqui'* ou *'Faça silêncio'*. Isto não cancela ou anula as discussões, pelo contrário, deixa a teoria e a proposta ainda mais enxutas.

Por fim, esta atualização é dada por conta da propriedade destes módulos do contexto ( $SWL \rightarrow AdTDL$ ), na própria formalização, em que a passagem  $Ad_{(c)}$  faz com que o *addressee* relevante seja verificado pelo contexto, o que defendemos e mostramos ser pertinente até então. Aliás, um traço dos imperativos é que, quando há seu proferimento para um conjunto de pessoas com mais de um membro, esta audiência sofre o engajamento “massivo”, ou seja, ao proferir o ‘*Fiquem quietos*’ para uma sala de aula, todos interpretarão que é para ficarem quietos, não sendo possível uma seleção *a priori*, apenas se o falante fizer uma retificação: ‘*Saiam daqui, menos o João e o Pedro*’, deixando claro que ‘*todos os addressees contabilizados pelo contexto presentes tenham seus fazeres atualizados e executem a ação, menos dois membros – João e Pedro*’. Este processamento demonstra o poder do engajamento diretivo de um imperativo plural.

Antes de continuarmos, vale citar a proposta do que é o *TDL* para Portner (2010) e a formalização da contraparte pragmática dos imperativos:

#### (F) Ordenação pragmática dos imperativos

##### (a) Ordenação de mundos:

Para cada  $w^1, w^2 \in \cap CG$  e cada participante  $i$ ,  $w^1 < w^2$  sse para algum  $P \in T_{(i)}$ ,  $P_{(w^1)(i)} = 1$  e  $P_{(w^2)(i)} = 0$ , e para todo  $Q \in T_{(i)}$ , se  $Q_{(w^2)(i)} = 1$ , então  $Q_{(w^1)(i)} = 1$ .

##### (b) Engajamento do Agente:

Para cada participante  $I$ , os participantes na conversação mutuamente concordam em fornecer para  $i$  a ação racional e cooperativamente na extensão destas ações em um mundo  $w^1 \in \cap CG$  tendo que fazer o que mais não é o caso de  $w^2 \in \cap CG$ , em que  $w^2 < w^1$ .<sup>26</sup>

Ao contribuir para  $TDL_{Addressee}$ , um imperativo afeta a ordenação de mundos, o que por sua vez orienta como as ações do destinatário serão julgadas e compreendidas. O *Commonground* e a *TDL* são paralelos, no nível do discurso, à base modal e à fonte de ordenação na semântica sentencial dos modais.

Portner (2010) oferta tal formalização, da qual é possível fazer a seguinte paráfrase:

---

<sup>26</sup> Esta passagem é a passagem (8) de Portner (2010). A tradução é nossa.

No âmbito da "Ordenação pragmática dos imperativos," o texto estabelece um conjunto de regras que regem a interpretação e priorização de imperativos em contextos pragmáticos. Essas regras são definidas em dois aspectos principais:

(a) Ordenação de mundos: Neste aspecto, a ordenação de mundos é discutida. Para cada par de mundos possíveis ( $w^1$  e  $w^2$ ) pertencentes à interseção do Conjunto de Mundos (CG) e para cada participante da conversação representado por "i," é estabelecido que  $w^1$  é considerado menor ( $w^1 < w^2$ ) do que  $w^2$  se, e somente se, existe uma proposição P pertencente ao conjunto de crenças do participante i ( $T_{(i)}$ ) em que  $P_{(w^1)(i)} = 1$  e  $P_{(w^2)(i)} = 0$ . Além disso, é determinado que para qualquer outra proposição Q pertencente ao conjunto de crenças do participante i, se  $Q_{(w^2)(i)}$  não é igual a 1, então  $Q_{(w^1)(i)}$  não pode ser igual a 1.

(b) Engajamento do Agente: Neste ponto, enfatiza-se o engajamento do agente. Para cada participante representado por "I," os participantes envolvidos na conversação concordam mutuamente em fornecer ações que sejam racionais e cooperativas. Isso ocorre na extensão dessas ações em um mundo possível  $w^1$  pertencente à interseção do Conjunto de Mundos (CG) e é realizado fazendo o que não é mais o caso no mundo  $w^2$  pertencente à mesma interseção de conjuntos, em que  $w^2$  é estritamente menor que  $w^1$  ( $w^2 < w^1$ ).

Em resumo, o texto apresenta diretrizes detalhadas para a ordenação pragmática dos imperativos, considerando a lógica das crenças dos participantes e a priorização das ações em diferentes mundos possíveis, visando promover a cooperação e a racionalidade nas interações verbais. Ele coloca logo abaixo como *engajar o Agente* (que chamamos de *engajamento de Ad*): para cada participante *i*, os participantes que participam da conversação mutuamente concordam e compartilham em fornecer para apenas um indivíduo a tomada de ação, de modo racional e cooperativo em que as ações no mundo  $w^1$ , que fazem parte do *commonground* dos falantes e que estas ações compartilhadas e cooperativamente aceitas não estão presentes no mundo  $w^2$ , seguindo a ordenação saliente e relevante entre  $w^2 < w^1$  para executar a ação.

As propostas teóricas de Portner (2004; 2010) se coadunam com a nossa, embora não sigamos tão a fundo a área – a *Dynamic Pragmatics*. Em linhas gerais, também defendemos que há a atualização entre os participantes da cena comunicativa, dadas pelo contexto; que o *Ad* é engajado para agir daquele modo que deseja *Sp* e que expressou tal

desejo na forma de imperativo – ou qualquer forma com a força diretiva. Deixamos à Pragmática um caminho interpretativo nestes moldes no capítulo referente à área (cf. capítulo 2 do **Bloco I**).

Por fim, qual seria a natureza de SWL e AdTDL? Como módulos do contexto, podemos propor a descrição de que eles sejam como abaixo:

**(G) Descrição semântica dos conjuntos SWL e AdTDL**

$$\llbracket \text{SWL} \rrbracket = \lambda p. p \in D_{\text{Wishes}}: \{p, q, r, \dots\}^{\text{Speaker-Wish-set}} \mid D_{\text{Wishes}} \subset D_{\text{Beliefs}}$$

$$\llbracket \text{AdTDL} \rrbracket = \lambda p. p \in D_{\text{To-Do}}: \{p, a, b, \dots\}^{\text{Addressee-To-Do-List-set}}$$

Uma paráfrase para esta proposta é: No contexto da "Descrição semântica dos conjuntos SWL e AdTDL," as fórmulas a seguir são apresentadas para definir esses conjuntos específicos:  $\llbracket \text{SWL} \rrbracket$  é a interpretação semântica do conjunto SWL (*Speaker-WishList*), que é utilizado para representar as preferências e desejos do falante (*Sp*) em um contexto comunicativo. A função lambda  $\llbracket \text{SWL} \rrbracket$  mapeia uma proposição a propriedade  $p$  que será transmitida através do proferimento, e esta propriedade advém do *Domínio dos Desejos do falante* ( $D_{\text{Wishes}}$ ), conjunto este que consiste em várias proposições, denotadas como  $\{p, q, r, \dots\}$ . Essas proposições representam os desejos do falante em geral, isto é, no cotidiano. É importante notar que o  $D_{\text{Wishes}}$  está contido no conjunto  $D_{\text{Beliefs}}$  (*Domínio de Crenças do falante*), implicando que os desejos são baseados nas crenças de *Sp*. Em suma, esta fórmula estabelece a relação entre as crenças do falante e seus desejos comunicados.

Já  $\llbracket \text{AdTDL} \rrbracket$  é definida como o conjunto *AdTDL* (*Addressee's To-Do-List*), que é usado para representar as ações ou tarefas que *Ad* precisa executar. A função lambda mapeia uma proposição a propriedade transmitida pelo engajamento para o *Domínio do To-Do-List de Addressee* (lista de afazeres), que consiste em várias proposições, denotadas como  $\{p, a, b, \dots\}$ . Essas proposições representam as tarefas ou ações que o destinatário é encarregado de realizar com base na comunicação. Em resumo, esta fórmula estabelece a relação entre as ações direcionadas ao destinatário e a que se torna mais saliente é a proferida pelo falante na sentença imperativa, representada por  $p$  em ambos os conjuntos.

Essas fórmulas fornecem uma base semântica para compreender os conjuntos *SWL* e *AdTDL* em contextos de comunicação, onde *SWL* reflete os desejos do falante e *AdTDL* reflete as tarefas atribuídas ao destinatário, ambos em relação às crenças e à comunicação em curso.

## 1.5 AS-SOON-AS-POSSIBLE

Resolvidos estes aspectos, algo ainda resta: a noção de *aproximativo da futuridade* dos imperativos. Como trataremos no capítulo 3 de Sintaxe, um dos traços a ser valorado pelo imperativo está presente no nó sintático *AspectProximativeP*. Ele acolhe o traço *futurity*, que já argumentamos ser distinto de *futuro*. Uma forma de avaliar que um imperativo, quando proferido, requer que o *Ad* execute o quanto antes a ação, está no que chamamos do *As-Soon-As-Possible-test*.

Uma sentença como *‘Sai daqui’* requer que o ouvinte se retire do local em que estão ele e o falante. É estranho pensar que *Ad* ficou, por exemplo, olhando pela janela a paisagem, ou mexendo no celular após escutar o comando. A tomada de ação é imediata ao fim do proferimento, a menos que tenha alguma marcação temporal que faça a interpretação imediata ser transferida para outro ponto. Quando isso não ocorre, ou seja, há dissimulação por parte de *Ad*, é necessário que se ratifique via repetição do imperativo, ou até mesmo uma nova ameaça – sendo cabível uma *imperative-like ultimatum*, como *‘Faça o que mandei ou sofrerá as consequências’*.

Mudando de ponto, os imperativos são sentenças que demandam, como apontado por nós já em alguns momentos, com fator de imediatismo, ou como chamamos, *‘As Soon As Possible’* [*‘o quanto antes’*]. Sobre a interpretação *default* da futuridade, pode-se inserir elementos temporais adjungidos, como a seguir:

- (13) Faça a tarefa
- (14) Faça a tarefa **hoje**
- (15) Faça a tarefa **durante a noite**<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Uma possibilidade que não vamos vislumbrar nesta tese é a conexão entre as formas adverbiais de tempo *‘por X tempo’* ou *‘até X’*, discutidos por Basso (2007). De todos os modos, parece haver um comportamento bem exclusivo entre os imperativos e estas formas, ficando aberta a pesquisas envolvendo tais objetos.



As sentenças de (13)-(15) conseguem esclarecer este aspecto aproximativo: imaginemos o contexto de uma conversa entre mãe e filha. Somente com o imperativo, como em (13), tem-se que a filha precisa executar a ação de realizar a tarefa ‘*o quanto antes*’. Por que ‘*o quanto antes*’? Se ela estiver, por exemplo, mexendo no celular, ela não conseguirá se teletransportar para a mesa, com os livros abertos e iniciar a tarefa. Ela precisa se ajeitar, movimentar-se até a mesa e, só assim, iniciar a tarefa. Se ela não pode – ou não quer –, ela muito provavelmente irá redarguir à mãe com algum tipo de frase como ‘*agora não posso*’ ou ‘*já vou, só um instante*’, modificando a interpretação ‘*o quanto antes*’. Para fins de argumentação e descrição, usaremos a construção em inglês ‘*as soon as possible*’, ou simplesmente *ASAP*.

Como interpretar (14) e (15) com as marcas temporais? É exatamente aí que há o fortalecimento do argumento do *ASAP-test*: se pensarmos no tempo demarcado para iniciar a tarefa em (14) – ‘*hoje*’ –, a mãe deseja que a filha inicie a tarefa hoje, o que abre o precedente ‘*até a meia-noite*’ ou mesmo ‘*até a hora de dormir*’. Contextualmente, ambas entenderão, pois compartilham do *background informacional*: ‘*hoje*’ é até um horário viável antes de dormirem, não é amanhã ou depois de amanhã. O mesmo serve para a marca em (15): ‘*durante a noite*’ é a partir do início da noite, o quanto antes, ou seja, *ASAP* – ‘*durante a noite*’. Não faria sentido a pessoa começar antes do crepúsculo, o que até ocasionaria uma surpresa para a mãe, sendo facilmente respondida com ‘*Consegui um tempo antes do esperado*’. O mesmo vale para a impossibilidade: a filha, caso não possa cumprir com a tarefa dentro do período temporal do proferimento, irá indagar sobre esta capacidade de executar *p* naquele determinado tempo.

Logo, é possível defender que *ASAP* equivale ao aspecto aproximativo é, de fato, o que se casa perfeitamente com a *futuridade* – e não *futuro*.

Todavia, fica a dúvida sobre sua natureza: se for semântico, ele não poderia ser cancelado ou questionado com tanta facilidade. Pensando em exemplos:

(16) Chefe: Me entrega o relatório no **fim da manhã**

Secretário: **Mas não posso**, estarei em reunião. Te entrego no **fim da tarde**.

(17) Pedro: Me envia o relatório **agora**

João: **Agora não posso**, te entrego **amanhã cedo**

Os pares (16)-(17) são exemplares: o *ASAP<sub>fim-da-manhã</sub>* é o tempo ‘*fim da manhã*’, ou seja, nos minutos finais do turno da manhã, o chefe deseja o relatório entregue. O secretário, por sua vez, questiona este *ASAP<sub>fim-da-manhã</sub>* remanejando-o para um novo ponto: o *ASAP<sub>fim-da-tarde</sub>*. Este comportamento se assemelha muito a situações implicaturais. Do mesmo modo, em (17), ocorre o mesmo: fica claro que João entende o imediatismo da futuridade do imperativo proferido por Pedro, mas é inviável que a consequência, isto é, que a mudança do estado daquele aspecto do mundo (entrega do relatório) possa ser executada naquele instante *ASAP<sub>agora</sub>* desejada por seu interlocutor. Portanto, João recobra a situação, não questionando se vai ou não agir, mas apenas modificando o imediatismo para um *ASAP<sub>amanhã-cedo</sub>* que lhe permite executar a ação de modo completo.

Por essas circunstâncias, tomaremos *ASAP* um traço característico importante para a diretividade, mas que é da alçada implicatural, ou seja, pragmático de natureza. Sem este senso temporal dado pelo proferimento é impossível sua execução. Logo, deixaremos para o próximo capítulo este tópico e o discutiremos em momento oportuno.

Do ponto de vista sintático, é possível já iniciar a defesa da estrutura a partir deste nó, já que a Cartografia permite dados pragmáticos em sua valoração de traços – e o *Aspect<sub>Proximative</sub>P* seria a representação do *ASAP-futuridade*.

Defendido e explicado os aportes semânticos do fenômeno, passamos aos aspectos pragmáticos dos imperativos no próximo capítulo.

## 2. A PRAGMÁTICA DOS IMPERATIVOS

“Só é diferente na sua mente. Você precisa desaprender o que aprendeu.”  
(YODA, Mestre)

A partir do exposto, o trabalho se direciona para lidar com as sentenças imperativas do ponto de vista pragmático. Inicialmente, é necessário pensar com o que se entende quando se profere ou escuta um imperativo, existe uma necessidade de atuar, de agir após escutá-lo. Ou seja, imperativos têm como função a mudança comportamental da audiência do falante.

Somente à luz da interface entre Sintaxe, Semântica e Pragmática, é possível entender este objeto. A Sintaxe dá conta do fato estrutural do imperativo. Do ponto de vista semântico, os imperativos manejam a atualização de propriedade entre os desejos de *Sp* para a lista de fazer *Ad*.

É importante lembrar que a partir da Pragmática é que se pode ajustar algumas outras peças para a construção do quebra-cabeça que é o imperativo. É neste campo que ocorre a seleção do realizador da ação imperativa (*Ad*), por motivos de engajamento a partir da *força diretiva*, além da verificação contextual da existência de um *Ad* e sua aptidão (imaginada como possível pelo falante) em ser o agente da ação.

Outra peça que ficou para a Pragmática é o *ASAP*, embora discutido no capítulo anterior. Estes pedaços são o objetivo do presente capítulo, que visa colocar à luz de uma proposta de um novo modelo de interpretação do imperativo pragmaticamente falando.

Para explicar melhor através de qual perspectiva realizaremos a análise, tomaremos como base o texto de Oliveira (1996), que retrata e discute os pontos cruciais das Teorias dos Atos de Fala (TAF) de John Austin e John Searle. Outro em que nos embasaremos é a síntese feita por Levinson (2007) em sua obra *Pragmática*.

A Teoria dos Atos de Fala nasceu, em verdade, após os textos do segundo Wittgenstein, e vai ser desenvolvida e ficar conhecida com este nome a partir de J. Austin. A base de sua discussão se inicia ao pensar que, na realidade, a linguagem é um modo de fazer com que ações também aconteçam, é uma forma de falar-e-agir simultaneamente. Inclusive, é a partir da teoria de Austin que é possível entender a linguagem humana como uma forma de comportamento humano.

Austin argumenta que existem procedimentos convencionais geradores de um efeito conversacional. Falar, em certas condições e contextos, exige convenções pré-estabelecidas: as pessoas devem ser as adequadas, terem o poder social para isso (juiz, padre, professor), e proferirem a construção como um todo, completamente. Seguindo as situações a seguir:

(18) Padre aos noivos: Eu vos declaro marido e mulher

(19) Padre ao neném: Eu o batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo

(20) Juiz: Eu declaro o réu culpado

(21) Presidente da assembleia: Eu declaro a sessão aberta

Em (18), havendo o contexto matrimonial da igreja católica apostólica romana, a figura do padre proferirá que os noivos, diante dele, estão, a partir daquela sentença, casados. É este tipo de construção que Austin queria lidar: ao mesmo tempo em que o padre pronunciou cada um dos fonemas ordenadamente, uma ação se realizou – a de executar a mudança de estado civil<sup>28</sup> de duas pessoas, presentes perante o altar, ambas consensualmente estavam ali por vontade própria. Este é um tipo de ato de fala (AF) bem-sucedido.

Entretanto, imaginemos uma situação inadequada: João, um professor de dança, está caminhando pelas ruas do centro de sua cidade, vê duas pessoas conversando, aproxima-se e diz: *'eu vos declaro marido e mulher'*. A ação do ato não tem sucesso, pois as pessoas não são adequadas, o contexto e o momento também não o são, e mais, toda a questão de convenção relacionada ao local de execução do ato de fala não existe, isto é, seu contexto específico. Inclusive, João poderia ser padre, com todas as licenças para efetuar um casamento, mas sem estarem em uma igreja, com todas as condições estabelecidas, ele não poderá casar duas pessoas na rua aleatoriamente por não ter o “poder” de fazê-lo.

Um AF exige um contexto específico para que se complete, ou seja, para ser bem-sucedido, ou, então, falhará: o padre precisa estar apto a realizar o casamento, os noivos, por vontade própria, presentes no altar, repetindo as palavras da promessa matrimonial. Se algo estiver fora deste quadro, for indevido, o matrimônio não se efetiva, logo, é o que se chama

---

<sup>28</sup> Atualmente, o padre – ou qualquer figura à frente das instituições religiosas – apenas realiza o matrimônio religioso e, em alguns casos, há em meio à cerimônia religiosa a realização do casamento civil, com assinatura da ata por testemunhas e pelos noivos. De qualquer modo, a ideia é citar que a realização com todos os integrantes convencionalizados permite-nos interpretar o ato de fala como bem executado, com felicidade – ou sucesso.

de insucesso.

O mesmo se passa em (19) e (20): se não for devido ao local de batismo, qualquer pessoa pode derramar água na cabeça de um bebê e proferir que está sendo batizado em nome de quem quer que seja, que o batismo não se concretizará. Da mesma forma que um cidadão, que não o juiz, proferir o ato de fala da declaração de sentença não fará com que o ato de prisão seja realizado.

Os exemplos de (18)-(21) são exemplos tidos como atos de fala explícitos, por ter em uma construção, junto a um verbo específico (chamado de verbo de ato de fala, ou performativo), em contexto e momento específicos. Eles cumprem, todos, as regras de realização dos atos, contidos em Levinson (2007, p. 291):

#### **(H) Contingências dos atos de fala**

A. Para um ato de fala ter sucesso:

(i) Deve existir um procedimento convencional que tenha um efeito convencional;

(ii) As circunstâncias e as pessoas devem ser adequadas, conforme especificado no procedimento

B. O procedimento deve ser executado (i) corretamente e (ii) completamente

C. Muitas vezes, (i) as pessoas devem ter os pensamentos, sentimentos e intenções requeridos conforme especificado no procedimento, e (ii) se a conduta consequente é especificada, então, as partes relevantes devem ater-se a essa conduta

O que é muito caro à teoria é a noção de existir um procedimento convencional anterior para que se possa gerar um efeito conversacional (regra A.i). É o que temos em (18)-(21) acima.

Usando (18) como exemplo, ele (i) tem um procedimento convencional que tem efeito convencional que é o de formalizar a relação conjugal por via do matrimônio; (ii) as circunstâncias e as pessoas são adequadas – o padre, ou a pessoa cujo cargo tem este tipo de poder e os dois membros, ainda noivos, interessados e consensualmente presentes para a formalização do laço matrimonial; (iii) os noivos desejam sair dali como cônjuges, têm esta intenção e a vontade para que isso se realize, da mesma forma que o procedimento faz com que o padre execute o ato de acordo a firmar-se este contrato e, também, todos eles sabem os procedimentos ou são orientados sobre como devem proceder estando sob aquela

circunstância da conduta – ajoelhar-se, ficarem em pé, de frente um ao outro, repetir as palavras, etc.

A partir de (H), Austin mostra que dentro de um ato de fala há, na verdade, outros três tipos de atos: o *ato locucionário* - a enunciação de uma sentença com sentido e referência determinados; o *ato ilocucionário* - o ato de fazer uma declaração, oferta, promessa etc., ao enunciar uma sentença, em virtude da força convencional associada a ela (ou à sua paráfrase performativa explícita); e o *ato perlocucionário* - o ato de causar efeitos no público por meio da enunciação da sentença, sendo tais efeitos contingentes às circunstâncias da enunciação (*idem*, p. 300).

Como em (20), por exemplo, temos a seguinte descrição: o *ato locucionário* (AL) é o proferimento ‘*Eu declaro o réu culpado*’. É simplesmente a locução, é a sentença como foi proferida.

Seu *ato ilocucionário* (AI) é o de ‘*fazer a condenação de um réu*’, do mesmo jeito que existem outros tipos, como *prometer, duvidar* etc. A partir do ato locucionário, o falante do ato de fala oferece à audiência qual a força a ser interpretada para que se compreenda qual é a ação a ser realizada.

Por fim, o *ato perlocucionário* (AP) de (20) pode ser que todos os presentes compreendam que aquela pessoa sob julgamento, antes inocente, agora é colocada na condição de alguém que cometeu um crime, isto é, culpado. Este ato, aliás, como já dito anteriormente, é de difícil previsão, pois seus efeitos podem ser inúmeros, dentre os pretendidos pelo falante, ou mesmo alguns compreendidos pelo ouvinte.

Para que seja possível a discussão e avaliação destas semelhanças e diferenças, primeiramente, um fato determinante: utilizaremos um recorte de todo ato de fala e focar-nos-emos apenas em dois dos três: *ato ilocucionário* e *ato perlocucionário*.

E os imperativos? As sentenças imperativas serão tratadas como atos de fala diretivos, principalmente pela questão de que Austin, em suas revisões posteriores, considerou que todo e qualquer proferimento é um ato de fala: uma declarativa é ‘*eu declaro p*’, um imperativo é ‘*eu ordeno p*’, uma pergunta é ‘*eu pergunto p*’ etc.

Não obstante, a Pragmática resulta ser o campo que compreende o engajamento de *Ad*, ou seja, do entendimento da força diretiva e como este ouvinte compreende que precisará executar uma ação posteriormente como uma consequência do proferimento linguístico. Sobre a contraparte da Sintaxe, acreditamos que o nó funcional Mood<sub>SpeechAct</sub>P aloca a força

diretiva de IMP. A conjunção entre *directive* e o nó funcional é primordial, embora não substitua a parte pragmática da análise (MASETTO, 2019).

Em relação a isso, defendemos que os imperativos seguem o padrão de um ato de fala que chamamos diretivo. Ele tem um material linguístico, uma força que engaja o *Ad* e que leva à consequência de agir e modificar no mundo o que *Sp* deseja – e que pretende com o proferimento. Lembramos que para o imperativo ser gramaticalmente possível, nos focamos apenas no linguístico – a consequência de *Ad* não é contabilizada para o sucesso de um proferimento diretivo.

Todavia, não é apenas a questão dos atos de fala que são parte da Pragmática na descrição dos imperativos: há também, por vias contextuais, a seleção e verificação de *Ad* – se ele existe e é capaz de agir. Vamos deixar uma seção para discutir este ponto que se coaduna com o parâmetro *c* da formalização de Portner (2004). A capacidade gerada pelo contexto é retirada a partir do *commonground* que o conjunto dos desejos oferta: *Sp* acredita que *Ad* existe e é capaz de executar a ação, logo, a avaliação e contingenciamento contextuais são executados com sucesso – o *engajamento*, no fim das contas. Esta discussão fica para 2.1.

Ainda há, para os imperativos, uma necessidade gerada pela parte pragmática em meio ao entendimento semântico da propriedade, que é o fato de o *Contexto* ter uma força determinante sobre a seleção dos *addressees*. Esta seleção é necessária, já que o imperativo almeja que *Ad* execute *p*, e não somente, que ele seja capacitado para tal.

Adiante, em 2.2, voltaremos a falar do *As-Soon-as-Possible* e a sua variância dos tempos que geram a futuridade da diretividade. Retomamos esta discussão em meio dos estudos pragmáticos, pois avaliamos ser importante delimitar de que local – e de que forma – é interpretado *ASAP* – e pelo que vislumbramos na contraparte semântica, o traço é dado por vias implicaturais, como veremos em breve.

Seguindo a linha de apresentação, levantaremos os aspectos de comprometimento do *Sp* em relação ao imperativo e seu proferimento. Dessa forma, em 2.3, analisaremos o fenômeno do *'I dont' care'* [*Não ligo*] (*IDC*). Em tese, o *IDC* deveria cancelar a diretividade, já que é necessário haver comprometimento por parte do falante no engajamento (na crença de que *Ad* é capaz de executar a ação desejada), mas isso não ocorre,

como veremos.

Já em 2.4, faremos uma breve discussão sobre *CONTROLE*, um elemento de hierarquia necessário – que pode gerar situações anômalas do ponto de vista pragmático. O *CONTROLE* é uma explicação para uma situação controversa da variação da força diretiva para *ordem, comando, sugestão, conselho* etc. É através dele, inclusive, que em uma perspectiva teórica conjunta semântico-pragmática pode-se argumentar porque certos verbos são passíveis de receberem a leitura diretiva como imperativo – verbos *de accomplishment* e *achievement*, em gerais, e alguns de *atividade* e raros os casos de *estativos*.

## 2.1 CONTINGÊNCIA DE ENGAJAMENTO CONTEXTUAL

Nesta seção, discutiremos a existência da seleção através do processo que chamamos de *Contingência de Engajamento Contextual (CEC)*. É um conjunto em que a validação da atualização de *SWL* para *AdTDL* ocorre, através da *agentividade* oferecida ao ouvinte. Em suma, o esquema abaixo mostra a divisão de seleção tratada até então:

### (I) *Contingência de Engajamento Contextual*

( $\alpha$ )	Ad é capacitado para executar p	&	Ad é agente da ação em <i>ASAP</i>
( $\beta$ )	Ad é capacitado para executar p	&	Ad <b>não</b> é agente da ação em <i>ASAP</i>
( $\gamma$ )	Ad <b>não</b> é capacitado para executar p	&	Ad é agente da ação em <i>ASAP</i>
( $\delta$ )	Ad <b>não</b> é capacitado para executar p	&	Ad <b>não</b> é agente da ação em <i>ASAP</i>

Esta passagem ( $\alpha$ ) existe exatamente pelo fato de que o falante tem conhecimento de sua audiência – quem está inserido no conjunto dos *Ad* – e imagina que quem quer que ali esteja inserido, seja capacitado para executar o que ele deseja. Vale ressaltar que é através do que *Sp* acredita ser capacitado, não exatamente *Ad* o é: retornando ao exemplo de empurrar o outro e dizer ‘*Voa!*’, é possível que para o proferidor o *Ad* do contexto seja sim apto ao voo e, portanto, linguisticamente o imperativo teria sucesso. Por conta disso, ( $\alpha$ ) é uma linha de condição mínima e necessária: tem que existir alguém no conjunto dos *addressees*, e os membros de tal conjunto serem tratados como agentes da ação no *ASAP* – momento mais próximo do proferimento possível do ponto de vista temporal.

Isso se dá, pois é possível que existam casos em que o *Ad* existe (está diante do *Sp*),



mas que ele não poderá executar a ação em *ASAP*. Porém, há situações em que o *Ad* é capacitado e tem, segundo o falante, a habilidade agentiva para agir em *ASAP*; entretanto, o próprio *addressee* retifica a situação, dizendo que não pode naquele instante, mas sim em outro. Nesta circunstância, o que se tem é que a linha contextual é atualizada para a linha ( $\beta$ ), tanto que não é um problema um novo proferimento imperativo por *Sp*: *‘Então tá, faz o relatório amanhã cedo’*.

No caso da linha-( $\beta$ ) existe pelo fato de situações de profissionais especializados: por exemplo, o João é especialista elétrico, ele é quem faz todos os serviços da empresa em que trabalha. O chefe procura por João, quer que ele seja o *Ad* – pela aptidão que é sabida e compartilhada por todos via *commonground* –, mas João não está livre para executar qualquer trabalho: logo, *Ad* pretendido até seria apto, mas ele não existe na situação contextual (ele literalmente não está ali presente).

Já ( $\gamma$ ) é uma linha em que contextualmente paradoxal: *Ad* não é capacitado, mas pode ser o agente da ação perlocucionária em *ASAP*. É a extrapolação do processo em que há somente uma pessoa e, independente da crença por parte de *Sp* de acreditar ou não na capacidade de agir de *Ad*, profere o imperativo para que este faça o que for.

Por fim, ( $\delta$ ) parece ser uma linha em que um falante não gostaria de esbarrar: como ele vai ordenar algo se não tem *Ad* apto e agente da ação que pretende veicular? Esta linha de seleção é uma linha de extrapolação metalinguística: em outras palavras, em situações em que o uso imperativo é “retórico”, por assim dizer. Um contexto muito comum é o de *mommy-talk* tipicamente latino-americano: o filho está subindo na árvore e a mãe/pai profere *‘Não sobe aí’* ou *‘Não vai mais alto que este ponto’*. Após algumas repetições, o genitor vai se irritar e pode proferir *‘Isso, sobe mais e cai de cabeça’*, ou até mesmo *‘Cai e racha a cabeça’*. Imaginando a linha ( $\alpha$ ), a única interpretação é que a mãe/pai tem o desejo que seu filho execute a ação e que, além de ser o agente, ele é capacitado. Mas é através da exploração metalinguística dos procedimentos de comprometimento de *Sp* e do próprio controle sobre a situação: através do absurdo, via implicatura, quer que o filho entenda que é para parar de subir na árvore.

O *CEC*, a nosso ver, é um elemento vinculado diretamente ao *commonground*, em que *Sp* e *Ad* compartilham, e que o falante se vale para proferir um imperativo. Quem profere

uma sentença diretiva não a profere a esmo, ele deseja uma mudança no mundo – e este desejo advém de suas crenças, como discutimos no capítulo 1. Estas crenças munidas da informação do contexto pelo *commonground* entram em coadunação, um preenchendo a lacuna do outro, a fim de gerar a situação perfeita para o proferimento – pelo menos linguisticamente perfeito.

A partir do *CEC*, inclusive, surge uma discussão do *ASAP*, tema da próxima seção.

## 2.2 AS-SOON-AS-POSSIBLE E FUTURIDADE

Nesta seção voltaremos para argumentar em favor do *ASAP* como traço pragmático da força diretiva. E para iniciar este caminho, retomamos alguns exemplos para ter como base de discussão:

- |                      |                         |
|----------------------|-------------------------|
| (22) Faz o relatório | (a) $\emptyset$         |
|                      | (b) já/agora            |
|                      | (c) para o fim da tarde |
|                      | (d) para amanhã         |
|                      | (e) para semana que vem |
|                      | (f) no fim do projeto   |

Com os exemplos de (22a-f), temos vários tempos para execução da ação que são imediatizados pelos sintagmas adverbiais de tempo: excetuando (22a), em que o *ASAP* é entendido como “o mais imediato após o proferimento”, todos os outros carregam um imediatismo contingencial: para (22b), *ASAP<sub>já/agora</sub>*;<sup>29</sup> (22c), *ASAP<sub>para-o-fim-da-tarde</sub>* do dia em que acontece a cena comunicativa; (22d) com o *ASAP<sub>para-amanhã</sub>*; (22e) para *ASAP<sub>para-semana-que-vem</sub>*; e, por fim, (22f), *ASAP<sub>no-fim-do-projeto</sub>*, ou seja, após a entrega do projeto contratado.

Desse modo, *Ad* compreende que ao fim daquele tempo-imediatista, a ação terá que ser executada. É interessante pensar que este imediatismo não é apenas o que se vincula ao proferimento, mas é possível movê-lo com elementos linguísticos. Desse modo, a *futuridade*,

---

<sup>29</sup> Colocamos no mesmo exemplo ‘já’ e ‘agora’ exatamente pelo fato de interpretarmos como muito semelhantes os *ASAP* de ambos.

traço importante na constituição e interpretação dos imperativos, ganha uma natureza descrita bem delineada. O ponto é: é semântico ou pragmático?

Tomando o bloco (22a-f), é possível imaginar que o *Ad* pode responder ‘*mas não vou poder*’ ou ‘*mas tal prazo não é possível*’. Estas respostas fazem com que o *addressee* esteja modificando, por vias de uma contestação metalinguística, não que não vai agir, mas que aquele *ASAP* almejado por *Sp* não é um momento em que ele será o agente – cumprindo com a linha ( $\alpha$ ) do *Contingenciamento de Engajamento Contextual*. A resposta negativa à demanda não é uma anulação do engajamento: pelo contrário, ele apenas questiona o tempo em que deve realizá-la.

Este tipo de cancelamento se assemelha ao de implicaturas particularizadas, elementos fortemente conectados ao contexto. Logo, deixamos para o pragmático lidar com o *ASAP*, já que é uma situação implicatural disparada pela diretividade: um aspecto implícito apreendido no meio do engajamento, mas que é a única situação em que *Ad* consegue cancelar do processo do proferimento de um imperativo.

Dito tudo isso, chegamos ao ponto de definir que *ASAP* é, portanto, única e exclusivamente pragmática. No tocante, é uma implicatura particularizada que rompe com a Máxima de Modo: é possível imaginar situações em que o se responde ao imperativo com ‘*Agora não posso, posso amanhã?*’, em que tal questionamento processa o cancelamento implicatural *default* da diretividade que é ‘*as-soon-as-possible*’.

Dessa forma, a *futuridade* derivada da interpretação diretiva é pragmática, não semântica como questionamos no capítulo 1 – é fortemente conectada ao contexto, funcionando em conjunto com a *Contingência de Engajamento Contextual* que discutiremos a seguir.

### **2.3 I DON'T CARE-TEST (IDC)**

Um outro aspecto de suma importância para a tese é o fato de que o engajamento de *Ad* se dá, também, pelo comprometimento do falante. Ambos precisam estar comprometidos, em uma via de mão dupla – no caso do que estamos argumentando até aqui, que haja o entendimento para concretizar tal comprometimento através do *engajamento*.

Este comprometimento, inclusive, deriva-se da atualização do *SWL* para *AdTDL*, é o que garante que todo o processamento seja feito de acordo a obter o sucesso final do imperativo. Uma forma de testar isso é o que chamaremos de *IDC-test* (*I don't care-test* – ou *teste-Tô-Nem-Aí*)<sup>30</sup>: em tese, sem o comprometimento no proferimento do imperativo não deveria atualizar *p*, e não obter o sucesso da execução da ação:

(23) Leia o livro de Semântica, *tô nem aí/I don't care*

Porém, não há o cancelamento da força diretiva com um possível fim do comprometimento de *Sp*. Passa o mesmo com exemplos deônticos:

(24) João deve ler o livro, *tô nem aí/I don't care*

(25) João tem que ler o livro, *tô nem aí/I don't care*

A obrigatoriedade não fica cancelada, pelo contrário, a leitura deôntica perdura em (24)-(25), o que desaparece é apenas qualquer comprometimento do falante, como se ele não estivesse se colocando dentro da cena comunicativa ou se importasse com aquela leitura – não diz respeito a quem falou, apenas o conteúdo importa.<sup>31</sup> Fica a dúvida: o que se tem aqui, então?

A primeira saída para *IDC* é uma leitura nos moldes de ( $\delta$ ) do *CEC* anteriormente, quase uma interpretação irônica: *Sp* se preocupa com a situação, deseja que *Ad* leia algo, mas nitidamente *Ad* não quer seguir a ordem ou conselho. Logo, após insistir, *Sp* decide que, embora queira ajudar, ele renuncia a se esforçar para que esta ajuda seja compreendida pelo *addressee*. Esta saída seria o mesmo da mãe que diz ao filho para ele cair de cabeça enquanto sobe na árvore.

Outro aspecto importante é que '*I don't care*' denota uma espécie de desligamento

---

<sup>30</sup> O *IDC-test* surge de um exemplo trazido por Iatridou & von Stechow (2017), em que se valem de imperativos consecutivos e o *IDC* ao final. O exemplo traduzido é: '*Pegue a direita, pegue a esquerda, eu não tô nem aí*'. Argumentamos, inclusive, que as primeiras sentenças não sejam imperativas, mas sim o que se almeja com um uso desse é que o *addressee* faça como quiser, apenas que tome uma decisão.

<sup>31</sup> Cleber Conde (comunicação pessoal) aponta que, para ele, *SWL* e *AdTDL* são trazidos imediatamente com o proferimento do imperativo, e que o '*IDC-test*' reformularia o *SWL* não afetando o *AdTDL*, recaindo somente sobre a face e polidez de *Sp* e não do ouvinte.

não com o *Ad*, mas com uma ação a ser tomada: *Sp* abre para qualquer opção que *Ad* almejar, mas que ele aja. Logo, a força diretiva permanece aqui: se seguirmos o exemplo de von Fintel & Iatridou (2017) – ‘*Pegue a esquerda, pegue a direita, tô nem aí!*’, o falante não está cancelando tudo, mas dizendo que a consequência perlocucionária vai depender exclusivamente da decisão do ouvinte, não que ele não o tenha engajado – logo, *IDC* não tem capacidade de anular a força diretiva?

Uma outra questão é que ele não pode ser usado de imediato em uma conversação: no *out-of-blue* contextual, é bem estranho que alguém inicie a conversa com ‘*IMP, IDC*’. *IDC* requer um *commonground* muito forte, em que ele conheça seu interlocutor minimamente e que tenha insistido anteriormente sobre o assunto de algum modo. O que acaba é a intenção de preocupar-se com a consequência, com a ação em si: *Sp* quer que *Ad* leia o livro de Semântica, ou outro livro qualquer, mas quer a ação de leitura.<sup>32</sup>

Um outro ponto está no fato de que há certa semelhança com um imperativo como em (26) a seguir:

(26) Faça o que você quiser

O exemplo (26) traz consigo uma situação que poderia desmontar a argumentação do conjunto dos desejos ser a base de atualização de um conteúdo diretivo. Por qual motivo?

O primeiro está no fato de que defendemos que apenas uma, e somente uma, ação é atualizada. Se temos uma lista de imperativos, cada uma precisa ser executada para passar à outra. Se temos:

(27) Pegue as cartas, passe no café, me compra um expresso duplo e me encontre na entrada do metrô

---

<sup>32</sup> Um estranho pode te perguntar na rua se é melhor ele comprar pão na padaria ou no mercado, e ficar importunando seu interlocutor até que este, irritado, responde:

(1) Compra onde quiser, não tô nem aí!

Em que (1) não significa o descomprometimento com a ordem, mas sim com sua consequência – pouco importa onde comprará, mas para ir comprar logo.

O *Ad* precisa seguir ação por ação: ‘*pegar as cartas*’, ‘*passar no café*’, ‘*comprar um expresso duplo para Sp*’, e depois ‘*encontrar Sp na entrada do metrô*’. Entretanto, (27) tem um apelo causal muito forte: entende-se que todo o processo precisa de ser respeitado, é uma sequência lógica e, fazer em uma ordem diferente, acarreta não cumprir alguma das ações.

É possível, contudo, ter uma lista de tarefas no dia e não necessariamente estarem conectadas:

(28) Compre cenouras e batatas, saia com o cachorro para passear, leve o bolo para minha mãe e corte a grama.

É perfeitamente possível ‘*cortar a grama*’ antes de qualquer outra ordem dada em (28). Normalmente, entendemos que as informações que nos são transmitidas são de uma causa e consequência, logo uma pergunta pode vir após o proferimento deste último conjunto de IMP: ‘*nessa ordem?*’. Isso mostra que se busca esta confirmação *default*, e que pode ser reiterado ou que pode simplesmente haver uma resposta como ‘*como você preferir*’. Novamente, *Sp* não abandona a diretividade ou esta força é cancelada, ele apenas oferece a opção para que *Ad* decida: houve a atualização, mas pouco importa a sequência para o falante.

Desse modo, portanto, o *IDC* não rompe com os imperativos, nem com a diretividade, apenas com a preocupação da consequência. Da mesma maneira que o *IDC* não anula qualquer tipo de *CONTROLE* sobre a situação. Veremos o que é este traço pragmático a seguir.

## 2.4 CONTROLE

Sobre a força diretiva de IMP há uma questão de que, com a mesma sentença, é possível, além da interpretação de ‘*ordem*’, que haja também a interpretação de ‘*sugestão*’ e ‘*conselho*’. Dessa forma, realizaremos, também, uma breve discussão que nos motiva a

propor a autoridade entre os participantes da cena comunicativa, ou melhor, o *CONTROLE* que o falante tem sobre a ação – ou a capacidade de ação – de *Ad*.

É no *ato ilocucionário* onde se é possível codificar as forças dos atos de fala, e não é diferente para a força diretiva. Se tivermos um IMP qualquer, a primeira interpretação da força é a de que imperativos, a partir da força diretiva, exprimem *comandos*. É de onde partimos.

Por exemplo:

(29) Saia daqui

Em uma análise básica, o falante profere (29) com a intenção de que o ouvinte, ao escutá-la, entenda duas coisas: (a) ele precisa agir de acordo com a ação em um tempo futuro, e (b) esta ação ainda não ocorreu. A decodificação de FD como *comando* é explícita, exatamente pelo entendimento de *Ad*. Porém, nem sempre *ordem* é a interpretação possível de ser feita sobre a diretividade: há também momentos em que se interpreta como *conselho* ou *sugestão* uma sentença imperativa.

Uma de nossas hipóteses é que o turno de fala (LEVINSON, 2007) influencie diretamente nesta interpretação: de certo modo, aconselhar ou sugerir algo a alguém requer um pedido anterior, um questionamento, o que faria com que a força diretiva permitia interpretações que não as de ordenação, sendo que apenas serviriam como respostas, isto é, não podendo iniciar uma conversação com uma delas. O padrão da FD é a *ordem*. Entretanto, há formas de ordens mais “amenas”. Tomemos (30) e (31) abaixo:

(30) A: Como faço para ir daqui para São Paulo?

B: Compre a passagem no guichê da Empresa Cruz.

(31) C: O que você acha que eu devo fazer para passar no vestibular?

D: Estuda mais, só isso.

Em (30), A questiona B para saber como deve proceder já que deseja ir a São Paulo, mas não sabe como fazê-lo. B o responde, com um IMP, dizendo que ele precisa agir de determinada forma para conseguir alcançar seu objetivo: e este caminho é ir comprar a

passagem no guichê da Empresa Cruz. A sugere que B realize  $p$ , e este  $p$  é uma forma de obter, também, o conhecimento que buscava anteriormente para alcançar sua vontade inicial: chegar à cidade de São Paulo.

O mesmo ocorre para C, em (31): seu questionamento objetiva saber algo novo, ou melhor, quer um conselho de como alcançar aquele objetivo (passar no vestibular). D profere IMP no sentido de aconselhar C que executar  $p$  é a solução para seu problema. O aconselhamento é feito com o objetivo de, também, demonstrar que tipo de ação C precisa começar a ter para alcançar sua aprovação.

Em relação à força diretiva especificamente e suas nuances, vamos dispor de alguns exemplos, para desenvolver melhor a argumentação a seguir:

- (32) Pegue o trem 5
- (33) A: Como faço para ir até o centro?  
B: Pegue o trem 5
- (34) A: Qual é o melhor jeito para passar nas provas?  
B: Estuda, estuda muito.
- (35) A: Qual é o melhor jeito para passar nas provas?  
B: Se quiser passar, estuda muito
- (36) A: Qual é o melhor jeito para passar nas provas?  
B: Estuda ou não passará em nada.

Em (32), temos uma *ordem* prototípica, um uso padrão de imperativo. Quando usado em um segundo turno de fala, como resposta a uma solicitação em (33) e (34), a força a ser interpretada é a de *conselho*.

Para (35), inclusive, a *Imperative-like Conditional* (ILC) no lugar da resposta apenas com imperativo demonstra que a presença da condicional junto ao imperativo disponibiliza como interpretação um conselho também. Da mesma forma que em (36), a *Imperative-like Ultimatum* se mostra com outro objetivo: quem perguntou uma forma de passar nas provas recebe, como contestação, um *alerta*, que para se concretizar o objetivo da aprovação não tem opção: ou é agir segundo IMP, ou é não passar nas provas.

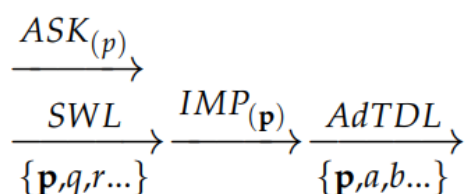
Trazido tudo isso, percebemos que, além do turno de fala, temos um *context updater*, que é feito pela pergunta: ao desejarem saber o melhor jeito de passar na prova, de como ir para o centro da cidade, A questiona B para que, através desta pergunta, B seja impelido a discutir e direcionar sua próxima fala com uma atualização informacional. O



ouvinte-B não pode, de forma alguma, ignorar o questionamento.

Esta atualização contextual gerada pela sentença inquisitiva serve para oferecer autoridade ao falante que pretende oferecer uma nova informação ao contexto compartilhado há pouco – talvez a única vez que compartilhem em suas vidas.

**(J) Modelo de atualização do contexto entre pessoas desconhecidas**



O modelo **(J)** trata do que viemos apresentando até então: *p* é introduzido nos desejos do falante – o de orientar *Ad* a executar *p*, através da pergunta. O questionamento inicial gira a roda do *background*, a coloca a par da cena comunicativa, principalmente entre pessoas que nunca se viram antes: ela estabiliza um *commonground* mínimo o suficiente para que haja a possibilidade de uso de IMP. O que seria este compartilhamento, mesmo que mínimo?

Por meio do ato de questionamento denotado por  $ASK_{(p)}$ , o emissor do imperativo demonstra o interesse em auxiliar seu interlocutor. Nesse contexto, é possível inferir que *Sp* adquire um grau de controle, especificamente no âmbito linguístico, sobre a ação que está sendo discutida. Tal controle pode ser interpretado como a capacidade de influenciar ou direcionar as ações do interlocutor, embora seja importante ressaltar que essa influência se limita ao domínio da linguagem e não envolve manipulação psicológica ou a capacidade de controlar a vontade alheia, como é frequentemente retratado em representações fictícias, a exemplo das técnicas de hipnose presentes em desenhos animados.

O *CONTROLE* (*CTRL*) é um traço pragmático que é gerado por algumas circunstâncias extralinguísticas: um chefe de uma empresa, os genitores com os filhos, o professor e sua sala de aula. Mas, o tempo todo, há circunstâncias em que os usuários das línguas disponibilizam minimamente o *CTRL* de suas ações para que outros comandem – sugiram ou aconselhem – coisas.

O *CTRL* também surge na variação dos verbos possíveis de serem imperativos ou não. Existem verbos que costumam não serem entendidos como comandos, que são os *Good Wishes* (*GW*):

- (37) Tenha um bom dia
- (38) Melhore da gripe
- (39) Seja uma boa pessoa

Tanto em (37), como em (38) e (39), as formas são de imperativo, mas não há engajamento de *Ad* por conta da ausência da diretividade: não há uma única ação que se possa executar para se alcançar ‘*ter um bom dia*’, ‘*melhorar da gripe*’ ou até mesmo ‘*ser uma boa pessoa*’; há um conjunto delas, no caso. Não existe um *p* somente. É por conta disso que *GW* não são imperativas, ou melhor, construções diretivas. Mas esta seção não diz sobre isso (cf. capítulo 4 no **Bloco II**), diz sobre o *CONTROLE*.

É exatamente pela falta de qualquer tipo de *CTRL* que *Good Wishes* são não diretivas: esta capacidade do *Sp* controlar a ação equivale, linguisticamente, a ‘*comporte-se como*’, ou melhor, a ‘*eu desejo que se comporte desta maneira*’. Verbos de *achievement* e *accomplishment*, em geral, permitem tal controle – talvez a noção de ter um objetivo tético ao final, para a realização da ação (‘*reformatar a casa*’, ‘*arrumar o quarto*’, e até mesmo verbos de *atividade* – ‘*correr*’ ou ‘*fazer a tarefa*’). Esta sensibilidade da diretividade nos ajuda a entender as variações da força.

A sensação que fica ao analisarmos sugestões e conselhos, mesmo que se tenha a mesma forma linguística – ‘*Leia o livro de Semântica*’ –, está no fato de que se pensa que a autoridade do falante oscilou. Esta oscilação é o *CTRL*: ele é o botão de sintonia fina dentro da diretividade, a conexão entre o linguístico e o extralinguístico.

Antes de irmos para o próximo ponto da discussão da Pragmática, Portner (2015) oferece uma possibilidade de entender a questão da necessidade modal dos imperativos, e nós vemos a oportunidade de existir, de certo modo, uma pista para o *CTRL* linguisticamente.

O autor define que todo imperativo tem como consequência de uma declarativa com um modal de necessidade.

Replicamos abaixo as sentenças que ele usa em seu texto:

- (40) a: Soldados, marchem!  
 b: Eles têm que marchar!
- (41) a: Pegue um biscoito  
 b: Ele # tem que/deve pegar um biscoito<sup>33</sup>

Portner (2015), de antemão, propõe que as curvas prosódicas de (40) e (41) são determinantes para o entendimento do *comando* e da *sugestão/conselho*. Em (40), se há uma prosódia *com curva descendente* – ↓ – há, então, a interpretação de *comando*, não dando opção ao *addressee* além da ação imperativa. Em contrapartida, em (41), com a *curva ascendente* – ↑ – há a possibilidade de escolha por parte do falante. Este espaço para uma opção de ação é o que se determina como não ser um “comando forte” no senso comum, mas sim um conselho que é, de certo modo, bom para se agir. Ainda sobre a situação do uso da paráfrase com o verbo modal, ele argumenta ser possível esta visão exatamente pelo fato de que em um contexto com o uso do modal prévio, a segunda opção só pode ser um imperativo:

- (42) Você não deve parar na vaga da lavanderia, porque vai ter de pagar para isso, se o fizer. Portanto...
- a. Não pare na vaga da lavanderia  
 b. ?? você não **deve** parar na vaga da lavanderia<sup>34</sup>

Concordamos que a Prosódia contribui diretamente para o entendimento desta variação na interpretação.

Sobre a permuta parafrástica com o verbo modal, ela contribui para explicar a variação de força: se existe a declarativa com modal como interpretação do imperativo, é possível defender que a variação da força diretiva entre *comando* e *sugestão/conselho* se dá exatamente porque um verbo como *must/ter que* e *should/dever* variam em sua força: quando a paráfrase permite apenas *must/ter que*, é um *comando*, por se tratar de um modal mais forte; o oposto para *should/dever* é correto, pois estão “abaixo” na escala de força. Inclusive, o próprio Portner (2015) argumenta em favor de que o *TDL<sub>Speaker</sub>* serve de fonte de ordenação

<sup>33</sup> No original, as sentenças são: ‘Soldiers, march!’; ‘They must march’; ‘Have a cookie’; e ‘He #must/should/may have a cookie’ (PORTNER, 2015).

<sup>34</sup> Os exemplos em inglês são: “You should not park in the dry cleaner’s lot, because you’ll get a ticket if you do. So...”, “Do not park in the dry cleaner’s lot” e “you should not park in the dry cleaner’s lot” (PORTNER, 2015, p. 19).

para o *should* na paráfrase. É cabível pensar isso, se retomarmos nossa proposta da linha-( $\alpha$ ) do *Contingenciamento de Engajamento Contextual*: na segunda parte, diz que ‘*Ad é agente da ação em ASAP*’, isto é, a ordenação feita pelo contexto de que essa existência é dada no mundo e tempo mais “próximos” ao do proferimento – e de toda a discussão sobre *ASAP* e as marcas temporais.

Por fim, antes de mudarmos o assunto, esta proposta não é a mesma que Kaufmann (2014) e a **Teoria Modal**: a autora argumenta que todo imperativo tem encoberto em sua sentença um *should*, algo como ‘*Sai daqui*’ equivalendo a ‘*Você deve/[should] sair daqui*’, e por esse verbo encoberto, há todas as interpretações por parte do ouvinte. Para Portner (2015), a paráfrase declarativa com modal é um atestado do desejo do falante de atualização da propriedade (que, para ele, é  $TDL_{Speaker}$  para a  $TDL_{Addressee}$ , e para nós, como já argumentamos, é a atualização da SWL para AdTDL), e a parte parafrástica é consequência, não parte da interpretação do imperativo, e que ainda ajuda a compreender a variação da força diretiva entre *fraca* e *forte*, ou *sugestão/conselho* e *comando*, seguindo um princípio modal baseado nos trabalhos de Kratzer (2012).

Em tom de conclusão, outro aspecto das modificações interpretativas de FD estão no fato contextual mais relevante: se um professor diz para sua sala ‘*Façam a tarefa*’, ele, em seu papel hierárquico superior, não quer apenas aconselhar, ou mesmo alertar, mas ordena que seja executada a tarefa. Entretanto, como já argumentamos, se esta sentença vier após uma pergunta de um dos alunos, a interpretação de conselho é mais pertinente. Logo, não está no *status quo* da autoridade apenas – conhecer ou não o ouvinte, no caso da plataforma de trem ou de ônibus – mas no fato de que após o  $ASK_{(p)}$  o comando não é uma interpretação cabível – e soaria, por assim dizer, uma grosseria – por conta do *CONTROLE* na circunstância contextual.

Vamos defender que esta variação prosódica é uma forma de manipular o *CTRL*, mas ainda que é através dele que há a sintonização da força diretiva para além dos comandos e ordens. Outro ponto: é mais fácil intervir no conjunto de fazeres de alguém do que o conjunto de crenças ou de desejos e gostos. Por conta disso, os *GW* são ruins: o ouvinte não se utiliza apenas do *TDL* para se ter um bom dia, mas também de suas crenças e desejos pessoais. Cada um acredita como um bom dia pode ser.

E isso vai ao extremo se pensamos nos *Predicados de Gosto Pessoal*: não há nenhum modo de interferir no gosto pessoal das pessoas diretamente. Logo, este *CTRL* é

limitado, ou seja, o que o falante consegue atingir e atualizar de conjuntos do ouvinte.

Outro aspecto que é cabível de se discutir sobre a força diretiva e *CONTROLE* é o fato de questões sociais ou hierarquias bem estabelecidas. Casos como os a seguir soam estranhos por conta de a hierarquia tradicional ser desfeita, embora possíveis de serem utilizados:

- (43) **Mãe:** Que horas você vem para casa?  
**Filho:** Me busca agora.
- (44) **Chefe:** O que você quer que eu faça por você?  
**Empregado:** Aumenta meu salário.
- (45) **Professor:** Algum problema?  
**Aluno:** Você dá muita tarefa, para de dar tarefa!

Quando um imperativo é utilizado como em (43)-(45), ele será capaz de veicular força diretiva tal qual discutido até então. A estranheza não está no conteúdo (forma e força), mas na questão de hierarquias sociais, algo externo ao linguístico. A sensibilidade contextual não se reflete na força, mas em elementos extralinguísticos, já que soa estranho um filho assumir o papel do falante que impele a partir de um imperativo. Isso é possível de se verificar em línguas como japonês ou mesmo Tukano', língua do extremo noroeste amazônico. Para estes, inclusive, não é possível um filho se dirigir a um pai ou ente mais velho da família através do imperativo – no caso, o *CONTROLE* destas línguas é mais contingencial do que acontece em PB.

## 2.5 ENGAJAMENTO E INTERPRETAÇÃO

Sobre o processo interpretativo de engajamento de *Ad* e da atualização SWL > AdTDL, construiu-se um esquema de interpretação, aos moldes de Grice (1975) e Levinson (2007), para corroborar com a explicação e ficar mais organizado. Dividimos em duas condições de sucesso: ( $\alpha$ ) o esquema interpretativo pragmático que ocorre após o proferimento de IMP; ( $\beta$ ) o *engajamento* de *Ad*, como se procede. Receberão o nome de *Princípio  $\alpha$*  e *Princípio  $\beta$* , respectivamente. Ei-los:

( $\alpha$ ) - Esquema interpretativo de IMP

*Sp* profere imperativo *p* qualquer na presença de *Ad* no ato comunicativo, para que:

- (i) *Sp* e *Ad* compreendem que se trata de um imperativo;

- CEC**
- (ii) *Sp* e *Ad* sabem que não se trata de um estado de coisas do mundo *p*;
  - (iii) *Sp* acredita que *Ad* é apto a executar *p* no momento mais imediato após o proferimento do imperativo (momento *ASAP*);
  - (iv) *Ad* é a quem se dirige *p*, fazendo-o ser o destinatário (*Ad*) e agente (*Ag*) de *p*;
  - (v) *Sp* não faz nada para que *Sp* infira algo diferente de (iii)
  - (vi) *Ad* atualiza sua *To-Do-List* a partir dos passos anteriores;

A partir de ( $\alpha$ .iv), é necessário condicionar o que é *Ad* e seus traços a serem respeitados. Estes traços, dados pelo *Princípio  $\beta$* , recebem o nome de *shift pragmático*: pragmaticamente, quando proferido um imperativo, há duas fortes necessidades, sendo elas: (a) a possibilidade de execução da ação por parte de *Ad*; (b) a partir desta capacidade ser detectada, *Ad*, além de agente da ação, é *engajado* a ser o realizador da ação. O engajamento, da perspectiva semântica dos imperativos, é a atualização de *p* de *SWL* para a *AdTDL*.

A locução *shift pragmático* é advinda da questão de que o campo pragmático modifica a interpretação de maneira a respeitar as condições de sucesso do imperativo: (a) ter um ouvinte que identifique a ação a ser executada; (b) ele possa executá-la; (c) ele é impelido a executá-la. Por isso, o termo *shift*: há uma guinada em relação a quem executará o imperativo, e não só, é por conta desta configuração que um ouvinte é capaz de se tornar agente.

Dessa forma, temos o princípio de *engajamento de Ad*:

- ( $\beta$ ) - Sobre *engajamento de Ad*:
- CONTROLE** {
- (i) *Ad* é pertence ao conjunto a quem se destina o imperativo no contexto comunicativo;
  - (ii) *Sp* tem autoridade mínima, ou seja, *CONTROLE* sobre esta interpretação quando profere *p*;
  - (iii) *Ad* é capaz de executar a ação do proferimento de *Sp*, isto é, consegue ser agente da ação (*Ag*);
  - (iv) Havendo descumprimento ou de (i), ou de (ii) ou (iii), ou de todos, o estado de *Ad* é inexistente, tornando o imperativo não realizável.

O que temos é: ( $\alpha$ .i-iv) > ( $\beta$ .i-iv) > ( $\alpha$ .v-vi). Este caminho perpassa nossas discussões de *engajamento de Ad*, a noção de *CONTROLE* e *CEC*, levando em consideração a força contextual veiculada com o proferimento do imperativo – ou da construção diretiva.

Com a esquematização interpretativa que gera o *engajamento*, também é o que gera

o *shift pragmático*: as restrições de sujeito recaem no âmbito em que se avalia *Ad*, a partir de ( $\alpha$ .iv) também. O esquema  $\beta$  está inserido no esquema  $\alpha$ : existem regras a serem respeitadas para que o *engajamento* seja efetuado, e estas regras são dadas por  $\beta$ .

O ato de fala diretivo fica completo, e cada trecho tem seu mecanismo interpretativo próprio, suas restrições e suas exigências. O *shift*, por sua vez, é determinante, a partir da Pragmática, para se compreender o objeto.

Imperativos têm, em si, um sistema subjacente muito complexo, que demanda a análise e discussão a partir de uma interface desde a Semântica formal e também a Pragmática, como apresentamos até este ponto.

Não somente, ainda há a necessidade de pareamento entre *forma* e *função* que, como no caso do uso de um imperativo se terá sucesso ou não. No caso do amigo que empurra o outro de um abismo e profere '*Voar*', em que claramente o amigo é incapaz de executar a ordem de voar – o imperativo é possível e interpretável; o que gera estranheza é o fato perlocucionário, isto é, a consequência no mundo, ou melhor, a impossibilidade da ação ser executada.

Linguisticamente, tudo acontece de modo a ter o imperativo – seu sucesso não está atrelado à execução, somente o fator linguístico é levado em conta. Neste ponto do pareamento de *forma x função* vem para se fortalecer a diferença, como veremos no **Bloco II**, que há outras formas que veiculam diretividade e não são imperativos, mas que para receber o nome de imperativos é necessário cumprir com os traços discutidos até então – e no próximo capítulo também – mas que não é a única maneira linguística de viabilizar a interpretação diretiva.

O modelo interpretativo dada pelas condições  $\alpha$  e  $\beta$ . Inclusive, os modelos  $\alpha$  e  $\beta$  justificam o porquê de haver o sucesso nos usos dos imperativos: engajamento de *Ad* e a realização de todas as necessidades interpretativas, além da realização de uma ação extralinguisticamente, como verificamos anteriormente.

### 3. A SINTAXE DOS IMPERATIVOS

“- Ah, mas com certeza você vai chegar, desde que caminhe bastante.  
- Mas eu não quero me meter com gente louca - ressaltou Alice.  
- Mas isso é impossível - disse o Gato. - Porque todo mundo é meio louco por aqui. Eu sou. Você também é.  
- Como pode saber se sou louca ou não? - disse a menina.  
- Mas só pode ser - explicou o Gato. - Ou não teria vindo parar aqui.”  
(*Gato para Alice, ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS*)

O campo sintático vem lidando com diversos tipos de construções e sentenças, avaliando os traços- $\phi$  inerentes a cada uma e a permissão de alocação dos constituintes – e suas restrições ou licenciamentos. Para os imperativos não foi diferente, mas principalmente dois trabalhos se dedicaram especificamente a tratar do fenômeno dos imperativos: (a) em relação aos sujeitos e os traços de construções jussivas – em que os imperativos são um subtipo, há os trabalhos de Zanuttini *et al.* (2012) e Portner, Pak & Zanuttini (2019; 2022); (b) a natureza, a estrutura subjacente e os traços cabíveis aos imperativos com Han (2000). Neste tópico, levantaremos concisamente a proposta de Han (2000) em sua tese de doutoramento, vamos compará-la ao trabalho de Dayal (2016) sobre interrogativas, a fim de mostrar o estado da arte sobre os imperativos e as concordâncias e discordâncias mais adiante.

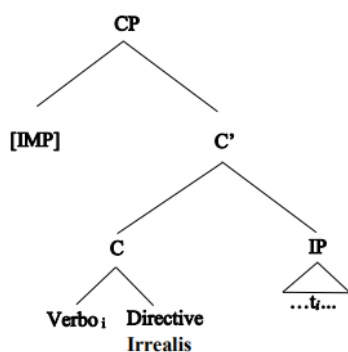
A autora procura descrever a natureza do imperativo comparando-o a outros tipos sentenciais – como as declarativas e interrogativas. Proferir ‘*Fique aqui*’, ‘*Sai daqui*’ ou até mesmo ‘*Corra*’ significa que a sentença imperativa recebe um traço específico de que é imperativo – e não outro tipo sentencial. Nessa perspectiva, é possível imaginar que não existe uma estrutura em que se faz uma pergunta e se ordena ao mesmo tempo: parte pelas questões já discutidas por Dayal (2016), em que argumenta que no núcleo de CP há um operador [+Wh] – um operador que denota que aquela sentença (por exemplo, ‘*João veio aqui?*’) é uma interrogativa e não uma declarativa (é possível usar a mesma sentença sem a interrogação ao final, o que é, para línguas como português brasileiro – PB – ou espanhol – Esp – a marcação de uma sentença interrogativa na escrita); parte pelo fato de que só é possível a sentença receber um traço sentencial – e no caso dos imperativos isso não é diferente.<sup>35</sup> De modo direto, Han (2000) argumenta, na mesma via de Dayal (2016), há um

---

<sup>35</sup> Existem usos em que o falante se vale da pergunta para, indiretamente, ordenar, como em ‘*Você pode me passar o sal?*’, em que não deseja saber a capacidade do ouvinte em passar ou não o sal, mas que o passe para



operador-abstrato na porção superior da estrutura sintática que determina que o conjunto abaixo – verbos e complementos, normalmente nesta ordem – formam uma sentença imperativa. As autoras tratam que os tipos sentenciais têm estas formas não apenas pela estrutura linearizada, mas porque na análise sintática há o operador que dá a força da sentença - no caso, interrogativa e imperativa. A representação do imperativo para Han (2000) é trazida na **Figura 1** a seguir:



*Figura 1 - Árvore sintática (197) sobre imperativos (HAN, 2000, p. 120)*

Han (2000) complementa seu argumento, tratando que toda sentença imperativa licencia o movimento do verbo para a posição nuclear de CP, assim como o operador abstrato [IMP] determina a força sentencial – imperativa, no caso – e ainda outros dois traços importantes dividem o mesmo núcleo em  $C^0$  – **Directive** e **Irrealis**. Porém, há um problema metalinguístico com o qual discordamos: adotamos a postura teórica da Sintaxe que Kayne (2005) defende, que é a de *one-feature, one-head* (um traço, um núcleo), ou, de forma mais direta, cada objeto ocupa apenas um espaço na estrutura arbórea, como é possível ver abaixo na **Figura 2**, dada por Dayal (2016):

---

o falante. Estes usos são desvios pragmáticos, isto é, inferências implicaturais por conta da extrapolação das máximas conversacionais

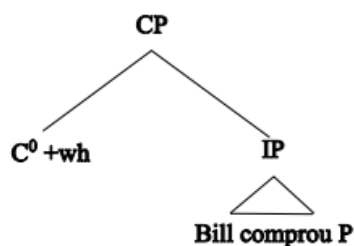


Figura 2 – Árvore da pergunta “Bill comprou Persuasão?” (DAYAL, 2016, p. 10)<sup>36</sup>

Antes de prosseguir, é cabível exemplificar para mostrar a impossibilidade de coexistirem os operadores [IMP] e [+Wh]:

- (46) Compre o livro  
 (47) Compre o livro?

Em que (46) é um comando prototípico de um imperativo, enquanto em (47), uma pergunta. Já que ambas não podem ser interpretadas simultaneamente, é possível defender que ou há um operador, ou há outro, nunca ambos ao mesmo tempo.

Dito isso, retomamos o percurso para demonstrar que ambas as propostas apresentam semelhanças: para os trabalhos sobre os tipos sentenciais distintos, o argumento principal é que um operador-abstrato oferece o traço de força da sentença, seja o [Wh+] para Dayal (2016), seja [IMP] para Han (2000).

Outro ponto importante é que acreditamos que *diretividade* e *irrealis* estão presentes na estrutura, mas não no mesmo *locus* – muito menos em CP, mas sim, coordenados logo abaixo. Como adotaremos a teoria da Cartografia Sintática (CINQUE, 1999), [directive] e [irrealis] – assim como a *futuridade* ([futurity]) – têm seus respectivos nós funcionais para os traços a serem avaliados via movimento do verbo. A adoção desta linha teórico-metodológica é que, de certo modo, não adotamos a postura de operadores-abstratos determinando a força sentencial, mas sim que cada sentença elenca uma estrutura com *features* exclusivos, como IMP elenca as três supracitadas, e a Cartografia promove o acolhimento em nós funcionais para a valoração destes traços, propiciando uma estrutura

<sup>36</sup> A questão está, originalmente, em inglês – “Did Bill buy Persuasion?”.

que condiz com nossos argumentos – e uma relação entre Sintaxe, Semântica e Pragmática mais diretas. Trataremos disso na primeira seção 3.1 do capítulo. Passaremos brevemente pela distinção que Masetto (2019) faz entre os imperativos e as locuções imperativas, a fim de demonstrar que não faz muito sentido na prática da representação sintática.

Em seguida, traremos um pouco da discussão de Rivero & Terzi (1995), também tratada por Isac (2015), em que discutem o ponto do que é um *True-imperative* ou *Suppletive-imperative* em 3.2. Ao final desta discussão abre para situações em que se pode usar o *Sujeito de IMP*, quando há a presença pronunciada morfofonologicamente de elemento linguísticos – como ‘*você*’, por exemplo.

Por fim, concluiremos o capítulo.

### 3.1 HIERARQUIA DE CINQUE E IMPERATIVOS

Tratando desta questão, a Cartografia segue como base metodológica a *Hierarquia de Cinque*, tratada e discutida em 1999 – e vastamente analisada e atualizada desde então. Para Cinque, a estrutura arbórea oferecida pela teoria do Minimalismo não daria conta de tratar de toda a capacidade de computação humana, fazendo com que a hierarquia [CP [TP [VP [VP ]]]] tivesse cisões em cada trecho, havendo vários nós funcionais “dentro” de cada um deles.<sup>37</sup>

A *Hierarquia de Cinque* (*idem*) é apresentada a seguir como forma de ilustrar o que foi dito até então:

---

<sup>37</sup> A partir deste ponto, é importante frisar que não será discutida a hierarquia e confrontada de acordo com cada aspecto dela, muito menos será apresentada como uma forma de rivalizar com o Minimalismo ou outras teorias sintáticas gerativistas. O ponto crucial é apresentar que, a partir da adoção desta teoria, ela dá conta de, além de gerar um postulado convincente, robusto e altamente relevante para o fenômeno dos imperativos, ela permite captar as intuições das características do que é um imperativo de forma que consideramos mais clara e convincente.

### (K) Hierarquia de Cinque (1999)

[*francamente* Modo<sub>ato de fala</sub>] [*felizmente* Modo<sub>avaliativo</sub>] [*evidentemente* Modo<sub>evidencial</sub>]  
[*provavelmente* Modalização<sub>epistêmica</sub>] [*uma vez* T (Passado)] [*então* T (Futuro)]  
[*talvez* Modo<sub>irrealis</sub>] [*necessariamente* Modalização<sub>necessidade</sub>]  
[*possivelmente* Modalização<sub>possibilidade</sub>] [*normalmente/geralmente* Asp<sub>habitual</sub>]  
[*novamente* Asp<sub>repetitivo I</sub>] [*frequentemente* Asp<sub>frequentativo</sub>] [*intencionalmente*  
Modalização<sub>volitiva</sub>] [*rapidamente* Asp<sub>celerativo</sub>] [*já* T (Anterior)] [*no longer*  
Asp<sub>terminativo</sub>] [*ainda* Asp<sub>continuativo</sub>] [*sempre* Asp<sub>perfectivo(?)</sub>] [*só* Asp<sub>retrospectivo</sub>] [*soon*  
Asp<sub>proximativo</sub>] [*brevemente* Asp<sub>durativo</sub>] [*caracteristicamente(?)* Asp<sub>genérico/progressivo</sub>]  
[*completamente* Asp<sub>completivo(I)</sub>] [*tutto* Asp<sub>completivo</sub>] [*bem Voz*] [*rápido/cedo*  
Asp<sub>celerativo(II)</sub>] [*de novo* Asp<sub>repetitivo(II)</sub>] [*frequentemente* Asp<sub>frequentativo(II)</sub>]  
[*completamente* Asp<sub>completivo(II)</sub>]

A hierarquia demonstra advérbios em suas posições máximas de alcance na estrutura arbórea. Se não puder haver, como em nosso caso, o verbo do proferimento imperativo e *talvez* no mesmo *locus*, é cabível de ser relevante argumentar que os imperativos exigem **irrealis** – ou que verifiquem este traço em sua subida.

Para fins de demonstração, apresentaremos os testes para os três traços que defendemos serem os necessários de avaliação dos imperativos – traços estes que se alocariam nos núcleos de Mood<sub>Irrealis</sub>P, T<sub>FUT</sub>P e Mood<sub>SpeechAct</sub>P respectivamente: [**irrealis**], [**futurity**] e [**directive**]. Os outros testes feitos por Masetto (2019)<sup>38</sup> não serão apresentados, pois não são relevantes ao trabalho. A postura de confrontar os elementos em voga com os nós funcionais e seus respectivos objetos e traços-φ coincidem ou não, permitindo argumentar se o imperativo tem ou não aquele traço.

A seguir, os exemplos trazem os advérbios da hierarquia tidos como o *default* de irrealis, futuro e ato de fala (CINQUE, 1999). Todas as configurações são testadas – advérbio posterior e anterior ao imperativo:

---

<sup>38</sup> O autor faz os testes dos advérbios estudados por Tescari Neto (2007), cujo trabalho se focou em mostrar como os advérbios modalizadores – isto é, que retiram o comprometimento do falante perante à informação fornecida por sua fala. Os testes oferecidos em Masetto (2019) demonstram que não há a possibilidade coexistirem tais advérbios – já que os imperativos exigem o total comprometimento do falante com o conteúdo de seu proferimento.

(48) IMP + Adv (Irrealis)

- (a) \* Saia **talvez** daqui
- (b) \* **Talvez** saia daqui
- (c) \* **Talvez**, saia

(49) IMP + Adv (Futuro)

- (a) Saia **então**
- (b) **Então** saia
- (c) **Então**, saia

(50) IMP + Adv (Modo Ato de fala)

- (a) \* Saia **francamente**
- (b) \* **Francamente** saia
- (c) **Francamente**, saia

Como se esperava, os exemplos em (48) e (50) ficavam agramaticais na presença dos advérbios. Confrontando com o advérbio *‘francamente’*, tido na hierarquia de Cinque (1999) como prototípico de Mood<sub>SpeechAct</sub>P, há um problema na presença do termo com o imperativo, sendo possível apenas com uma pausa – o que marca o deslocamento e sua impossibilidade de co-ocorrência.

Nitidamente, não se pode usar um imperativo com a ideia de realização duvidosa dada pelo advérbio *‘talvez’*. O imperativo demanda uma certeza de execução da ação exatamente pelo seu engajamento do *addressee*. Entretanto, para o campo semântico, o *irrealis* é um traço que permite haver a interpretação intensional da sentença, ou seja, que se apele a mundos possíveis que não o mundo “real”.<sup>39</sup>

Por outro lado, é possível haver gramaticalidade com *‘então’*, o que, de antemão, poderia ser um problema, já que um traço necessário dos imperativos é a leitura orientada para o futuro. Nos exemplos contidos em (20), por sua vez, há a possibilidade de co-ocorrência entre o advérbio *‘então’*; porém, pelo menos em PB, a ocorrência de *então* é

---

<sup>39</sup> Ao adotar a postura cartográfica, a descrição para entender se um objeto linguístico pode ou não ter certo traço é confrontá-lo com os advérbios que possam assumir aquela posição já determinada pela *Hierarquia de Cinque* (1999) disponível em (K) na tese. Este método contribui para verificar, como nosso caso com *‘talvez’*, que um imperativo exija em seu movimento em busca do núcleo mais elevado – *ImperativeP*, como argumentaremos – e precisa desse traço- $\phi$  para ser valorado via movimento. No caso, todos os testes aqui são testes sintáticos exclusivamente – que vão se coadunar com o que já apresentamos do ponto de vista semântico e pragmático.

interpretada, quando proferido junto a um imperativo, como uma ideia conclusiva. No caso, há como permutarmos por *'pois'*. Outra situação seria a de que os itens lexicais fossem *'amanhã'* e *'semana que vem'*, nitidamente de futuro e que podem co-ocorrer com imperativos, mas argumenta-se que a presença de ambos os itens seja permitida pelo fato de uma complementar a outra. Defendemos que a presença de qualquer marca temporal de futuro apenas especifica este futuro dado por *default* pelos imperativos, o que acarretaria a mudança da interpretação imediata para esta orientação de futuro nova (proferir *'Leia o livro'* requer de *Ad* a leitura do livro em questão o quanto antes, mas é possível *'Leia o livro amanhã cedo'*, pensando que o falante quer que o início da ação se inicie a partir do momento *'amanhã cedo'*). Outro aspecto interessante é que alguma condição temporal mais incerta pode ser usada, como o complemento *'quando parar de chover'* logo após o imperativo.

Entretanto, percebemos que havia algo com o qual não concordamos em Masetto (2019): *futuro* e *futuridade* são termos distintos, embora próximos. O futuro é todo e qualquer tempo *t'* posterior ao proferimento do falante *t<sup>0</sup>*. O imperativo, por sua vez, também requer que a ação seja executada após seu uso (é impossível que um falante que usa o imperativo e deseje que o ouvinte execute uma ação em um tempo anterior ao do proferimento), mas não é livremente entendido este “futuro”: o imperativo exige que seja *'o quanto antes'* que *Ad* execute a ação. Tomemos *'Faça compras'* e *'Faça compras amanhã'*: não faz sentido que o ouvinte escute isso e apenas saia para fazer as compras no mês seguinte, enquanto a segunda sentença tem a marca temporal que o *'o quanto antes'* é *'a partir de amanhã, não hoje'*. Do mesmo modo que a primeira sentença, o ouvinte sair para as compras no momento não faz sentido. Dessa forma, percebeu-se que o imperativo requer um futuro específico, um futuro próximo, e que tal proximidade pode ser movida através de marcações temporais como *amanhã, semana que vem*, etc., que nada mais fariam do que modificar este momento próximo.

Discutido tudo isso, atentamos ao fato de que, então, o traço *futuridade* não seria tratado no núcleo de  $T_{FUT}P$ , como apresentado acima, mas sim no núcleo de  $Aspect_{Proximative}P$ , ou  $ASP_{Prox}P$ . Portanto, outro teste é feito abaixo, trazendo tudo isso à tona:

(51) **IMP + Adv** (Aspecto Proximativo)

- (a) \* Saia **brevemente**
- (b) \* **Brevemente** saia

(c) \* **Brevemente**, saia

Os testes em (51) corroboram para o argumento de que, então, *futuro* e *futuridade* são traços distintos: *futuro* é a marca temporal após o tempo de proferimento; *futuridade* é a marca do imperativo que faz com que a interpretação seja sempre ‘*o quanto antes*’, ou como já discutimos no capítulo 1 e 2, o ‘*As-Soon-As-Possible*’. Esta marca de futuridade orienta a interpretação ao futuro, mas ela é restrita e demarcada para que *Ad* realize a ação imperativa dentro da bússola imediata - não pode ser qualquer tempo após o proferimento. E quando tem advérbios como ‘*amanhã*’ ou ‘*semana que vem*’? O ponteiro desta bússola do *ASAP* fornece a restrição, a futuridade é manejada de acordo, como apresentamos na contraparte pragmática, sendo uma implicatura particularizada.

Outro aspecto que é necessário dizer é que ‘*brevemente*’ dos exemplos (51a-c) deve ser entendido como ‘*de modo breve*’, ou seja, uma noção de ‘*como se sai*’, não como temporalidade de ‘*em breve*’.

Até então, sintaticamente, mostra-se que IMP faz sua verificação, portanto, de *irrealis*, *futuridade* e *ato de fala*, seguindo os testes (48)-(51) –, antes de se instalar no nó que determina o tipo sentencial – *locus* necessário para dar à distinção sentencial que a representa.

Desse modo, Masetto (2019) lida e analisa os aspectos destes tópicos sintáticos, mais especificamente de Han (2000) e seu operador abstrato na porção superior da estrutura em CP; esta relação é possível, pois Dayal (2016), que trabalha com as sentenças interrogativas, argumenta que em C<sup>0</sup> está o operador [+Wh], que determina que a sentença é uma pergunta – e não uma declarativa. Dessa forma, o núcleo de CP serviria de *locus* para tais operadores abstratos que determinam a força sentencial – se é uma pergunta ou um imperativo. E é cabível defender este aspecto, pois, é impossível haver um proferimento em que haja um imperativo e um questionamento ao mesmo tempo.<sup>40</sup>

Seguimos esta jornada, como demonstrado anteriormente, de forma que a

---

<sup>40</sup> Aqui não trataremos ordens indiretas veiculadas através de perguntas, como ‘*Você poderia me passar o sal?*’, em que claramente o falante não objetiva saber a capacidade de passagem do sal do ouvinte, mas sim o ordenou de forma indireta – e mais polida - que passasse o sal. Como veremos, este exemplo mostra como é plausível defender que há atualização do SWL para AdTDL, já que isto ocorre aqui. Outro ponto é que chamaremos este fenômeno de **uso de interpretação diretiva**, não de imperativo, muito menos de imperativo indireto, pois as sentenças imperativas são as únicas que funcionam com determinada forma e função, como já exposto.

atualização oferecida representa muito mais a estrutura dos imperativos do que o autor mesmo discutiu e ofereceu em seu trabalho. Mais adiante, Masetto (*idem*) apresenta formas que em português brasileiro são usuais para substituir o que se chamará de *formas canônicas* em contrapartida a *formas não-canônicas*. Para nós, a diferença entre as *formas canônicas* e *não-canônicas* presentes no trabalho de Masetto (*ibidem*) são apenas formas imperativas, e o que o autor chama de *locuções imperativas* nada mais são do que blocos linguísticos mais usuais no cotidiano, como veremos em seguida.

A nomenclatura é meramente *ad hoc*, pois considera-se forma canônica a presença apenas do verbo – ‘*Sai daqui*’, ‘*Leia o livro*’, ‘*Corra*’, ‘*Construa a casa*’, etc – em vez de uma **locução imperativa** (*LIMP*) – ‘*Trata de*’, ‘*Deixa de*’, ‘*Para de*’ e ‘*Pode*’.<sup>41</sup> A locução assume o local e a verificação de traços do verbo isolado, por isso são consideradas formas imperativas. É importante frisar que, segundo nosso redimensionamento da proposta do autor, as *LIMP* serão tratados como os verbos imperativos e um uso cristalizado destas formas – provavelmente, como será mostrado oportunamente, por questões de pressuposições vinculadas às locuções; ou seja, os verbos sofrerão a modificação morfológica tal qual os outros verbos para cumprirem o pareamento *forma x função* defendida anteriormente.

A ocorrência das locuções imperativas é similar entre si: elas exigem, após a preposição, o verbo – o foco da ação a ser realizada por *Ad* – na forma infinitiva. Abaixo, como forma de ilustrar esta afirmação, os exemplos:

- (52) Trata de comprar o livro
- (53) Deixa de fumar
- (54) Para de resmungar
- (55) Pode tirar o cartão

Ainda, no caso de ‘*Deixa de*’ e ‘*Para de*’, é possível colocar um NP como ‘*brincadeira*’, ou mesmo ‘*falação*’, mas acreditamos que haja um verbo como “fazer” não pronunciado. Isto manteria o paralelismo com as outras locuções no que tange ao verbo no infinitivo após elas. Elas, inclusive, funcionam da mesma forma – tanto a questão da estrutura sintática, quanto semântica e também pragmática: são imperativos tais quais outras

---

<sup>41</sup> Ainda que de forma peculiar, ‘*Pode*’ – como em ‘*Pode tirar o cartão*’ –, é considerado um desvio semântico do uso comum do modal **poder**, cuja interpretação é o diamante da Lógica (◊), que no Brasil é uma forma corriqueira de uso imperativo, principalmente em contextos em que é necessária a forma imperativa. Seu uso, por sua vez, não é com o objetivo de ordem, mas sim uma requisição/permissão; o chamaremos de *locução imperativa* como as outras formas.



formas canônicas como os exemplos trazidos anteriormente. Devem respeitar a condição *forma x função* e todos os outros parâmetros apresentados até então, além de que a estrutura que apresentaremos a seguir também dá conta das locuções.

Por fim, a postulação sintática através da Cartografia feita por Masetto (2019) requer movimentos para verificação dos traços [irrealis], [futuridade] e [directive]<sup>42</sup> respectivamente (debaixo para cima). Um argumento a favor disso é: o verbo, para valorar os traços e se tornar imperativo, passa para [Mood<sub>Irrealis</sub><sup>0</sup>], para valorar o traço de [irrealis]; depois para [ASP<sub>Prox</sub><sup>0</sup>] e valorar [futuridade]; [Mood<sub>SpeechAct</sub><sup>0</sup>] para valorar [directive]. Aqui, há uma controvérsia: seguindo a proposta cartográfica, seria possível dizer que o verbo se acomodaria em [Force<sup>0</sup>], que permite que os traços do sujeito sejam acomodados – [IMP]. Novamente, seria uma atualização em relação ao trabalho de Masetto (2019): CP, para nós, torna-se **ForceP**, seguindo a hierarquia cartográfica. As locuções imperativas passam pelo mesmo processo – por uma questão de serem similares a construções com verbos auxiliares (DONATTI, 2008).

Algumas especificidades com as locuções ocorrem, como a presença de um nó intermediário WP – para aterrizar a preposição ‘*de*’ ou ‘*em*’ das locuções (segundo a proposta de Kayne, 2005) que saíram de PP. VP sobe para PP, por uma questão de obrigatoriedade de movimento do conjunto todo. No tocante, o resto permanece idêntico até o verbo alcançar [Force<sup>0</sup>]. Desse modo, as *LIMP* não são mais tratadas como sintagmas. Relembrando: assim como as formas canônicas, as locuções imperativas também não coocorrem com os advérbios discutidos por Tescari Neto (2007) e os testes mais pormenorizados em Masetto (2019), o que ratifica que as locuções podem, sim, ser tratadas como imperativos em português brasileiro.

Com todos os pormenores transcorridos e citados, chega-se ao ponto da representação arbórea, os movimentos e soldagens. A estrutura dos imperativos é a seguinte:

---

<sup>42</sup> O uso dos termos entre colchetes não representa que são operadores-abstratos, mas apenas os traços-phi que serão valorados em cada nó funcional - e a distinção para ficarem visualmente dispostos no texto.

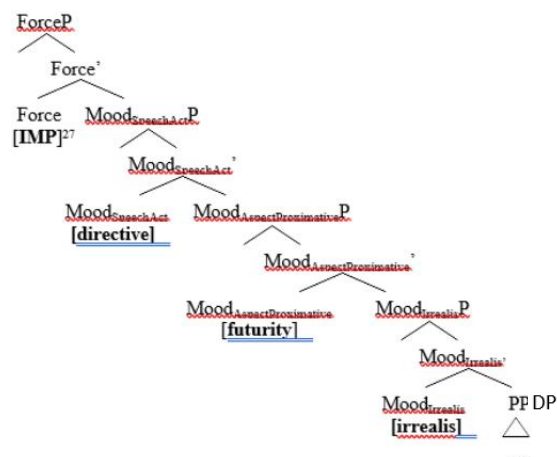


Figura 3 – Estrutura atualizada de Masetto (2021)

O verbo nasce em sua posição mais baixa, em VP, subindo para os núcleos a fim de verificar os traços que apresentamos. Os traços marcados por colchetes não são operadores-abstratos, aos moldes da proposta de Han (2000) e Dayal (2016): são ilustrativos para demonstrar que os movimentos sintagmáticos aos seus núcleos valoram tais traços, nos moldes da proposta da Cartografia. E, na posição mais alta, em ForceP, [IMP] é apenas a exemplificação da força, não um operador-abstrato. Pensamos que as verificações de traços bastam sintaticamente, além de corroborarem para os traços semânticos e pragmáticos do que um imperativo traz consigo.

Entretanto, esta atualização, por sua vez, não dá conta, a nosso ver, de uma problemática das línguas naturais: se seguirmos a proposta de Rivero e Terzi (1995), em que ela discute sobre línguas com *True-imperative* e *Suppletive-imperative*, PB, a nosso ver – e o que vamos argumentar agora e por todo o texto – é uma língua do segundo tipo. Em outras palavras: de que modo é possível argumentar dessa forma?

Uma breve apresentação do que é *True-imperative* é o tipo de língua que demanda uma mudança morfofonológica e gera restrições específicas para as formas negativas.

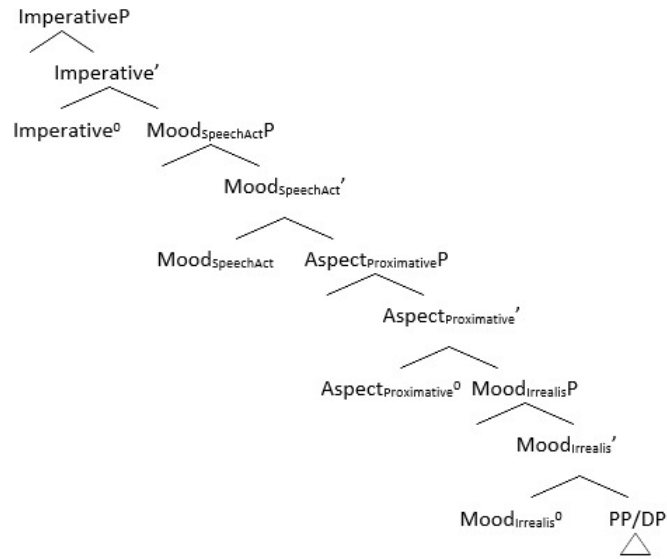
### 3.2 TRUE-IMPERATIVE E SUPPLETIVE-IMPERATIVE

Em português brasileiro, embora haja a distinção entre duas formas morfológicas – ‘Lê’ e ‘Leia’, por exemplo – temos que há uma liberdade na escolha por qual delas será o

proferimento imperativo. No caso dos imperativos, somente estas duas formas podem coexistir como válidas para que o falante use linguisticamente do ponto de vista morfossintático. Se temos ‘Lê o livro’ ou ‘Leia o livro’, elas serão entendidas como imperativos, principalmente pelo fator prosódico, comum no PB. No trabalho de Miranda (2019, p. 29-33), a autora tece uma série de testes sobre o contorno melódico de sentenças no português brasileiro e chega à conclusão de que existe uma variação padronizada para as ordens e pedidos, ambas com o uso de um imperativo. Isso reforça a nossa dúvida sobre o ForceP: em PB, a mesma construção linearizada com os mesmos elementos – ‘João’, ‘sai’ e ‘daqui’ – são passíveis de serem os três tipos sentenciais apenas com a variação prosódica: ‘João lê o livro’ (*default*) é uma declarativa, ‘↑João, ↑lê o livro’ é uma ordem e para ‘João lê o li(↑)vro(↓)?’ é uma interrogativa.

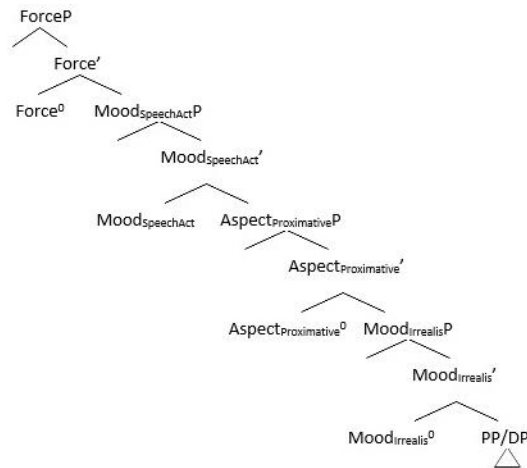
E por que esta inserção breve? De antemão, para mostrar que, diferente de línguas como alemão, italiano, espanhol ou Tukano’, todas têm o que Rivero (1994) chamou de *True-imperative*: além da posição sintática, uma forma morfológica restritiva. Já o PB, por sua vez, não tem: embora os trabalhos sociovariacionistas demonstrem que existem preferências de formas, repetimos que não são agramaticais ‘Lê o livro’ e ‘Leia o livro’. Logo, o PB é um exemplo de língua que se vale do *Suppletive-Imperative*, sem a restrição morfossintática. Vamos além: valendo-nos da argumentação de Rivero (*idem*), acrescentamos que PB necessita de uma curva melódica específica para imperativos que os diferenciam de outros tipos sentenciais.

A partir disso, portanto, propomos mais uma modificação na estrutura sintática: imperativos têm os traços [irrealis], [futuridade] e [diretividade] para serem valorados na subida do verbo, mas o último nó, para as línguas com *True-imperative*, é *ImperativeP*. Partindo da Cartografia, podemos imaginar que exista um nó funcional específico para os imperativos, sendo que na hierarquia existem nós para os elementos Wh+ – WhP –; para as interrogativas, a força, no caso, que é a *InterrogativeP*; e, por que não, *ImperativeP* – *ImpP* – para as sentenças imperativas. Desse modo, temos a seguinte estrutura para as línguas *T-imp*:



**Figura 4** – Estrutura em línguas com *T-imp*

Enquanto para as línguas sem uma forma morfosintática restritiva, os *Suppletive-imperatives* – *S-imp* –, estes sim têm a estrutura com o topo contendo *ForceP*, pelo fato de algum elemento que não os já argumentados, fazer a vez da interpretação de ser um imperativo e não outro tipo sentencial. Dessa forma, a prosódia demarcada de PB é o elemento que faz com que exista esta interpretação, segundo a estrutura abaixo:



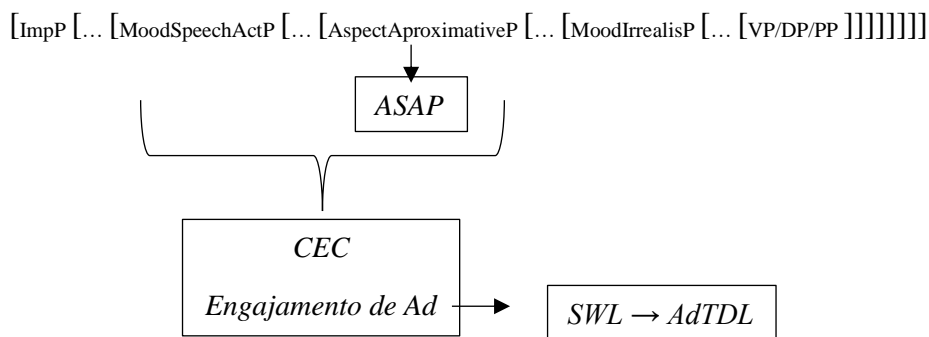
**Figura 5** – Estrutura de línguas com *S-imp*

Estas atualizações e postulados irão contribuir para outros argumentos, inclusive servem de base para justificar e explicar a possibilidade da presença dos sujeitos pronunciados nos imperativos (cf. capítulo 4 do **Bloco I**). As atualizações feitas em relação

aos trabalhos de Masetto (2019; 2021a; 2021b; 2023; no prelo) são com o efeito de adequação ao que entendemos como uma estrutura que justifica o entendimento dos traços de um imperativo, e não só, a ordenação do *spell-out* destas sentenças. É importante ressaltar que *ForceP* codifica a força sentencial, assim como *ImperativeP*, pois a força diretiva, prototípica dos imperativos, já está codificada abaixo no nó *MoodSpeechActP*.

Outro ponto é a interface interpretativa: segundo o modelo abaixo, é possível dizer em que setor da representação estão os elementos que vimos até aqui:

**(L) Modelo interpretativo completo**



Entretanto, algumas dúvidas começam a surgir.

A primeira delas é: por que estes traços são defendidos como sendo dos imperativos?<sup>43</sup>

**3.2.1 As problemáticas dos nós propostos**

Toda a discussão nos trouxe até este ponto e as duas hierarquias apresentadas nas *Figuras 4 e 5*. Entretanto, alguns questionamentos precisam ser feitos sobre estas propostas.

O problema do traço [irrealis] é por ser uma espécie de “traço-geral” para o que se quer representar o que não está no mundo do proferimento. De certo modo, se pensarmos na interface com a Semântica, pouquíssimas proposições são avaliadas no que se chama *mundo real* ou *atual* ( $w^@$ ); levando a cabo das discussões intensionais da atualidade, as teorias

<sup>43</sup> Esta discussão se levanta a partir da banca de defesa da tese, em que os membros questionaram a necessidade destes nós e, de certo modo, partindo do princípio da Navalha de Occam, se não seria possível através do menor esforço teórico explicar o fenômeno.

tratam que  $w^@$  nada mais é do que um dentre infinitos mundos possíveis, ou seja, esta separação não faria sentido entre *realis* e *irrealis*.

Outro aspecto importante está no fato, assim como Narrog (2005) defende, que as interações, embora sirvam para funções extralinguísticas no cotidiano, o funcionamento é dentro de uma realidade linguística, uma dimensão em que os elementos seguem regras específicas e, portanto, o [irrealis] sempre seria ativo – em tese, é impossível falar do efetivo presente *aqui* e *agora*, até isso é um recorte dentro desta dimensão.

Outro ponto importante está no fato de um dos traços principais ser a *futuridade*, dado pelo traço- $\phi$  [futurity]. Já discutimos e defendemos em favor de que existe uma diferença clara entre *futuro* e a *futuridade*, traço este, inclusive, oferecido pelo *ASAP*, uma interpretação pragmática. Deste modo, o traço- $\phi$  em questão até é possível de ser considerado na hierarquia cartográfica, já que a relação entre Sintaxe e Pragmática é válida e pertinente, entretanto, será que o verbo precisaria, de fato, se movimentar para verificar este traço dado já por vias pragmáticas?

Outro aspecto que deve ser considerado é o elemento da diretividade, dado pelo traço [directive]. Do mesmo modo que o anterior, a diretividade é fruto direto do ato de fala pragmático. O ponto nevrálgico é o nó em que se instala sintaticamente: o nó *Mood<sub>SpeechAct</sub>P* é, em tese, um nó que abriga todo tipo de ato de fala existente nas línguas. Entretanto, se levarmos em conta a proposta do próprio Austin (2007 [1969]) já defendia que todo e qualquer sentença nas línguas naturais são atos de fala, inclusive as declarativas: declarar algo como ‘*Chove hoje*’ é um ato de fala de declaração ou constatação. Logo, existe uma situação inconsistência de que a teoria cartográfica ainda não consegue lidar com uma extensão de um nó que receba e valore vários traços- $\phi$  diferentes no mesmo local, rompendo a máxima que levamos em conta de Kayne (2005) do *one feature, one head*. Desse modo, portanto, cada sentença valoraria uma força distintas neste nó do ato de fala, o que faz dele tudo e nada simultaneamente, indo contra a proposta cartográfica de cada nó propiciar a valoração de traço necessário para os objetos linguísticos das línguas.

Por fim, o ponto mais elevado: o de *ForceP* ou *ImperativeP*, como propomos aqui. Do mesmo modo que o nó citado anteriormente poderia ser um *locus* de valoração de inúmeros traços, o *ForceP* é outro candidato deste porte. Logo, a saída de oferecer um nó

que permita que cada tipo sentencial tenha sua verificação de força, como se houvesse uma zona de ato de fala na parte superior da hierarquia poderia, em tese, tentar suprimir este problema dos traços. A proposta de ImperativeP vem nessa toada, mostrando ser necessário repensar este setor todo, a fim de dar conta do fenômeno dos imperativos – e de outros tipos sentenciais.

A problemática está no fato de que, se seguimos a ideia até então apresentada, temos que criar situações *ad hoc* sobre o uso hierárquico de *ForceP* para algumas línguas e *ImperativeP* para outras, o que parece contraintuitivo e totalmente anti-Occam. A pergunta que perdura é: qual é a hierarquia, portanto, dos imperativos a partir da Cartografia sintática?

Partindo do princípio cartográfico que trazemos aqui, e todas as dúvidas geradas pela proposta, temos a seguinte saída: a hierarquia sintática permite oferece o input necessário para o entendimento semântico, pragmático e discursivo do fenômeno. Logo, seguir por este caminho, considerando o exposto anteriormente, é possível propor uma estrutura que se comprometa a computar os dados semântico-pragmáticos discutidos nos capítulos 1 e 2: *ForceP* e *Mood<sub>SpeechAct</sub>P* como zonas do *higherfield*. Por que isso?

Um nó coringa como o de força e o de ato de fala geram uma contradição de natureza a ter mais de um traço- $\phi$  a ser valorado. Por conta disso, faz-se obrigatório também trazer argumentos de outros campos para fortalecer esta hipótese: não há pareamento nas línguas naturais entre sentenças e atos de fala. Sentenças declarativas podem ser declarações, constatações etc.; ou mesmo a interpretação diretiva, que estamos há várias páginas discutindo, não tem um pareamento direto. O que defendemos até aqui é que para chamar de *imperativo* há que ser aquela *forma e função* simultâneas.

Retomando o caminho argumentativo da estrutura, as mudanças de força e ato de fala permitem propor a cisão destes nós por zonas: a zona de *Force* aloca as forças como diretiva, deôntica, declarativa, interrogativa; a zona *SpeechAct* permite alocar os traços- $\phi$  de cada ato de fala: o diretivo, o de juramento, o de promessa etc.

Por conta disso, com esta postulação, e na esteira da proposta do próprio Chomsky, em que a postulação “[...] tem de ser justificada, quer por condições de output (de interpretação fonética e semântica), quer por argumentos intrínsecos à teoria. A responsabilidade recai sobre quem propõe tais categorias e isso muitas vezes não é fácil.” (1995 (1999), p. 332, trad. de E. Raposo).

Desse modo, temos o que o próprio autor exige: elementos semânticos e pragmáticos que corroboram, como o processo de que línguas têm imperativos por todo o mundo. No caso do português brasileiro, o que vimos até aqui, é que há a possibilidade de uso entre a forma imperativa dada pelas gramáticas, assim como sua conjugação do subjuntivo verbal; e não apenas, que a diretividade gera a interpretação de futuridade através de *ASAP* e *CTRL*; e que temos uma propriedade, isto é, a atualização dos desejos do falante nos fazeres do ouvinte. Logo, a hierarquia que deixamos aqui é a seguinte:

[ImpP [... [MoodDirectiveSpeechActP [... [VP/DP/PP ]]]]]]]]]

Outro argumento que permite esta cisão em zonas sintáticas se dá, também, através dos exemplos da língua Tukano': por exemplo, '*yi'îre kumupatá mi'îtiasa*' [*Traz a cadeira para mim*], em que o falante é hierarquicamente superior a seu ouvinte; '*mi'îhó yi'îre kumupatá mi'îtiasa*' [*Você traz a cadeira para mim*], em que '*mi'îhó*' é a demarcação hierárquica subalterna, ou seja, um filho para um pai, por exemplo (e que Antunes (2021) vai discutir ser um honorífico traduzido como '*vocêzão*', uma referência ao *addressee* com respeito); mas o que chama a atenção é a partícula '*sa*' ao final, que é a partícula imperativa, já que em um exemplo com um advérbio ela permanece ao final sozinha (lembrando que a língua tem uma estrutura "espelho", como o japonês): '*ma'mĩ mi'îhó yi'îre kumupatá miti bahsasã*' [*Irmão mais velho, você poderia trazer essa cadeira para mim rapidamente?*], em que a modulação de polidez tem a interpretação diretiva, como o próprio autor confirma em sua tese.

Portanto, após esta incursão, é possível argumentar na cisão em zonas, e não somente, que haver um nó *ImperativeP* e *MoodDirectiveSpeechActP* não é absurdo, pelos fatores semânticos, pragmáticos e discursivos apresentados nesta tese, e pela existência de uma língua com uma marca expletiva de imperativo como a Tukano'. Deixamos em aberto quais outras projeções funcionais podem existir nestas zonas, mas que fique claro que para nós, a estrutura de *output* está correspondendo a todas as regras discutidas nos capítulos 1 e 2 da presente tese.



### 3.3 SUJEITOS PRONUNCIADOS DOS IMPERATIVOS

Em relação aos sujeitos do imperativo, há os trabalhos de Zanuttini *et al.* (2012) e Portner, Pak & Zanuttini (2019), em que apresentam uma proposta de análise da posição dos sujeitos e da especificidade dos imperativos sempre exigirem um *destinatário*, ou mesmo *addressee* participante da cena comunicativa.<sup>44</sup>

Para essa proposta, serão levantados aspectos como a existência de uma forma canônica e não canônica (denominada por Masetto (2019) como *sentenças imperativas* – *FPs*), ambas consideradas imperativas no PB, e como o sujeito se comporta na presença dessas formas. É importante destacar que as frases imperativas de que trataremos são as discutidas em Masetto (2019): *Trata de* (p. 55), *Deixa de* (p. 58), *Para de* (p. 61), *Pode* (p. 62). Como não pretendemos uma discussão terminológica aqui, trataremos como *imperativos* – IMP - as sentenças mais tradicionais – verbo + complemento – e como *locuções imperativas* as construções como as citadas anteriormente – verbo + preposição + complemento.

Iniciamos nossa análise com os exemplos abaixo. É importante salientar que usaremos a vírgula como elemento de pausa para demonstrar uma hesitação na continuidade do proferimento entre o pronome e o imperativo:

- (56.a) Sai daqui
- (56.b) Sai *você* daqui.
- (56.c) *Você* sai daqui
- (56.d) *Você*, sai daqui
- (56.e) \* Sai daqui *você*<sup>45</sup>

Os exemplos (56.a)-(56.d) são usuais e se enquadram em português brasileiro. Em todos esses casos, é possível defender que o imperativo tem o mesmo conteúdo: o *falante*

---

<sup>44</sup> A dissertação de Masetto (2019) trata da interface entre Sintaxe, Semântica e Pragmática e fica para a Pragmática o que ele chamou de *engajamento de Ad* em imperativos, embora não negue que Sintaxe e Semântica também contribuam para isso em suas descrições e estruturas formais. Desconsideramos o aspecto da exclusividade pragmática, já que é um *continuum* entre Semântica e Pragmática o que defendemos, logo o engajamento ocorre pela necessidade da atualização de *SWL* para *AdTDL*, como visto no capítulo 1 desta tese.

<sup>45</sup> Consideramos o exemplo agramatical por interpretarmos que somente uma modulação prosódica do termo '*você*' permite que ele fique ao final da sentença.

emite a ordem para que seu ouvinte (direto/presente) siga a ordem; no caso de (56.a)-(56.d), a ordem é para que o ouvinte deixe o local onde ele esteja.

Um aspecto importante a frisar aqui é o fato de que, em sentenças imperativas, é possível reaver o *Ad* com uma pergunta, e esta pergunta irá referenciar uma segunda pessoa – singular ou plural:

(57) Sai daqui. **Você** me escutou?

(58) Sai daqui. O\* **João** me escutou?

Antes de continuarmos, essas questões também ajudam a mostrar que o uso de quantificadores como *Todos* e *Ninguém* também são interpretados, quando na presença de uma sentença imperativa, como pronome de segunda pessoa (como ‘*você/vocês*’):<sup>46</sup>

(59) *Todos* ficam quietos. **Vocês** estão ouvindo?

(60) *Ninguém* fala a partir de agora. **Você(s)** entende(m)?

Apresentada a noção de referenciação do sujeito, necessária do ponto de vista da interpretação de imperativos (HAN, 2000; ZANUTTINI *et al.*, 2012; PORTNER; PAK & ZANUTTINI, 2019; MASETTO, 2019; 2023; no prelo), nos resta a questão: que tipo de estrutura é a que aceita – ou gera – a restrição sintática adequada para o encaixe desse sujeito? Indo além: é relevante para defender a presença de um nó específico para segurar o sujeito do imperativo e, em caso afirmativo, é pertinente considerar o que esse nó oferece em termos de traços a serem valorados? E mais: que posição ocupa na estrutura profunda? Para responder a essas questões, o trabalho se divide como a seguir.

De início, tomaremos a discussão de sujeito do ponto de vista gerativo e o sujeito dos imperativos e suas peculiaridades. Esta seção também apresenta a proposta de Zanuttini *et al.* (2012) e Portner, Pak & Zanuttini (2019) e a presença do nó funcional *Jussivo* (*JussiveP*).

---

<sup>46</sup> Reforça-se, por meio de uma comparação interlinguística com o inglês, que, se a marca morfológica ‘*Everybody*’ é prototipicamente de concordância de terceira pessoa, no uso diretivo será entendido como de segunda, isto é, de referência direta à audiência: seja os alunos na sala de aula, seja uma plateia. No uso diretivo, inclusive, a sentença ‘\**Everybody stays quiet*’ é agramatical.

É necessária uma rápida retomada: as sentenças declarativas expressam estados do mundo; as sentenças interrogativas buscam mover os interlocutores para uma atualização<sup>47</sup> do estado epistêmico dos falantes; e as sentenças imperativas buscam colocar os interlocutores diante de ações para mudar mundo, o que aponta para o motivo de não existir valor de verdade nas sentenças que expressam função imperativa ou interrogativa.

O aspecto de mudar o estado de coisas no mundo é muito importante e relevante para qualquer tipo de sentença imperativa. De fato, um falante que emite qualquer imperativo deseja que o estado das coisas no mundo seja modificado pelo *addressee*, ou que pensa ser necessário para sua manutenção: por exemplo, um imperativo *'Continue onde está, já volto'* significa que *Sp* pensa ser possível que seu *Ad* saia após a conversa, mesmo que ele permaneça ali. Isso é tão possível de identificar que, caso *Ad* não fosse de fato sair, ele responderia *'Tranquilo, não ia sair'* ou algo do tipo.

Voltando aos imperativos específicos, existe a possibilidade de que, caso *Ad* esteja doente, ele possa realizar ações para ficar bem, como descansar, se hidratar ou mesmo tomar medicação no regime proposto por um médico, mas não há nenhum tipo de agentividade. O mesmo acontece em *'Tenha um bom dia'*: o ouvinte não pode realizar uma ação para tornar seu dia bom, pelo menos não apenas uma ação – como *'sair daqui'*, *'lavar as mãos'*, etc. Uma *GW* tem mais a dizer sobre o estado de espírito do falante e sua afetividade em relação ao destinatário do que a própria mudança de mundo.

De qualquer forma, há também construções em que há função, mas sem a forma canônica de imperativo:

- (61) Atacar
- (62) Correndo<sup>48</sup>
- (63) Calado

Os exemplos de (61)-(63) não são considerados como sentenças imperativas, mas como formas com interpretação. Deste ponto de vista, os exemplos de (61)-(63) não são

---

<sup>47</sup> Para uma abordagem completa e complexa das frases interrogativas, ver Dayal (2016).

<sup>48</sup> Em inglês, a única forma de aceitar o gerúndio com leitura diretiva é através de sua forma com negação prévia – *'No talking'* ou *'No smoking'*. Em PB, por sua vez, a forma afirmativa – *'Comendo'* ou *'Falando'* – é permitida e gramatical.

tratados como IMP, embora tenham a função diretiva. Para nós estas formas serão chamadas de *construções com interpretação diretiva* (cf. Bloco II).<sup>49</sup> É importante retomar que o pareamento *forma x função* que aqui defendemos e que seguimos de Jary & Kissine (2014) é para o que vamos chamar de imperativos, não para as formas com interpretação diretiva em geral. Estamos dividindo as formas com diretividade, na verdade: existem os imperativos, tipos sentenciais que têm posição verbal específica, e até modificação morfológica exclusiva em várias línguas, mas existem outros conjuntos de formas linguísticas que podem servir para veicular a diretividade e o que o imperativo faz.

De qualquer forma, é importante ressaltar que a frase '*Sai daqui*', como qualquer outro tipo de IMP, equivale a uma frase imperativa porque possui uma forma (em geral, no PB, verbo na frente de toda a frase e uma morfologia distintiva; ainda que a morfologia não seja mais tão restrita em PB, diferente de como é no espanhol, ela ainda existe – a marca do *presente*, seja do indicativo ou subjuntivo),<sup>50</sup> bem como a função diretiva, ou seja, ordenar e fazer o interlocutor mudar o estado atual do mundo (*e.g.*, ser o agente da ação). Outro aspecto é que a diretividade tem uma finalidade ainda mais específica: é graças à FD que o *addressee* do contexto é engajado, ou seja, é impelido a realizar a ação imperativa (cf. Bloco I, cap. 2).

Focando na forma específica dos imperativos, no artigo de Rivero & Terzi (1995) há uma reflexão sobre a morfologia verbal dos imperativos em línguas como o espanhol, em que tal morfologia acompanha uma estruturação para a forma afirmativa (o verbo '*hablar*', por exemplo, tem a distinção nas segundas pessoas, como '*habla*' – de '(*tú*) *hablas*' –, e '*hablad*' – '*hablais (vosotros)*'). Em ambas as formas, o morfema '-s' é obrigatoriamente descartado).

---

<sup>49</sup> Embora se acredite que sejam cristalizações, as formas incorporadas por falantes em geral, é possível defender que *gerúndios*, *participios* e *infinitivos* podem ser usados, em contextos específicos, para fins diretivos. As possibilidades para o uso e restrições serão tratadas neste trabalho no Bloco II.

<sup>50</sup> No PB, é possível usar a forma morfológica de '*tu*' com o pronome '*você*' pronunciado, e vice-versa. Trabalhos sociovariacionistas (cf. SCHERRE *et al.*, 2007; SCHERRE, CARDOSO, LUNGUINHO, 2005) apontam diferentes preferências para certas construções nas diferentes regiões do Brasil, embora os usos de formas não preferíveis não sejam agramaticais:

(I) [Sai] <sub>TU</sub> <i>você</i> daqui	(II) [Sai] <sub>TU</sub> <i>tu</i> daqui
(III) [Saia] <sub>VOCÊ</sub> <i>você</i> daqui	(IV) [Saia] <sub>VOCÊ</sub> <i>tu</i> daqui

- (64) *Habla*<sub>TÚ</sub> más despacio (*hablas*)  
(65) *Hablad*<sub>VOSOTROS</sub> tranquilamente<sup>51</sup> (*habláis*)

Na forma negativa, por sua vez, é impossível usar outra forma que não o subjuntivo em espanhol:

- (66) *No hables*<sub>TÚ</sub> más despacio (*que hables tú*)  
(67) *No habléis*<sub>VOSOTROS</sub> tranquilamente (*que habléis vosotros*)

O espanhol contém o *imperativo-verdadeiro* (*imperative-True*) e o *imperativo-supletivo* (*imperative-Suppletive*) (RIVERO & TERZI, 1995): há uma marcação morfológica específica para imperativos – portanto, *imperativo-verdadeiro* –, mas no caso do espanhol, ou mesmo do português europeu (EP), há também o imperativo negativo que obrigatoriamente toma emprestada a forma do subjuntivo, sendo considerado um *Suppletive-imperative* (*S-imp*). Em PB, trata-se de uma língua desprovida de *True-imperative* (*T-imp*), por isso não há as restrições na mudança da forma afirmativa e negativa.

Já apontamos o fato de que é possível usar ‘*Sai*’ ou ‘*Saia*’ sem problemas gramaticais, além das representações para ambas do ponto de vista cartográfico em 3.2. Isso ocorre porque o português brasileiro não faz mais parte desse grupo com divisão idêntica ao espanhol, seu parente próximo. É possível usar conjugações referentes a ‘*tu*’ ou ‘*você*’ sem perder o sentido.

Outra coisa: a relação com a negação também não restringe morfológicamente o uso de IMP – ‘*Não sai*’ e ‘*Não saia*’ são idênticos em sentido. De forma oposta, em espanhol, se a forma indicativa vier com a negação, a frase é agramatical e mal-formada. É importante notar que há preferências no uso da marca com o indicativo ou subjuntivo, segundo trabalhos

---

<sup>51</sup> O uso de *vosotros* é tradicionalmente ibérico, enquanto nas Américas, o uso de referência para todos presentes na forma de *ustedes*. Em espanhol, inclusive, embora a conjugação com *usted* e *ustedes* seja a de 3ª pessoa gramatical, a referência é direta, tal qual *você* em português, sendo, apenas, uma forma polida de referir-se a pessoas mais velhas em ESP.

sociovariacionistas, como Scherre *et al.* (2007), mas são preferências locais, não restrições sintáticas formais ou que gerem agramaticalidade.

Tomando as vias da presença do sujeito pronunciado nos imperativos, é importante lembrar o que é sujeito do ponto de vista sintático, mais precisamente, do ponto de vista gerativo, o sujeito é o argumento que o verbo requer e que tem uma posição sintática específica – a de argumento externo do verbo – e também aquele que desencadeia a concordância verbal, entre número e pessoa (DONATTI, 2008). Dessa forma, em uma frase como ‘*João lê o livro*, o argumento ‘*João*’ ocupa a posição do argumento externo, a lacuna oferecida pela valência verbal – enquanto, para a teoria, sujeito é a posição na estrutura, não exatamente a função.

O mais importante para o escopo do trabalho é que, em certas línguas, é possível haver um *sujeito nulo* – ou *tácito* – enquanto em outras línguas a ausência do sujeito morfofonologicamente pronunciado é impossível. Por exemplo:

- (68)  $\emptyset$  Chove
- (69)  $\emptyset$  Choveu
- (70) **It** rains (inglês)
- (71) **Es** regnet (alemão)
- (72) **Il** pleut (francês)

No PB, é possível proferir uma frase sem a presença do sujeito morfofonologicamente pronunciado. Em inglês e alemão, isso não é permitido: é necessário marcar no *spell-out* o elemento que ocupa o espaço do sujeito na estrutura (*'it'* em (70) e *'es'* em (71)). Essa configuração em PB é chamada *de pro-drop*, cujo lugar de ocupação de um termo sujeito é preenchido abstratamente por um *pro* (lê-se prozinho) (DONATTI, 2008). No caso de (68)-(69), ambos teriam em [Spec, TP] o *pro*, enquanto *'it'* e *'es'* são os de (70) e (71).

Aproveitando esta incursão, a noção de sujeito especificamente para imperativos também se faz necessária: pode-se argumentar que, em qualquer situação, o sujeito linguístico de IMP será uma referência à segunda pessoa, ou seja, a *Ad* – singular ou plural –, que representa metalinguisticamente o *destinatário/addressee*, alvo do engajamento

imperativo. No entanto, não é tão simples quanto aos demais assuntos, pois não é qualquer termo que possa ocupar esse espaço (tem que ser especificamente um indexical – ‘*você*’ ou ‘*vocês*’ – ou deve haver co-referência necessária com a segunda pessoa).<sup>52</sup>

Outro ponto importante é a separação entre o ente linguístico e o ente no mundo: *Ad* é quem escuta ao proferimento, uma pessoa de carne e osso, enquanto a sua referência na dimensão da linguagem é dada, no caso dos imperativos em geral, pelos pronomes indexicais ‘*você*’ (ou seu plural), com raros casos de modificação, como já apresentamos, ‘*todos*’/‘*todo mundo*’ ou mesmo ‘*ninguém*’, mas para todos os casos, a referência direta à segunda pessoa, ou seja, com quem se troca os turnos comunicativos é imprescindível.

Frases como as seguintes exemplificam bem isso:

(73) \* João sai daqui

(74) [João]<sub>VOCATIVO</sub>, sai daqui

(75) [Menino que mora logo ali]<sub>VOCATIVO</sub>, sai daqui

Nas sentenças (73)-(75), por sua vez, fica claro que as referências do sujeito são interlocutores diretos na cena comunicativa – os interlocutores diretos –, mas colocados em uma posição vocativa – *VocP* – como seu chamado. Se o nome da pessoa não for usado como vocativo, a sentença é agramatical, como em (73). Em todas as frases, independentemente do tamanho e da quantidade de informações disponíveis na descrição do *destinatário* em questão, todas podem ter como pergunta um complemento com ‘*Você me escutou?*’/‘*Você está me ouvindo?*’. Essa passagem mostra que o sujeito de um imperativo é sempre a referência de segunda pessoa presente no contexto – e não uma pessoa fora do círculo comunicativo, como em (30), como mencionado anteriormente.<sup>53</sup>

Ampliando ainda mais este tópico, focamos nossa atenção em duas propostas complementares para o tema dos imperativos e seus sujeitos: Zanuttini *et al.* (2012) e Portner, Pak & Zanuttini (2019). Em seus artigos, os autores tratam e propõem uma análise

---

<sup>52</sup> É possível uma sentença ‘*Vamos arrumar o quarto agora*’, em que o sujeito de referência é um ‘*nós*’ inclusivo. A única distinção aqui é a inserção do próprio falante como agente da ação, mas ele se insere em um conjunto que se refere ao *addressee* simultaneamente, não perdendo a referenciação de segunda pessoa que defendemos.

<sup>53</sup> Jary & Kissine (2014) tratam de usos de imperativos para 1ª e 3ª pessoas, mas em todos os usos que os autores trazem apresentam uma referência equivalente a 2ª pessoa, como defendemos ao longo do trabalho.

e descrição envolvendo o núcleo no qual o sujeito está soldado em sentenças que denominam *jussivas*, que incluem as *promissivas*, *exortativas* e as *imperativas*, a que nos interessa aqui.

### 3.3.1 A proposta de *JussiveP* para *locus* do sujeito imperativo

Zanuttini *et al.* (2012) argumentam que a estruturação sintática serve para oferecer apenas a *concordância do sujeito* com o imperativo, mas que a parte do traço – a segunda pessoa ou *Ad* – é dada semanticamente. Para eles, o núcleo jussivo (*JussiveP*) daria suporte à valoração de traços de *concordância* entre os argumentos que são sujeitos das sentenças imperativas.

No caso dos imperativos, o núcleo seria uma mistura de *TP* e *JussiveP* – *T-JussiveP* – cujo núcleo incluiria os traços [*person*: 2nd]<sub>i</sub> e [*case*: *nominative*]<sub>u</sub> (*idem*, p. 1264); *T-JussiveP* é soldado em *vP*, local onde se encontra o nascimento da sentença jussiva<sup>54</sup> e seu sujeito – [*Spec*, *vP*] –, com as mesmas características co-referenciadas acima. É desse modo que os autores apresentam em seu artigo.

Não está claro no trabalho, mas deduz-se que não há movimento de [*Spec*, *vP*] para *T-JussiveP*<sup>0</sup>, o que justificaria o argumento de ser um *agreement* (*concordância*), não efetivamente uma valoração de traços *in locus* de sujeitos de outros tipos de sentenças como declarativas, como proposto nos manuais de Sintaxe como por Donatti (2008).

É válido levantar a crítica de que, embora se argumente que *T-JussiveP* é uma cabeça apenas para *concordância*, na descrição do que é o nó jussivo, eles apresentam que o sujeito do imperativo é um operador abstrato, ou seja, concorda sintaticamente com o verbo. Nesta primeira versão, os autores trataram o assunto contendo o traço- $\phi$  de pessoa com pressupostos semânticos (ZANUTTINI *et al.*, 2012, p. 1264), que suspeitamos ser a questão de sempre se referir a uma 2ª pessoa no cenário comunicativo, ou seja, um *destinatário*, mas não está claro quais seriam essas suposições.

---

<sup>54</sup> O trabalho de Zanuttini *et al.* (2012) define uma sentença jussiva como: “a interseção da sintaxe e semântica e levando em conta dados de dois outros tipos de orações, as exortativas e as promissivas. Esses tipos são minimamente diferentes dos imperativos e ainda não foram examinados da mesma forma. Nós mostraremos que, adicionando essas peças ausentes ao quebra-cabeça, obtemos uma imagem mais clara da sintaxe e semântica desta classe de orações, rotulada como JUSSIVAS.”



No entanto, os três autores retomam essa primeira proposta e, anos depois, a revisam: em Portner, Pak & Zanuttini (2019), separam os nós *JussiveP* e *TP*, antes juntos. A hierarquia, agora, é [*JussiveP* > [*TP* > [*vP* > [*VP*]]]]. Mantendo o local de nascimento do sujeito em [*Spec*, *vP*], ele passa a ter o movimento necessário para [*Spec*, *TP*], co-referenciado (*idem*). No entanto, há uma mudança substancial quanto à valoração dos traços jussivos: em [*Spec*, *JussiveP*], há, na verdade, um elemento chamado *Jussive*, co-referenciado com o sujeito que mudou – [*Spec*, *vP*] para [*Spec*, *TP*]. Os autores chamam isto de traço- $\phi$  [*author*: -], que obrigatoriamente faz a valoração da segunda pessoa. Para tornar a visualização mais clara, sua representação é apresentada a seguir (*ibidem*, p. 3):

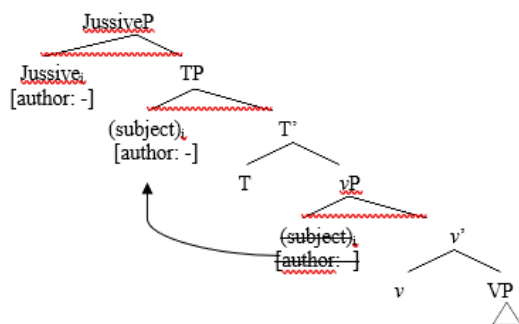


Figura 6 – Proposta de soldagem e movimentação de *JussiveP*

Entretanto, ela acende vários holofotes sobre uma problemática válida e pertinente, e que serve, de início, para facilitar o começo da empreitada na busca do *locus*, do comportamento dos sujeitos – que termos que podem e não podem servir, e até mesmo se há ou não um nó funcional específico como o *JussiveP*. Por ora, a nomenclatura do nó será essa. Focando mais no tópico, quando estão presentes os termos pronunciados – ‘*você*’/‘*vocês*’ são referências diretas do *addressee* dado pelas contingências do contexto e da cena comunicativa.

O que é interessante, no PB, é o fato de que a morfologia ajuda a entender se é um *Ad singular ou plural*, mesmo se não estiverem proferidos os pronomes pessoais de segunda pessoa:

- (76) Faça<sub>(SINGULAR)</sub> a prova  
(77) Façam<sub>(PLURAL)</sub> a prova

Percebe-se que os sujeitos dos imperativos em (76) e (77) são entendidos sem suas formas morfofonologicamente pronunciadas.

No entanto, é possível que haja uma pronúncia marcada de ‘*você/vocês*’ precedendo o verbo imperativo, como nos exemplos abaixo:

- (78) *Você* faz a prova  
(79) *Vocês* fazem/façam a prova  
(80) *Você* trata de sair daqui  
(81) *Você* deixa de fumar  
(82) *Você* para de fumar  
(83) *Você* pode tirar o cartão<sup>55</sup>

No caso dos exemplos (78)-(83), não há agramaticalidade na presença do pronome ‘*você*’ pronunciado, mas há algum tipo de ruído se essas construções forem pronunciadas no primeiro turno de fala. Imaginemos a situação de uma pessoa que abre a porta da sala de aula do professor João e pronuncia qualquer um dos exemplos (78)-(83). Isso causa estranheza no *out-of-blue* contextual. Pensando nos contextos de uso, qualquer locutor os usaria de uma forma que enfatizasse que é para aquele determinado ouvinte – e não outro –, como se fosse uma resposta à questão em (84a-c):

- (84) (a) João: Sai daqui  
(b) Pedro: Eu ou Ana?  
(c) João: *Você sai daqui* (apontando para Pedro)

Também é possível ter a configuração com os pronomes após para o verbo imperativo. A interpretação destas e das anteriores não muda:

---

<sup>55</sup> Vale ressaltar que um dos membros da banca de defesa cita que somente com a pausa mais marcada nos pronomes, como um vocativo, é possível para ele. Acreditamos, todavia, que é possível usar de maneira direta, sem a pausa prosódica.

- (85) Faça *você* a prova
- (86) Façam *vocês* a prova
- (87) Trata *você* de sair daqui
- (88) Deixa *você* de fumar
- (89) Para *você* de fumar
- (90) Pode *você* tirar o cartão

Mas, para nós, há uma restrição dos pronomes logo após as preposições das *LPs*, que corresponderia à posição de sujeito do verbo infinitivo:

- (91) \* Trata de *você* sair daqui
- (92) \* Deixa de *você* fumar
- (93) \* Para de *você* fumar
- (94) ? Pode tirar *você* o cartão

Uma possível explicação para a existência desta restrição está no fato do elemento *PRO* (pronuncia-se ‘*PROzão*’) abaixo da coordenação da preposição.

*PRO* aparece em frases com infinitivo – verbo principal –, quando não há como o argumento do verbo subordinado para ocupar esta posição de sujeito do verbo principal. Um exemplo é a construção ‘*João adora saber a verdade*’, na qual ‘*João*’ pode ser analisado como gerado na frase matriz, na posição [Spec, VP] de ‘*adora*’; assim, falta algum elemento para ser o argumento externo de ‘*saber*’ e, portanto, passar para o [Spec, TP] da sentença subordinada. Precisa ser um pronome, mas deve estar vinculado ao sujeito da sentença matriz, e não pode ter uma referência diferente. Então, não pode ser o *pro*. Aqui temos o que Chomsky (1981) chamou de *PRO*.

No entanto, *PRO* não é concebido como algo para bloquear a presença do elemento nominal, mas sim para explicar como a sentença se torna aceitável sem o elemento do nome nessa posição. A explicação dada para esses casos de agramaticalidade é que, nessa posição de sujeito de uma sentença infinitiva, o elemento nominal não pode receber um caso nominativo, ficando assim sem caso. E a *Teoria do Caso* diz que todo elemento nominal enunciado deve ter um caso. Portanto, o que explica a agramaticalidade dos dados de (91)-

(94) é o fato de o caso ser impossível de ser dado e valorado neste ponto – o movimento é necessário. Isso é a primeira pista para os assuntos de IMP.

Outro aspecto que merece destaque aqui é que estamos tratando das construções ‘*Trata de*’, ‘*Deixa de*’, ‘*Para de*’ e ‘*Pode*’, mas, já adiantando o aspecto principal de nossa postulação, elas seriam, de fato, bi-oracionais: a força diretiva (padrão de imperativos) junto com outro evento – por exemplo, em ‘*Trata de estudar para a prova à noite*’, teríamos ‘*Tratar*’ e ‘*estudar*’. Há motivações sintáticas, portanto, para mostrar que o primeiro verbo seria um imperativo como qualquer outro, mas isso demandaria informações diferentes – ou eventos diferentes –, como aqui apresentado.

Antes de abrir uma nova seção, aliás, é possível discutir a posição de nascimento do sujeito do imperativo: o *locus* do nó funcional, que trataremos com a mesma nomenclatura de *JussiveP*, nos moldes de Portner, Pak & Zanuttini (2019). Antes de propor uma solução estrutural, procede apresentarmos alguns exemplos em que o pronome ‘*você*’ está no final de cada frase:<sup>56</sup>

- (95) Faça a prova ↑*você*
- (96) Trata de sair daqui ↑*você*
- (97) Deixa de fumar ↑*você*
- (98) Para de fumar ↑*você*
- (99) Pode tirar o cartão ↑*você*

As sentenças apresentadas em (95)-(99) reforçam a posição sintática, significando que o nascimento do núcleo funcional que permite a soldagem do sujeito pronunciado ‘*você*’ não é possível. Os exemplos em (95)-(99) também mostram que só permitem sua gramaticalidade se houver uma entonação ‘*você*’ distinta no final, um *bottom-up prosódico*.<sup>57</sup> Outro aspecto importante está no fato de que a presença do sujeito posposto ao verbo é possível como réplica, uma contestação da ordem, não no modo *default*. De todos

---

<sup>56</sup> Tecnicamente estas sentenças são gramaticalmente corretas no caso de ‘*você*’ se referir a ‘*você mesmo*’ – ‘*Faça o teste você mesmo*’.

<sup>57</sup> Frases com o pronome ‘*você*’ no final são frases bem formadas em PB, o que levamos em consideração para a revisão e novas análises. No entanto, percebemos que essa estrutura do pronome proposta para toda a sentença complexa só é válida se houver uma modificação bem definida na prosódia de ‘*você*’, o que nos leva a adotar, por fim, que os exemplos só são possíveis sob certas condições muito específicas, não sua forma padrão.

os modos, na situação padrão, sem um turno anterior, não é possível tal construção.<sup>58</sup> Este conjunto, aliás, é parecido no sentido de que a mudança na curva melódica favorece a permissão do elemento indexical na posição inicial, o que, por *default*, não é possível. Esta é uma das características que nos faz acreditar que há algum tipo de atrativo de movimento para verificação do traço- $\phi$  *jussivo*, ou seja, o sujeito linguístico que se refere ao *addressee* de um imperativo.

Completando a primeira fase da discussão e da apresentação, nós vamos passar para a próxima seção, que é atualizar a estrutura, demonstrando o *locus* dos sujeitos imperativos – segundo nossa estrutura.

### 3.4 O LOCUS DOS SUJEITOS IMPERATIVOS

Retomando os aspectos importantes do que é um imperativo: imperativos são sentenças formadas por um verbo à frente da sentença, no caso do português brasileiro, com uma forma morfológica específica (embora, para o PB, também se possa usar o presente do indicativo e o presente do subjuntivo, independentemente da concordância com o sujeito), e o falante que profere tal sentença deseja que seu ouvinte, ou seja, o *destinatário* do contexto, realize a ação proferida. Sabemos o que é um imperativo, até mesmo os recursos e a natureza do sujeito-pronome de um imperativo, mas a dúvida ainda paira: em que ponto é possível argumentar que o *JussiveP* nasce?

Analisando os exemplos até então, tanto aqueles com o pronome ‘*você*’ antes do verbo – [*Você* + *V<sub>IMP</sub>* + *Complemento/PP*] –, quanto imediatamente após – [*V<sub>IMP</sub>* + *Você* + *Complemento/PP*] –, além daqueles que geram agramaticalidade quando após a preposição ou o complemento, é possível argumentar que há um lugar na estrutura entre *ImperativeP* e *Mood<sub>DirectiveSpeechAct</sub>P* que sirva para aterrizar *JussiveP*. Por fim, na hierarquia, *JussiveP* estaria na intermediação para a lexicalização do pronome que se refere ao *addressee* – como

---

<sup>58</sup> Uma hipótese que precisa ser pesquisada é o fato de que, como é possível ver no Apêndice II, o pronome indexical nasceria na parte mais abaixo da projeção nominal na Cartografia, e que, mesmo sendo impelido a atingir certa posição central (acima de PP/VP/DP)

apresentado até então na forma de ‘*você*’ – co-coordenando todo o resto da frase, exceto o verbo imperativo.

Nas *locuções imperativas*, o XP funcional que dá os traços [*person: -*] (de segunda pessoa e de ser o destinatário do contexto) recebe, via movimento, o pronome ‘*você*’, que não pode receber seu caso em PP ou [Spec, VP] – como a forma verbal infinitiva não pode valorizar os casos dos elementos nominais. Além disso, é oportuno defender tal posição pensando interlinguisticamente: em alemão, inglês e espanhol, o pronome de referência ao destinatário *sempre* vem após o verbo.

- |       |   |
|-------|---|
| (100) | Haz la tarea                                    |
| (101) | Haz <i>tú</i> la tarea                          |
| (102) | Hagas usted la tarea                            |
| (103) | Do the homework                                 |
| (104) | Do <i>you</i> the homework                      |
| (105) | Mach <i>du</i> die Hausaufgaben                 |
| (106) | Macht <i>ihr</i> die Hausaufgaben <sup>59</sup> |

As sentenças de (100)-(106) significam o mesmo que ‘*Faça a tarefa*’. Em itálico, estão marcados os sujeitos pronunciados: ‘*tú*’, uma forma informal, e ‘*usted*’, uma forma que demonstra polidez em espanhol; ‘*you*’, para o inglês; e para o alemão, ‘*du*’ (equivalente a ‘*você*’ de PB ou ‘*tú*’ do espanhol), e ‘*Sie*’, uma forma polida, no mesmo molde de ‘*usted*’. Para todos os exemplos anteriores, em nenhum há permissão de que exista a estrutura [‘*Você*’ + *V<sub>IMP</sub>*].

Por se tratar de um imperativo, inclusive, o verbo não é capaz de dar os traços- $\phi$  de sujeito, como defendido pelas teorias gerativistas. O verbo se move forçosamente para identificar-se como IMP e não outro tipo sentencial, deixando em aberto a valoração. Inclusive, não haveria região TP em IMP, o que demonstraria esta incapacidade de oferecer os traços ao sujeito novamente. Assim, o núcleo específico para esta forma morfofonológica de sujeito em imperativos deve ser *JussiveP* – e nesse sentido estamos de acordo com a proposta de haver um núcleo funcional específico para os sujeitos-imperativos, nos moldes

---

<sup>59</sup> Respectivamente, a tradução das sentenças é: em espanhol, (100) ‘*Faz a tarefa*’ e (101) ‘*Faz você a tarefa*’ e (102) ‘*Faça você a tarefa*’; em inglês, (103) ‘*Faz a tarefa*’ e (104) ‘*Faz você a tarefa*’; e alemão, (105) ‘*Faz você a tarefa*’ e (106) ‘*Façam vocês a tarefa*’.

de Zanuttini *et al.* (2012) e Portner, Pak & Zanuttini (2019) para oferecer os traços- $\phi$  específicos – [*person*: -].

Entretanto, isto ainda não responde onde nasce o sujeito pronunciável – no caso de PB. E não só: falta uma explicação para aquelas frases com o pronome ‘*você*’ precedendo o verbo: até então, a explicação coincide com as das demais línguas apresentadas aqui, o que, para PB, parece não ser o único modo possível.

Dando mais ênfase ao PB: uma forma exemplar de usos localizados no interior de SP e MG, nos quais é possível proferir ‘*Você cê faz tarefa agora*’, em que o primeiro pronome – ‘*você*’ – é um vocativo; entretanto, a forma compacta ‘*cê*’ é prototipicamente proferida em posição de sujeito (‘*Cê não vai adivinhar*’, ou mesmo ‘*Cê viu a Maria?*’). Outro aspecto interessante do ‘*cê*’ está no fato de que, nas formas negativas, deve vir acima da negação – ‘*Cê não sai daqui hoje*’, não sendo uma relação comum nas línguas apresentadas como alemão e espanhol.

Até então, apresentamos as propostas de Zanuttini *et al.* (2012) e Portner, Pak e Zanuttini (2019) sobre o *JussiveP*. Entretanto, não fica tão esclarecido se este nó é cabível para nós, e não só, se ele dá conta de ser o *locus* do sujeito dos imperativos.

Por conta de tudo isso, vamos dar um passo atrás e observamos que a Cartografia oferece uma saída: Quarezemin (2017; 2020) discute exatamente os sujeitos na hierarquia cartográfica.

### **3.4.1 SubjectP e a proposta de locus na Cartografia**

A autora traz em seus trabalhos uma discussão pormenorizada sobre os sujeitos em geral, tanto a diferença entre o *locus de agreement* e o *sujeito semântico*, quanto à duplicação de sujeitos.

Em Quarezemin (2017), há a apresentação da distinção entre sujeitos e tópicos. Em situações como

- (107) O João vendeu o carro semana passada  
(108) O carro<sub>i</sub>, o João vendeu (ele<sub>i</sub>) semana passada

Ela apresenta a diferença de um tópico, como em (108), em que o objeto ‘*o carro*’ está em destaque – ele é o tópico da conversação, o assunto principal, logo é movido adiante de toda a sentença como forma de demonstrar tal ganho de atenção. É impossível, por exemplo:

(109) \* O carro<sub>i</sub>, vendeu (ele<sub>i</sub>) o João semana passada

Em que o sujeito ‘*O João*’ não pode ficar abaixo na estrutura do objeto movido, representado por ‘*(ele)*’, uma possibilidade de ser pronunciado. Ou seja, o tópico pode ser feito apenas se o sujeito tiver efetuado suas valorações sintáticas junto ao verbo.

Outro ponto que a autora traz em seu estudo está em como a necessidade topicalizada não ultrapassa as circunstâncias em perguntas:

(110) O que a Maria comprou?  
a. \* O carro comprou a Maria  
b. # O CARRO a Maria comprou<sup>60</sup>

Em que a partícula interrogativa ‘*o que*’ precisa da resposta completa, ou somente o tópico – ‘*o carro*’. Trazer este constituinte de forma topicalizada como em (110.a-b) é um demonstrativo que os sujeitos são distintos, em PB, de elementos de tópico – isto é, a posição pré-verbal.

Quarezemin (2017), mais adiante em sua argumentação, traz a representação estrutural do que defende:

---

<sup>60</sup> A autora argumenta que a sentença é bem formada, mas inadequada em um contexto pergunta-resposta. Se o foco tiver a interpretação contrastiva, corrigindo uma afirmação prévia, a sentença é possível (‘*O CARRO Maria comprou, não a casa*’).



(M) Proposta seguida por Quarezemin (2017)

[<sub>COMP</sub> ForceP TopP\* FocusP FinP [<sub>INFL</sub> SubjP AgrSP TP ... [<sub>VERB</sub> VP ]]]

Dadas estes dados, temos algo valioso através do que a autora conclui para diferenciar *SubjP* e *AgrSP*: para o primeiro, são **sujeitos da predicação**, ou seja, não são restritos ao DP (são sujeitos semânticos); os últimos, por sua vez, valoram traço- $\phi$  e o **Caso Nominativo**, além de serem totalmente conectados e restritos ao DP. Logo, *AgrSP* é o *locus* do sujeito que concorda com o verbo, enquanto o *SubjP* é um *locus* para aqueles elementos que não são necessariamente de concordância estritamente sintática. Em se tratando deste artigo ainda, a autora conclui que, embora não tenha um consenso na literatura, é possível defender que não há proeminência de tópico para PB.

Por conta disso, em vez de seguirmos os procedimentos de *JussiveP*, vamos adotar o postulado cartográfico para nossa explicação.

Essa idiosincrasia no PB ainda exige mais testes. Com o que apresentamos até aqui, abaixo, a estrutura proposta antes dos testes:

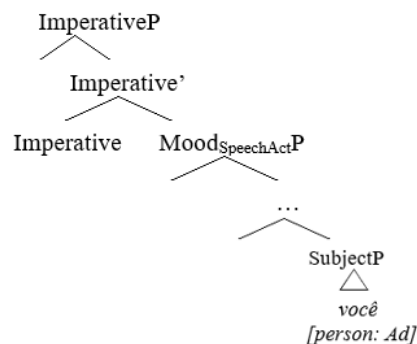


Figura 7 – Proposta atualizada contendo SubjectP na hierarquia

A estrutura da **Figura 7** explica o processo de línguas estrangeiras, além de todos os exemplos gramaticais de PB apresentados neste capítulo com o modelo [*V<sub>IMP</sub>* + *Você*]. A estrutura, por sua vez, não consegue dar conta de [*Você* + *V<sub>IMP</sub>*], possível em PB. Antes de ir mais a fundo, traremos de volta os exemplos com a estrutura idiosincrática:

- (111) *Você* faz a prova
- (112) *Vocês* fazem a prova
- (113) *Você* trata de sair daqui
- (114) *Você* deixa de fumar
- (115) *Você* para de fumar
- (116) *Você* pode tirar o cartão

Se aplicarmos o ‘*Cê-teste*’, como forma de diferenciar se, de fato, o pronome ‘*você*’ em (117) até (122) é um sujeito e não uma forma vocativa, temos:

- (117) Você *cê* faz a prova
- (118) Vocês *cês* fazem a prova
- (119) Você *cê* trata de sair daqui
- (120) Você *cê* deixa de fumar
- (121) Você *cê* para de fumar
- (122) Você *cê* pode tirar o cartão

Um adendo sobre os exemplos no conjunto (117)-(122): se há a possibilidade de coexistir exemplos como ‘*Cê cê faz a prova*’. No caso, não consideramos gramaticais ambos serem proferidos com ‘*cê*’, mas apenas a segunda, a partícula repetida de referência.

A junção [*Você* + *Cê*] é permitida e totalmente gramatical. Logo, as formas anteriores – (117)-(122) – têm o ‘*você*’ equivalendo ao sujeito imperativo, pois são substituíveis por ‘*cê*’:

- (123) *Cê* faz a prova
- (124) *Cês* fazem a prova
- (125) *Cê* trata de sair daqui
- (126) *Cê* deixa de fumar
- (127) *Cê* para de fumar
- (128) *Cê* pode tirar o cartão

PB é distinto até na presença das formas negativas de imperativo: enquanto línguas como espanhol ou inglês continuam não permitindo a estrutura [*Você* + *VIMP*]:

- (129) No *hagas* la tarea
- (130) No *hagas tú* la tarea
- (131) No *haga* usted la tarea
- (132) Don't do the homework
- (133) Don't *you* do the homework
- (134) Mach *du* die Hausaufgaben nicht
- (135) Macht *ihr* die Hausaufgaben nicht

Para o português brasileiro, a sentença com a estrutura [*Cê* + *NEG* + *V<sub>IMP</sub>*] é permitida:

- (136) *Cê* não faz a prova
- (137) *Cês* não fazem a prova<sup>61</sup>
- (138) *Cê* não trata de sair daqui
- (139) *Cê* não deixa de fumar
- (140) *Cê* não para de fumar
- (141) *Cê* não pode tirar o cartão

E apenas como forma de demonstrar que este '*cê*' não é interpretado como vocativo, é possível a duplicação [*Você* + *Cê*]:

- (142) *Você cê* não faz a prova
- (143) *Vocês cês* não fazem a prova
- (144) *Você cê* não trata de sair daqui
- (145) *Você cê* não deixa de fumar
- (146) *Você cê* não para de fumar
- (147) *Você cê* não pode tirar o cartão

Após esta apresentação de dados, a permissão de [*Cê* + *NEG* + *V<sub>IMP</sub>*] demonstra que apenas *SubjectP* abaixo de *ImperativeP*.

Entretanto, Quarezemin discute em outro trabalho a questão da duplicação de sujeitos. Em situações como '*A Clarinha; ela; cozinha que é uma maravilha*', em que já há

---

<sup>61</sup> Para Isaac Miranda e Aquiles Tescari Neto, em comunicações pessoais, disseram ser impossível as sentenças sem a forma no subjuntivo – '*faça*' e '*façam*'. Isaac Miranda, inclusive, argumenta que para (89) precisa de um complemento, como '*até eu mandar*' ou '*até eu deixar*'. De todas as formas, agradecemos pelos comentários, mas isso não desfaz o argumento da estrutura com '*cê*' antecedendo a negação.

sujeito sintático, com caso valorado e posição padrão do PB – *[DP A Clarinha]* – e há a duplicação (enfática?) com o uso do pronome indexical ‘*ela*’, também se referindo à ‘*Clarinha*’ (2019, p. 127). Há, aqui, o nó *SubjP* dobrado:

**(N) Proposta de Quarezemin com sujeito referenciado (Exemplo (42), 2019, p. 127)**

[*SubjP* A Clarinha<sub>i</sub> [*SubjP* ela<sub>i</sub>... [*TP* t<sub>i</sub> [*T'* cozinha (...)] ]]

A autora traz outro exemplo, para demonstrar que é possível que não seja apenas a duplicação de *SubjP* o caso, mas sim de uma topicalização do mesmo: ‘*Você<sub>i</sub> no Canadá, você<sub>i</sub> pode ser o que quiser*’. Aqui, distinto da proposta anterior, há uma replicação para enfatizar a quem se dirige a mensagem, e não apenas, há a repetição do mesmo termo sem nenhum tipo de agramaticalidade e com material linguístico entre os pronomes:

**(O) Proposta de Quarezemin com sujeito duplicado (Exemplo (44.b), 2019, p. 127)**

[*TopP* Você<sub>i</sub> [*TopP* no Canadá [*SubjP* você<sub>i</sub> [*SubjP* [*Subj* [*TP* t<sub>i</sub> [*T'* pode (...)] ]]

Ela propõe que é possível haver topicalização do sujeito se há outro tópico em questão na mesma sentença, como é o caso anterior: ‘*Você<sub>i</sub>*’ e ‘*no Canadá*’ seguem esta regra de Rizzi (1997; 2003). É importante ressaltar que esta proposta não contradiz a anterior: na primeira, ela argumenta em favor da questão de que em PB e dialetos do italiano o sujeito pré-verbal não é dado pelo tópico, mas sim pela dupla *SubjP* e *AgrSP*; no segundo trabalho que apresentamos de Quarezemin (2019), por sua vez, que para suportar uma duplicação de sujeito com material linguístico entre os termos dobrados o *TopP* é uma boa escolha, já que para a autora é o fenômeno de gerar uma ênfase via topicalização poder ter ‘*Você (...)* *você (...)*’ como mostramos no esquema **(O)** anteriormente.

Dito tudo isso, retomamos os exemplos do formato [*Você + V<sub>IMP</sub>*], [*Você + Cê + V<sub>IMP</sub>*] e [*Cê + NEG + V<sub>IMP</sub>*] de PB: para o primeiro e segundo esquemas, é possível defender que ambos são vocativos ‘*Você*’, um chamamento, uma atenção especial que referencia o

*addressee* da cena comunicativa. Inclusive, sentenças como (142)-(147) só podem ser usados em um segundo turno de fala, em que se quer dar ênfase quem é o *Ad* da cena. Logo, é a interação prototípica de um vocativo.

A distinção está no esquema [*Você + Cê + V<sub>IMP</sub>*]: o ‘*você*’ é vocativo, com *locus* em *VocP*, coindexalizado com o sujeito ‘*cê*’, um elemento diferente. A posição de ‘*cê*’ é o de *SubjP*, mas que acima de *ImperativeP* temos o que Quarezemin (2019) propõe, *TopP* para alocá-lo. Portanto, temos:

**(P) Proposta nossa com o esquema [*Você + Cê + V<sub>IMP</sub>*]**

[<sub>VocP</sub> VOCÊ<sub>i</sub> [<sub>TopP</sub> CÊ<sub>i</sub> [<sub>ImperativeP</sub> faz [<sub>SubjP</sub> eÊ<sub>i</sub> [<sub>MoodDirectiveSpeechActP</sub> ... [DP a tarefa] ]]]]]]

A proposta (P) é um modo de entender o motivo da subida do *SubjP* para a posição à frente do verbo. Neste caso, não é somente a questão dos sujeitos, mas a própria dos objetos átonos, como em:

**(148)**        Me traz o lanche

Entretanto, há certas inconsistências na proposta (P) acima. *Cê* é um exemplar considerado partícula fraca, pois não pode ser pronunciado e ter relações em outros pontos da estrutura sintática de PB. Diferente de *Você* e *Ocê*, *Cê* é somente para uma forma para a posição de sujeito – e só por isso ele não poderia assumir a posição em *TopP*.

Outro aspecto importante é que não há obrigação ou qualquer exigência nas formas morfofonologicamente pronunciadas: o que estamos discutindo aqui é sobre sua possibilidade, não sua necessidade em PB. Pelo contrário, PB segue o modelo de estrutura para os imperativos como inglês e espanhol, do *addressee* não ser pronunciado, mas compreendido contextualmente. O que tentamos nesta seção foi dar uma explicação a um

uso mais específico que, a nosso ver, tem relação direta a uma ênfase a quem se dirige a ordem – uma espécie de aumento do *CONTROLE* sobre o engajamento de *Ad*.<sup>62</sup>

No fim das contas, a duplicação [*Você* + *cê* + IMP] demonstra uma questão mais simples, um mero encaixe de vocativos, algo comum em PB, como, por exemplo, na distinção entre

- (149) Hey, vem cá
- (150) Hey, João vem cá
- (151) Hey, João você vem cá

Em que as sentenças em (149)-(151) apontam exatamente para a duplicação de vocativos: ‘*João*’ e ‘*você*’ servem para direcionar para quem é a demanda, o engajamento, de maneira explícita, e o uso em (151) pode ser explicado como uma chamada a mais de atenção (João está desatento), ou há mais de um João no local (inclusive, podendo usar o apontamento ostensivo no momento da pronúncia de ‘*você*’), ou mesmo em uma situação em que o tom da ordem seja mais ríspida, já que *Sp* está já irritado com a demora do João.

A proposta que Quarezemin (2017; 2019) é interessante e valiosa, o que achamos que, em um primeiro momento, seria a que ajudaria a explicar o fenômeno dos sujeitos dos imperativos pronunciados, mas que no fim ajudou a elucidar a natureza destas formas, levando-nos para outro lugar, com uma explicação mais simples e objetiva do que imaginado anteriormente.

### 3.5 CONCLUSÃO

É fato que o imperativo é objeto de grande interesse por conta de sua complexidade de análise e descrição, exigindo muita atenção e detalhes de interface para sua compreensão.

---

<sup>62</sup> Dois membros da banca de defesa questionaram a presença duplicada da forma pronunciada morfofonologicamente do sujeito-*addressee*, levantando a questão se não podia ser apenas uma modulação de vocativos, já que a forma *default* de imperativos e – e que veremos ser o padrão do que tem interpretação diretiva – é que se dirige a um *Ad* ou um *Ad* representativo (um grupo, uma dupla, os alunos presentes na sala de aula etc.). A partir disso, a proposta inicial se modificou para o que vem após a proposta (P), sendo a revisão para o texto final.

Para o português brasileiro, por sua vez, a complexidade apresentada ainda está à mercê da ausência de obras que tratem, do ponto de vista formal, desse tipo sentencial mais a fundo.

O trabalho também permeou o tópico sobre o assunto, com a apresentação da base introdutória da Sintaxe Gerativa, trazida através de Donatti (2016); de forma mais especializada, com a discussão das problemáticas dos imperativos, através das ideias de Zanuttini *et al.* (2012) e Portner, Pak & Zanuttini (2019). Em ambos os artigos destes autores, eles propõem a existência de um núcleo funcional para alocar os sujeitos dos imperativos – *JussiveP*. A ideia é promissora e estamos de acordo. Atualizamos esta proposta para os moldes metodológicos da Cartografia com uma descrição detalhada do fenômeno, já se valendo de uma frutífera discussão anterior. As mudanças, aliás, são comprovadas pelos testes que realizamos ao longo do capítulo, delineados e assinalados pelas testagens específicas, levando em consideração a hierarquia proposta por Cinque (1999) e os advérbios de posição alta na estrutura tratados no trabalho de Tescari Neto (2007), além de Rizzi (2003).

Nós atestamos quais os traços necessários para os sujeitos imperativos, mas antes verificamos a posição de um pronome indexical como ‘*você*’, tipicamente o termo pronunciado. Demonstramos o *locus* de nascimento na projeção estendida do NP, através de inúmeros testes, e foi possível provar que o nó que chamamos *PronounIndexicalP* está na porção mais baixa desta projeção. Já os traços- $\phi$  que o pronome precisa valorar em *JussiveP* também foram discutidos, além do *locus* do próprio nó funcional jussivo. O traço- $\phi$  referente a ‘*você*’ é [*person: Ad*], que caracteriza a pessoa capacitada a executar a ação imperativa.

Como já defendemos que não é uma língua com *True-imperative*, logo o PB não teria a estrutura contendo *ImperativeP* no topo da hierarquia, mas sim *ForceP*. Porém, ainda não explicaria a subida do pronome para acima do verbo. Deste ponto em diante, os trabalhos de Quarezemin (2017; 2019) contribuem diretamente para o entendimento do fenômeno dos sujeitos em PB, e oferecem uma saída viável e bem explanada sobre a presença dos sujeitos dos imperativos e sua correferenciação com a segunda pessoa – o *addressee*. Neste caso, o *SubjP* tem uma projeção coindexicalizada acima de *ForceP*, o nó *TopP*, na qual serve para alocar o sujeito como ‘*você*’ e ‘*cê*’, termos específicos. A duplicação, por sua vez, se dá por um vocativo em *VocP* e esta topicalização que se moveu pela ausência de contingências

dadas por *True-imperatives* – o que não é o caso de PB, como é possível verificar com o que apresentar aqui nestas seções.

No próximo bloco verificaremos as formas não imperativas com força diretiva. Formas nominais do verbo que fazem a vez de imperativos, até mesmo as perguntas e entender, de fato, a natureza das *Good Wishes*, construções com formas imperativas, mas sem sua função diretiva.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS – BLOCO I

O BLOCO I finaliza após a apresentação dos imperativos em português brasileiro, em comparação com algumas outras línguas, mas primordialmente para entender seu funcionamento e propor uma análise e descrição para PB.

Para isso, dividimos em três capítulos, de maneira metodológica, apresentando os campos teóricos e suas contribuições para o entendimento do objeto.

Iniciamos com a Semântica, o cerne de nossa tese, em que se trata do significado do que é um imperativo. Após apresentar os pormenores das três teorias consideradas na disputa para descrição, selecionamos a proposta da *Propriedade*, em que vemos conseguir explicar de maneira mais convincente a semântica do fenômeno.

A partir dela, por sua vez, apresentamos uma atualização, defendida e argumentada como necessária: em vez do falante atualizar o ouvinte de *To-Do-List* para *To-Do-List*, propomos que é a partir dos desejos de *Sp* e não seus afazeres, já que ele pode não estar apto àquela execução, ou mesmo não querer agir. Logo, a teoria da Propriedade se mantém com esta modificação, e que cobre situações com a forma negativa e afirmativa que, no fim das contas, é resumida pela sua contraparte afirmativa sempre, já que uma não-coisa não pode influenciar o estado de coisas no mundo.

Neste capítulo, inclusive, trouxemos a interpretação de imediatismo prototípica de imperativos, que chamamos de *As-Soon-As-Possible*: quando *Sp* profere IMP, quer que *Ad* o execute o quanto antes. Aventamos a possibilidade de *ASAP* ser uma interpretação semântica, o que não se mostrou produtivo, vindo a ser explicado no capítulo seguinte.

O capítulo 2 foi dirigido para as discussões de cunho pragmático. Neste capítulo, apresentamos algumas restrições dadas pelo contexto, como a própria contingência da seleção para engajamento de *Ad* – a *Contingência de Engajamento Contextual*, o *CEC*, em que *Ad* precisa ser apto para execução (na crença do falante), e que essa capacidade permita que *Ad* seja agente o quanto antes – seguindo a interpretação padrão *ASAP*. Na discussão sobre a contingência, advinda das contingências dos atos de fala, o capítulo separou uma

seção para discutir o *ASAP*, chegando à conclusão de que é um elemento pragmático, mais precisamente, uma implicatura, a qual pode ser cancelada ou remanejada com uma sentença metalinguística do ouvinte – no caso, o questionamento de quando se pode executar a ação. *ASAP*, inclusive, é sensível a sintagmas adverbiais de tempo, e quando em ausência, é o imediato da cena comunicativa.

Ainda no campo pragmático, a tese perpassou pelo fator de comprometimento obrigatório de falante e ouvinte, e propôs situações em que *Sp* profere um imperativo e, em seguida, uma construção de descomprometimento – ‘*I don’t care*’ (*IDC*). Inicialmente, parecia que a força diretiva desapareceria, mas não foi a conclusão que obtivemos: ao analisar mais a fundo, o falante se despreocupa da consequência, ou melhor, do efeito perlocucionário, mas ainda deseja que *Ad* faça algo.

Esta discussão abriu espaço para a questão de restrição de certos verbos como imperativos, e não somente, porque algumas construções não seriam diretivas (como veremos no BLOCO II, as *Good Wishes* e *Bad Wishes*). Neste íterim, percebeu-se que o *CONTROLE* é fundamental: o verbo tem que permitir que a hierarquia social ou contextual seja cabível de haver a atualização desde os desejos de *Sp* para o *AdTDL*. Este *CONTROLE* é fornecido, inclusive, em situações em que os participantes nunca se viram e, portanto, não têm um *commonground* estabelecido, o que geraria situações inconvenientes no cotidiano.

Por fim, o capítulo apresenta as regras de interpretação, divididas entre ( $\alpha$ ) e ( $\beta$ ), e que cada uma delas estão envolvidas diretamente com o *CEC* – ( $\alpha$ ) –; e o *CONTROLE* – ( $\beta$ ).

O capítulo 3 apresentou a discussão teórica da Sintaxe, mais especificamente o motivo de escolhermos a Cartografia Sintática, um desdobramento metodológico do Gerativismo, e mais precisamente, do Minimalismo.

Para esta análise, é necessário lembrar que a estrutura subjacente é fornecida por vários nós funcionais, ocasionados pela implosão de *VP*, *TP* e *CP*. Para os fins analíticos da tese, chegamos à conclusão que três traços- $\phi$  são obrigatórios e relevantes para interpretar o imperativo: o *irrealis*, já que a ação em si é para que algo que não é o caso ainda no mundo em que os falantes estão conversando; a *futuridade*, que entendemos ser diferente de *futuro*, sendo um elemento aspectual que incorpora o *ASAP*; e a *diretividade*, a força da sentença, o

ato de fala dos imperativos. Para tanto, a representação da estrutura permite que haja a alocação destes nós e da subida do verbo imperativo para valoração dos traços- $\phi$  supracitados: no nó *MoodIrrealisP*, o traço **[irrealis]**; no caso de **[futurity]**, o nó que o aloca é *AspectProximativeP*; e, por fim, o ato de fala diretivo, **[directive]**, em *MoodSpeechActP*.

O capítulo se debruça em encontrar qual seria o nó-mãe, mais elevado, para representação do verbo sempre ir adiante de toda a sentença e os outros constituintes. A tese analisou e concluiu que a distinção entre línguas com *True-imperative (T-imp)* e *Surrogate-imperative (S-imp)* era uma boa saída: para as línguas *T-imp*, há o nó *ImperativeP* mais acima; para as línguas *S-imp*, pelo contrário, há *ForceP*. Sabemos da controvérsia teórica, mas nossos argumentos e deduções através dos exemplos nos mostram ser uma proposta bem estruturada e promissora.

Inclusive, esta distinção entre *ForceP* e *ImperativeP* apresenta restrições bem claras para construções com os sujeitos pronunciados: PB, uma língua do tipo *S-imp*, tem *ForceP* e permite que o sujeito – morfofonologicamente pronunciado ‘*você*’, uma referência direta ao *addressee* –, vir antes do verbo, como em ‘*Cê sai daqui*’, algo impossível para línguas como alemão e espanhol, ambas *T-imp*.

Para tal, o capítulo se volta em uma seção para este objeto que chamamos de sujeito dos imperativos: sabemos que a referência dos imperativos é sempre a audiência, o *addressee*, sempre referenciado como a 2ª pessoa – um ‘*você*’ ou ‘*vocês*’. Mesmo quando o discurso apresenta termos que são tidos como de 3ª pessoa, como ‘*todos*’ e ‘*ninguém*’, esta referência é retomada por uma pergunta pelos termos indexicais de 2ª pessoa, ou seja, dos ouvintes daquele proferimento.

Na seção, apresentamos a teoria do *JussiveP*, em que seria um nó funcional para sentenças jussivas – imperativos, exortativas e proibitivas. Mais adiante, percebemos que, seguindo a regra da *Navalha de Occam*, ou seja, pelo mais simples e que explica mais fenômenos, que na teoria cartográfica tem uma excelente descrição que diferencia os sujeitos sintáticos, com traço nominativo – *AgrSP* – e o sujeito semântico, alocado em *SubjP*. Logo, esta parte se finda com a incorporação de *SubjP* topicalizado para PB, como Quarezemin

(2019) propõe, e que ele é correferenciado como vocativo em proferimentos como *‘Você cê sai daqui’*.

O BLOCO I se propôs a entender os imperativos. O BLOCO II ficará a cargo de compreender, descrever e analisar outras construções que têm a interpretação diretiva.

# **II**

## **FORMAS NÃO IMPERATIVAS COM DIRETIVIDADE**

## DIRETIVIDADE EM FORMAS NÃO IMPERATIVAS

*“All those moments... will be lost in time like tears in rain”*

*(Roy Batty, BLADE RUNNER, 1982)*

O Bloco II deste estudo tem como objetivo discutir formas linguísticas que possuem a capacidade de transmitir uma diretriz, embora não sejam classificadas como imperativos. Essas formas representam desvios em relação à tradicional relação forma-função, conforme proposto por Jary e Kissine em 2014. Apesar de não adotarem as estruturas canônicas para expressar ordens, comandos e sugestões, as construções a serem apresentadas neste contexto mantêm a mesma carga semântico-pragmática discutida nos capítulos 1 e 2 do Bloco I, diferenciando-se principalmente em termos sintáticos e morfológicos.

Focaremos nossa análise em exemplos do português brasileiro que envolvem formas nominais do verbo, incluindo infinitivos, gerúndios e participios, que são intrinsecamente interpretadas como diretivas, induzindo o destinatário (*Ad*) a realizar a ação de acordo com a atualização da *Speaker-Wishlist* para a *Addressee's-To-Do-List*. Este fenômeno já foi brevemente abordado na tese de Han (2000), que destacou o potencial diretivo das formas infinitivas em certas línguas. Sobre este fenômeno, trataremos de dados e exemplos em português brasileiro com as formas nominais do verbo – *infinitivo*, *gerúndio* e *participio* – e suas possibilidades de usos que sejam necessariamente interpretações diretivas,<sup>63</sup> isto é, que causem o engajamento de *Ad* pela atualização entre a *Speaker-Wishlist* e a *Addressee's-To-Do-List*.

Esta discussão já existe, brevemente, na tese de Han (2000), em que a autora trata que elementos nominais do verbo carregam diretividade, no caso, em específico, as formas infinitivas, por isso são comuns de se verificarem em certas línguas tais construções.

Na mesma esteira, Isac (2015) em sua obra lida com as formas infinitivas e sua conexão com o que chama de *surrogate imperatives*, ou formas que lidam com os

---

<sup>63</sup> Chamaremos estas formas como *formas de leitura diretiva* - e sinônimos à diretividade – porque não diremos que são imperativos, mas funcionam para engajar *Ad* e atualizar a *AdTDL*, da mesma maneira que os imperativos fazem.

subjuntivos – ela segue a proposta de Rivero e Terzi (1995) e seus *Suppletive-imperatives*. Por conta destes trabalhos, traremos em cada capítulo uma forma nominal do verbo, com seus respectivos dados, para tratar do aspecto diretivo na leitura destes.

Em seu desdobramento argumentativo, a autora traz exemplos de línguas como o romeno, além do espanhol e francês (do mesmo tronco linguístico do português), e do alemão, no quesito de usar os infinitivos como comandos ou ordens. Inclusive, é a partir desta formulação que a ideia de aventar as formas diretivas que não o imperativo em PB surgiu, por parecer que há certo padrão, pelo menos na construção infinitiva, para este fim.

Um outro ponto importante é o fato de não apenas discutir e analisar o processo destes usos, mas também seus usos em relação à negação. Esta restrição é levantada neste bloco, com o objetivo de demonstrar que a presença ou não de um elemento de negação pode interferir nas restrições sintático-semânticas das construções exemplificadas nos próximos capítulos.

Ainda falando do motivo de analisar e descrever estes objetos está o fato de, se temos nas línguas naturais construções próprias para isso – os imperativos –, por qual motivo seriam necessárias formas outras que não se assemelham com a estrutura sintática deles?

Um ponto de partida é, sem sombra de dúvida, uma questão de polidez: os falantes buscam formas alternativas por conta de o convívio social ser sempre o melhor. Entretanto, não é difícil perceber que as sentenças a seguir não têm um vínculo direto com qualquer circunstância polida:

- (1) Preparar! Apontar! Atacar!
- (2) Zarpar!
- (3) Comendo o bolo!
- (4) Fazendo a prova!
- (5) Sentados!
- (6) Calados!

Em que, em um contexto de uso, o ouvinte compreenderia como ordens diretas e até mesmo consideravelmente rudes. Inclusive, as formas diretivas derivadas das formas nominais do verbo são estritamente ausentes de polidez, elas sempre são usadas em circunstâncias em que ordens já foram dadas anteriormente. No caso de (5) e (6), que podem

ser usados como primeiro turno de fala (um professor adentra a sala e profere estas sentenças), sugere que possam ser diferentes, talvez até dê uma abertura para interpretá-los como uma parte de um imperativo canônico – *'Fiquem calados!'*. No capítulo 3 deste bloco voltaremos melhor nesse aspecto.

De todos os modos, os exemplos de (1)-(6) são entendidos como diretivos: se um *Ad* qualquer escutar de um *Sp*, eles serão impelidos a agir, nos moldes do *engajamento de Ad* (cap. 1 e 2 do **BLOCO I**). Estas características semântico-pragmáticas permanecem ativas, mostrando que a diretividade é algo que consta nessas áreas, mais que na estrutura sintática (ou até mesmo morfológica) de PB.

Se há uma forma alternativa para veicular a força diretiva além dos imperativos, e passam distante de um traço de polidez, há formas alternativas que são exclusivamente para que *Sp* seja respeitoso e polido e não profira diretamente uma ordem ou requisição:

- (7) Você poderia me passar o sal?
- (8) Você sabe me dizer as horas?

Em (7)-(8), os exemplos são perguntas comuns e corriqueiras. Se o ouvinte delas responder simplesmente *'Posso!'* ou *'Sei sim!'*, e continuarem o que estavam fazendo, do ponto de vista semântico, eles cumpriram com a exigência de qualquer questionamento: o de atualizar as informações.

Literalmente, na primeira pergunta, questiona-se a capacidade de *Ad* passar o saleiro; na segunda, que *Ad* tem sim conhecimento de como dizer as horas para outra pessoa. Todavia, estas não são as interpretações que temos no cotidiano: responder somente confirmando ou não ter a habilidade perguntada é rude, e em certos contextos, até um ato nitidamente de afronta.

As requisições indiretas, feitas por perguntas, são uma forma com diretividade para escapar do entendimento rude que é um imperativo – ou até mesmo uma das outras formas, como mostramos de (1)-(6).

Nossa análise também se baseará nas pesquisas de Isac (2015), que explorou as formas infinitivas e sua conexão com o que ela chamou de "surrogate imperatives"



(imperativos substitutos), seguindo a proposta de Rivero e Terzi (1995) e seus "Suppletive-imperatives." Cada capítulo deste Bloco se dedicará a uma forma nominal do verbo, fornecendo dados e exemplos para ilustrar o aspecto diretivo subjacente à interpretação dessas construções.

Além disso, examinaremos o uso de negações em relação a essas construções, a fim de demonstrar como a presença ou ausência de elementos negativos pode influenciar as restrições sintático-semânticas das construções. Essa análise é essencial para compreender por que são necessárias formas alternativas para expressar diretivas, além dos imperativos, em línguas naturais.

Por fim, exploraremos a relação entre as Good Wishes (Desejos Positivos) e as formas diretivas, comparando-as para destacar as diferenças fundamentais entre elas em termos de engajamento do destinatário (Ad). Essa comparação nos permitirá concluir que as GWs não são imperativos, uma vez que não induzem o mesmo nível de engajamento do Ad, e, portanto, não atualizam a Speaker-Wishlist para a Addressee's-To-Do-List.

Em resumo, este estudo examina formas alternativas de transmitir força diretiva, além dos imperativos, enfatizando sua importância pragmática e semântica. Serão analisadas as formas nominais do verbo, incluindo infinitivos, gerúndios e participípios, em diferentes contextos de uso e com foco nas nuances sintático-semânticas que envolvem essas construções. As conclusões e próximos passos serão apresentados ao final de cada seção, com uma conclusão geral no encerramento do trabalho.

## 1. INFINITIVOS DIRETIVOS

“Favor, não pisar na grama.”

Han (2000), em sua tese, trata das formas infinitivas e argumenta em favor de que são possíveis para ordens e alertas – a autora argumenta, inclusive, assim como os imperativos, os infinitivos carregam traços- $\phi$  similares à forma sentencial diretiva.

Do mesmo modo, Isac (2015), em sua obra, discute e analisa as formas infinitivas e sua conexão com o que chama de *Surrogate imperatives*, ou formas que lidam com os subjuntivos – na esteira de Rivero e Terzi (1995) e seus *Suppletive-imperatives*. Isac (2015), inclusive, também lida com as formas gerundivas e como podem ser usadas veiculando a força diretiva. Por conta destes trabalhos, e das idiosincrasias dos dados do Português brasileiro (PB), apresentaremos exemplos e os analisaremos, a fim de demonstrar quais condições são propícias para a diretividade, como seus contextos interferem, a relação entre o modo afirmativo e negativo das três formas nominais do verbo – infinitivo, gerúndio e também do particípio.

As formas infinitivas são tidas como as formas “padrões” dos verbos por todas as línguas, como se esta forma nominal fosse o núcleo gerador – ou, seguindo uma metalinguagem, o *radical* a receber os afixos para ser dotado de significado de tempo, pessoa, número e aspecto.

Com usos distintos, os infinitivos podem servir como argumentos de sentenças de modais como *‘querer’*, como abaixo:

(1) João quer estudar no MIT

Em que o verbo *‘estudar’* e seus complementos são argumentos do verbo *‘querer’* (FERREIRA, 2020). Do ponto de vista sintático, uma locução verbal com o verbo principal conjugado, isto é, o segundo verbo em questão, não é possível haver uma sentença como (2):

(2) \*João quer estudar no MIT<sup>64</sup>

Porém, outros usos são cabíveis para os infinitivos: alguns falantes o utilizam como forma de ordenar algo, sem o uso da forma tradicional de imperativo:

(3) Preparar! Apontar! Atacar!

(4) Zarpar!

Os usos em (3)-(4) são mais cristalizados para o contexto militar-bélico, ou mesmo, de maneira metafórica, para situações de alimentação – para iniciar um almoço o qual todos estavam ansiosos para que começasse – e em contextos de despedida entre amigos, em que (4) serviria como maneira de dizer que está saindo do recinto ou da reunião.<sup>65</sup>

Ao ver tais exemplos, restou a dúvida: existem outras possibilidades de formas infinitivas com leitura diretiva? A pergunta não é atual: Han (2000) questiona sobre a possibilidade de os infinitivos servirem para gerar ordens em sua tese, aliás, discute sobre a questão dos operadores [irrealis] e [directive] estarem presentes nas estruturas sintáticas das formas nominais e imperativas. Como apresentaremos, há sim a possibilidade de que infinitivos sirvam com o propósito de veicular a interpretação diretiva, mas não pelos motivos dados pela autora – de dois operadores de força regendo sintaticamente o processo.

Desse modo, os testes que virão a seguir um padrão para as três formas nominais: o primeiro exemplo sempre será a sentença imperativa com o verbo selecionado (*'ler o livro'* [atividade], *'reformar a casa'* [accomplishment], *'chegar tarde'* [achievement], *'encontrar as chaves'* [achievement] e *'falar'* [atividade]<sup>66</sup>; esta seleção se baseia na dissertação de Basso (2007) e é a mesma ordem de exemplos que o autor apresenta). A seguir, os exemplos serão manejos em sua forma nominal (seja infinitiva, gerundiva ou participial), a fim de verificar

---

<sup>64</sup> Seria possível uma perífrase *'João quer ir estudar no MIT'*, mas esta perífrase não reflete o que queremos em (2), já que *'quer ir'* reflete o desejo futuro, um substituto de *'quererá'*.

<sup>65</sup> Existem outras formas mais coloquiais em PB, como *"Bora"* ou *"Partiu"*. O foco da seção, no caso, é apenas apresentar os usos com infinitivos, mas estas duas formas caberiam sem problemas em um proferimento no contexto de (4).

<sup>66</sup> Não trataremos da base teórica de Eventos neste trabalho, mas nos baseamos nesta tese pelo fato de confrontar exemplos já trabalhados pelo autor. O próximo passo desta pesquisa é, de fato, confrontar as questões das classes acionais e seu vínculo com a força diretiva, algo que não é o escopo do presente artigo.

a gramaticalidade, restrições e permissões.

- (I) **INFINITIVO** (afirmativo)<sup>67</sup>
- a. LER (O LIVRO)**
- (5) Lê/Leia o livro
  - (6) \*Ler o livro
  - (7) #Ler
  - (8) A ler o livro
- b. REFORMAR A CASA**
- (9) Reforme/a a casa
  - (10) \*Reformar a casa
  - (11) #Reformar
  - (12) A reformar a casa
- c. CHEGAR TARDE**
- (13) # Chegue/a tarde
  - (14) \*Chegar tarde
  - (15) \*Chegar
  - (16) A chegar tarde
- d. ENCONTRAR AS CHAVES**
- (17) Encontre/a as chaves
  - (18) \*Encontrar as chaves
  - (19) \*Encontrar
  - (20) A encontrar as chaves
- e. FALAR**
- (21) Fale/a
  - (22) \*Falar
  - (23) A falar
  - (24) A falar logo

Os dados de (I.a)-(I.e) apresentam a mesma característica: usar o infinitivo sozinho não gera, de forma alguma, uma diretividade.<sup>68</sup> Imaginemos um contexto em que não haja muitas informações de fundo: uma pessoa aleatória abre a porta do refeitório e profere (6) ou (10). Uma explicação, de ordem semântica, está no fato da própria grade temática exigida

---

<sup>67</sup> Usaremos os números romanos para indicar os blocos de exemplos, do mesmo modo que modelos e formalizações de estrutura usamos letras alfabéticas, e exemplos, os números arábicos.

<sup>68</sup> Um possível contraexemplo seria a marcação de um corretor ou revisor de um texto colocar em comentário ‘*Rever*’. Entretanto, entendemos como subentendido que é para rever o trecho, a palavra, a repetição, enfim, ‘*rever algo*’, mantendo nosso argumento pertinente.

pelo verbo, o que não ocorre com os gerúndios. Haverá uma confusão, pois não se saberá se há algum tipo de ordem aqui. Outro ponto: pode-se defender que, seguindo uma mudança prosódica, de forma ascendente, o ouvinte ainda fosse impelido a entender uma ordem – ou uma urgência que fosse –, mas esta modificação na pronúncia já aponta para a impossibilidade de interpretação diretiva em um contexto de proferimento *standard*.

Outra evidência que fortalece, pensando no mesmo contexto da pessoa abrindo a porta do refeitório, é que se houver a presença da preposição anterior, o entendimento diretivo é acionado, ainda que sejam incomuns no Brasil construções usando a preposição ‘a’ – tradicionalmente usual nas variantes do português que têm em seu paradigma ‘a + *infinitivo*’, e não ‘*gerúndio*’, para qualquer evento em processo. Inclusive, a forma com gerúndio seria compreendida como diretiva no mesmo contexto, o que talvez já demonstre que esta diferença afeta outros tipos sentenciais e usos, como os que estamos tratando aqui. O único conjunto de exemplos que isso é diferente é o ‘*Chegar tarde*’: dar uma ordem para alguém chegar tarde é estranho. Pelo contrário, se um amigo diz ao outro ‘*A chegar tarde*’, é um pacto para que fiquem bastante na festa e a aproveitarem até o seu fim.<sup>69</sup>

Dito isso, precisamos verificar se as mesmas sentenças (I.a)-(I.e) acima funcionam com a negação, se sua relação permite que haja qualquer tipo de interpretação diretiva. A justificativa é comparar no espectro afirmativo-negativo, se há algum tipo de restrição ou de permissão com os dados e a negação. Outro motivo é porque a diretividade não pode ser cancelada pelo elemento lexical negativo, assim como defendemos a partir dos trabalhos de Masetto (2019; 2022, no prelo), que os imperativos negativos nada mais são do que novas ordens (‘*Sai daqui*’ é a ordem de retirar-se do local, enquanto ‘*Não sai daqui*’ é a ordem de não se retirar do local).

Sobre o comportamento das formas infinitivas com a negação, é interessante adiantar que é possível haver uma diretividade com usos de ‘*negação + infinitivo*’ em PB:

---

<sup>69</sup> No modo coloquial, seria possível a construção com ‘*Bora*’: ‘*Bora chegar tarde*’.

- (II) **INFINITIVO** (negativo)
- a. **LER (O LIVRO)**  
 (25) *Não* lê/leia o livro  
 (26) \* *Não* ler o livro<sup>70</sup>  
 (27) *Não* ler  
 (28) \* *Não* a ler o livro
- b. **REFORMAR A CASA**  
 (29) *Não* reforme/a a casa  
 (30) *Não* reformar a casa  
 (31) # *Não* reformar  
 (32) \* *Não* a reformar a casa
- c. **CHEGAR TARDE**  
 (33) *Não* chegue/a tarde  
 (34) *Não* chegar tarde  
 (35) \* *Não* chegar  
 (36) \* *Não* a chegar tarde
- d. **ENCONTRAR AS CHAVES**  
 (37) *Não* encontre/a as chaves  
 (38) \* *Não* encontrar as chaves<sup>71</sup>  
 (39) \* *Não* encontrar  
 (40) \* *Não* a encontrar as chaves
- e. **FALAR**  
 (41) *Não* fale/a  
 (42) *Não* falar  
 (43) \* *Não* a falar  
 (44) \* *Não* a falar logo

Os exemplos com a negação também são gramaticais, com a carga diretiva por completo em seus usos.

Outro aspecto interessante é fazer um comparativo interlinguístico: línguas como inglês não permitem o uso de infinitivo com interpretação diretiva, enquanto espanhol e alemão têm um funcionamento parecido com o português brasileiro – dados de Rosales Sequeiros (*apud* ISAC, 2015):

---

<sup>70</sup> A sentença '*Não ler o livro*' é gramatical apenas em como resposta a uma causa: '*O que devo fazer agora?*' - '*Não ler o livro*'.

<sup>71</sup> Este exemplo é anômalo no sentido diretivo, mas não em uma troca comunicativa em que o falante oferece uma opção causal: '*Não encontrar as chaves te deixará para fora de casa*'.

**(III) INFINITIVO ESPANHOL (afirmativo)**

**(a) INTRODUCIR LA TARJETA**

(5) Introduzca<sub>(TÚ)</sub> la tarjeta  
*colocar.IMP.2PS o.DET cartão*  
'Coloque o cartão'

(6) Introducir la tarjeta  
*colocar.INF o cartão*  
'Colocar o cartão'

**(IV) INFINITIVO ESPANHOL (afirmativo)**

**(a) ENCHUFAR LA IMPRESORA**

(7) Enchufa<sub>(TÚ)</sub> la impresora  
*conectar.IMP.2PS a.DET impressora*  
'Conecta a impressora'

(8) Enchufar la impresora  
*conectar.INF a.DET impressora*  
'Conectar a impressora'

**(V) INFINITIVO ALEMÃO (afirmativo)**

**(a) HIER KLINGEN (na campanha da porta)**

(9) Kling du hier  
*tocar.IMP 2PS aqui.ADV*  
'Toque aqui (a campanha)'

(10) Hier klingen!  
*aqui.ADV tocar.INF*  
'Tocar a campanha'

O que nos traz uma outra situação: o tipo de verbo que permite a forma infinitiva, muito comum em receitas ou mesmo em manuais de instrução, o que os exemplos em (III)-(V) revelam. Logo, os infinitivos, na forma afirmativa, demonstram que funcionam como estas ordens gerais, típicas de instruções laterais de caixas ou embalagens.

Um ponto que nos chama a atenção é que, se retornarmos ao início, os verbos selecionados seriam semanticamente voltados para a realização de um evento com uma finalidade e com uma permanência temporal. Logo, é possível defender que há uma restrição de cunho semântico dos verbos em si (verbos estativos não funcionariam da mesma forma, como um 'Ser feliz' ou 'Ter um bom dia', que são, aliás, *Good Wishes*).

A contraparte negativa pode dar outros sinais. No caso das construções infinitivas, isso não acontece: do mesmo modo, os exemplos em espanhol e alemão também funcionam

na forma negativa:

(VI) **INFINITIVO ESPANHOL** (negativo)

(a) **LEER EL LIBRO**

(11) No leas<sub>(TÚ)</sub> el libro  
no.NEG read.IMP.2PS the book  
'Don't read the book'

(12) No leer el libro  
no.NEG read.INF the book  
'Don't read the book'

(VII) **INFINITIVO ALEMÃO** (negativo)

(a) **LESEN**

(13) Lies du das Buch nicht  
read.IMP 2PS the book não.NEG  
'Não faça isso'

(14) Buch lesen nicht  
the book read.INF não.NEG  
'Não ler o livro'

Estas formas são genéricas no sentido de um *addressee* direto: embora a diretividade sempre fará com que aquele que lê/escuta o proferimento aja de acordo com a vontade, perde-se o elemento do falante direto, embora seu desejo atualize os fazeres do *Ad*. Isso é possível para '*Não pisar na grama*' ou mesmo '*Não fumar nos corredores*'. De forma resumida: é possível reconstruir um falante que o profere, seja na placa para não pisar na grama ou mesmo de que não se pode fumar - um ente governamental, a lei, etc. Ainda é o seu desejo que quer atualizar no processo diretivo.<sup>72</sup>

Outro aspecto é que as formas de (II), (VI) e (VII) são formas proibitivas, principalmente na relação [NEG + V<sub>INFINITIVO</sub>]. Isso acontece em português brasileiro, alemão e espanhol. De certo modo, a diretividade não cancelada na relação com a negação demonstra que a força é a mesma dos imperativos: o engajamento do *addressee* é feito, é atualizado o desejo do falante e adicionado nos fazeres de *Ad* (modelo SWL >> V<sub>INF(p)</sub> >>

---

<sup>72</sup> Um dos membros da banca notou que existe uma semelhança entre '*Não fumar*' ou '*Não pisar na grama*' e placas como '*É proibido fumar*' ou '*Proibido fumar*'. Uma explicação para os infinitivos funcionarem como formas com interpretação diretiva seja esta de que são parte de uma construção em que há uma proibição declarada, em que o complemento apenas pode ser o infinitivo.



AdTDL, (MASETTO, no prelo)), mas que, como citamos anteriormente, tem consigo o tom genérico necessário para uma ordem que pode ser lida por qualquer um, como em advertências em embalagens, por exemplo.

Por que as formas nominais tomam o lugar do imperativo canônico, ou do imperativo morfológicamente marcado? Uma vez que "Não empilhe  $x$  Não empilhar" possuem o mesmo efeito diretivo? O argumento da polidez é válido, embora precise de mais testes.

Pensamos que é exatamente por isso porque esta forma é recorrente em manuais de instrução: por não ter um *Ad* fixo. Cada um que quiser usar o item ou preparar a receita, o fará através da leitura como se fosse a quem se destina a instrução.

Outros verbos também são possíveis em alemão e espanhol, estes mais comuns de aparecerem em instruções em corredores ou áreas públicas:

**(VIII) INFINITIVO ESPANHOL (negativo)**

**(a) FUMAR**

(15) No fumes<sub>(rú)</sub>  
não.NEG fumar.IMP.2PS  
'Não fume'

(16) No fumar  
não.NEG fumar.INF  
'Não fumar'

**(IX) INFINITIVO ALEMÃO (negativo)**

**(a) RASEN TRETEN**

(17) Tritt du nicht auf den Rasen  
pisar.IMP 2PS não.NEG na.PREP.DAT grama  
'Não pise na grama'

(18) Nicht auf den Rasen treten  
não.NEG na.PREP.DAT grama pisar.INF  
'Não pisar na grama'

Esta relação fica ainda mais relevante ao mudarmos os verbos de (I) e (II), em PB, para:

(X) **INFINITIVO** (afirmativo)

(a) **PISAR**

- (19) Pisa/e ali
- (20) \* Pisar aqui
- (21) #Pisar
- (22) A pisar

(b) **CONECTAR**

- (23) Conecte/a o cabo
- (24) Conectar o cabo
- (25) ? Conectar<sup>73</sup>
- (26) A conectar

(c) **FUMAR**

- (27) Fume/a<sup>74</sup>
- (28) \* Fumar
- (29) A fumar

E ainda mais passíveis de uso com a negação acoplada:

(XI) **INFINITIVO** (negativo)

(a) **PISAR (NA GRAMA)**

- (30) Não pise/a na grama
- (31) Não pisar na grama
- (32) Não pisar (colocado na grama)
- (33) \*Não a pisar

(b) **CONECTAR (O CABO)**

- (34) Não conecte/a o cabo
- (35) Não conectar o cabo
- (36) Não conectar (na impressora ou cabo)
- (37) \*Não a conectar

(c) **FUMAR**

- (38) Não fume/a
- (39) ? Não fumar<sup>75</sup>
- (40) \*Não a fumar

---

<sup>73</sup> Este exemplo não necessariamente é agramatical ou anômalo, mas é possível de uso após um conjunto de passos e haver um *background* compartilhado – sabe-se que é determinado cabo, não qualquer elemento na sala, por exemplo.

<sup>74</sup> A sentença imperativa é bem formada. A estranheza do exemplo está no fato moral de que é sabido que fumar faz mal à saúde, logo, não seria uma atualização de desejo socialmente viável. Porém, é possível existir, em meio a uma rodinha de jovens, um que não fume e os outros sim, proferindo ‘Fume/a’.

<sup>75</sup> O mais corriqueiro para esta proibição seria ‘Proibido fumar’, normalmente seguido da imagem de um cigarro aceso com uma linha vermelha perpassando-o.

As formas de (XI.a-c) são formas proibitivas, principalmente na relação [NEG + V<sub>INFINITIVO</sub>]. Isso acontece em português brasileiro, alemão, espanhol, e também em italiano. De certo modo, a diretividade não cancelada na relação com a negação demonstra que a força é a mesma dos imperativos: o engajamento do *addressee* é feito, é atualizado o desejo do falante e adicionado nos fazeres de *Ad* (modelo *SWL* >> V<sub>INF(p)</sub> >> *AdTDL*).

Uma questão que resta seria o motivo de uso de infinitivos e não dos imperativos em si. Antes, um adendo importante: a escolha terminológica entre não chamar as formas infinitivas de imperativo resulta de um aspecto dissociativo do fenômeno. Optamos, inclusive, de chamar as *locuções imperativas* assim, embora sua representação seja idêntica aos imperativos, por mera comodidade do trabalho ao qual nos dirigíamos – o de Masetto (2019). Entretanto, as formas nominais, dispostas no Bloco II são, por sua vez, usos não característicos delas, ficando a alcunha de *formas (não imperativas) com interpretação diretiva*.

Ainda tratando da polidez, a ausência do imperativo também recai que não é possível usar morfofonologicamente pronunciado um pronome de referência ao *addressee* – ‘*você*’, presente nas sentenças, torna-as agramaticais:

- (41) \* Você conectar o cabo
- (42) \* Conectar você o cabo
- (43) \* Você não conectar o cabo
- (44) \* Não você conectar o cabo
- (45) \* Não conectar você o cabo

O conjunto de exemplos (39)-(43) mostra que a presença do sujeito pronunciado é inviável, exatamente pelo fato de que uma forma infinitiva não pode oferecer os traços- $\phi$  necessários a este elemento-sujeito.<sup>76</sup>

Algumas hipóteses emergem: a forma infinitiva é usada quando não há um

---

<sup>76</sup> Um dos membros da banca sinalizou um contraexemplo:

(1) É para você conectar o cabo

A explicação não se modifica. A perífrase ‘*É para*’ oferece uma outra configuração sintática, diferente de (41)-(45).

*addressee* presente no contexto, não é dirigido especificamente a ninguém, mas sim a quem ler/ouvir a forma. Por isso, não cabe um ‘*você*’ aqui: não há identificação de quem cumprirá a ordem.

Outro modo de ver esta situação, agora do ponto de vista contextual, é o de que justamente porque não há como identificar o interlocutor, não usamos formas que carregam esses traços. Estas hipóteses parecem se complementar: não há por que usar um elemento de referência a alguém que não se consegue identificar.

Por fim, outra questão: como é dada a força diretiva, se não há o pacote de interface? O engajamento é dado pela FD, que faz atualizar semântica e pragmaticamente os fazeres do *addressee* a partir dos desejos do falante, não pela forma e estrutura sintática.

A origem da força, inclusive, é um pouco controversa: poderia se defender uma mudança prosódica, mas estas formas são usadas, primordialmente, para leitura em placas instrucionais.

Nossa intuição se baseia na convenção social: é tão disseminado este tipo de forma em lugares públicos, embalagens, manuais, receitas, enfim, que se interpreta como diretivo por *default*. Como o processamento semântico e pragmático da diretividade é codificada da mesma forma, logo, é ativado com tal força no ato de leitura. Pela alta recorrência, já se criou o padrão de compreendê-las diretamente.

Desse modo, a leitura diretiva é dada pelo uso e direcionamento do proferimento da forma infinitiva – que dispara a atualização, garante a seleção da *Contingência de Engajamento Contextual* e chega ao sucesso: a realização da ação *p*.

## 2. GERÚNDIOS DIRETIVOS

*“Caminhando e cantando e seguindo a canção /  
Vem vamos embora que esperar não é saber /  
Quem sabe faz a hora não espera acontecer.”  
(Pra não dizer que não falei das flores, Geraldo Vandré, 1968)*

A segunda forma nominal que trataremos é a do **gerúndio**. O gerúndio, em PB, é uma forma usual para eventos em ocorrência, não finalizados. Diferente do que se pensa, em geral, o *presente* não fala do que está ocorrendo, isso fica a cargo da forma gerundiva.

Situações como:

- (1) João está correndo
- (2) João está cozinhando
- (3) Os alunos estão fazendo prova

Os exemplos corroboram para esta afirmação: a ação está em decurso de (1)-(3).

Caso fosse o presente:

- (4) João corre
- (5) João cozinha
- (6) Os alunos fazem prova

São ações recorrentes, rotineiras, em que há repetição. Em (4), João tem o hábito, ou mesmo a capacidade, de correr. O mesmo vale para ‘cozinha’ e ‘fazem’ das outras sentenças.

Com a questão da interpretação diretiva, o gerúndio age de uma forma peculiar: é possível haver na forma afirmativa, mas não na negativa:

- (I) **GERÚNDIO** (afirmativo)
  - (a) **LER O LIVRO**
    - (7) Lendo o livro  
*ler.GER the book*  
*‘Reading the book’*
  - (b) **REFORMAR A CASA**
    - (8) Reformando a casa  
*reform.GER the house*  
*‘Reforming the house’*

- (c) **CHEGAR TARDE**  
 (9) \* Chegando tarde  
*arrive.GER late*  
*'Arriving late*
- (d) **ENCONTRAR AS CHAVES**  
 (10) Encontrando as chaves  
*find.GER the keys*  
*'Reforming the house'*
- (e) **FALAR**  
 (11) Falando  
*talk.GER*  
*'Talking'*

Os exemplos de (I) podem ocorrer em PB, mas não em inglês:

(II) **GERÚNDIO INGLÊS** (afirmativo)

- (a) **LER O LIVRO**  
 (7) \* Reading the book  
*ler.GER o livro*  
*'Lendo o livro'*
- (b) **REFORMAR A CASA**  
 (8) \* Reforming the house  
*reformar.GER a casa*  
*'Reformando a casa'*
- (c) **CHEGAR TARDE**  
 (9) \* Arriving late  
*chegar.GER tarde*  
*'Chegando tarde'*
- (d) **ENCONTRAR AS CHAVES**  
 (10) \* Finding the keys  
*encontrar.GER as chaves*  
*'Encontrando as chaves'*
- (e) **FALAR**  
 (11) \* Talking  
*falar.GER*  
*'Falando'*

Em todas as situações, o gerúndio afirmativo não é gramatical em inglês, como visto em (II.a-e).

Em espanhol ocorre o mesmo efeito que português brasileiro:

**(III) GERÚNDIO ESPANHOL (afirmativo)<sup>77</sup>**

- (a) **LEER EL LIBRO**  
(12) Leyendo el libro  
*ler.GER o livro*  
*'Lendo o livro'*
- (b) **REFORMAR LA CASA**  
(13) Reformando la casa  
*reformat.GER a casa*  
*'Reformando a casa'*
- (c) **LLEGAR TARDE**  
(14) \* Llegando tarde  
*chegar.GER tarde*  
*'Chegando tarde'*
- (d) **ENCONTRAR LAS LLAVES**  
(15) Encontrando las llaves  
*encontrando.GER as chaves*  
*'Encontrando as chaves'*
- (e) **HABLAR**  
(16) Hablando  
*falar.GER*  
*'Falando'*

Em contrapartida, na forma negativa, o gerúndio é agramatical em PB e ESP:

**(IV) GERÚNDIO (negativo)**

- (a) **LER O LIVRO**  
(17) \* Não lendo o livro  
*no.NEG read.GER the book*  
*'No reading the book'*
- (b) **REFORMAR A CASA**  
(18) \* Não reformando a casa  
*no.NEG reform.GER the house*  
*'No reforming the house'*

---

<sup>77</sup> Pedro Pablo (comunicação pessoal) nos alertou sobre a possibilidade de uso dos gerúndios em espanhol, mas apenas alguns verbos são aceitos – e ainda assim, é bem pouco usual. As situações comentadas mais corriqueiras são os contextos de sala de aula. Segundo ele, ainda seria melhor um proferimento como *'Nos vamos sentando'* [*Vamos sentando*] ou *'Nos vamos levantando'* [*Vamos levantando*], em vez de *'Sentando'* ou *'Levantando'* – talvez *'de pie'*, todos menos rudes do que um imperativo.

- (c) **CHEGAR TARDE**  
 (19) \* Não chegando tarde  
*no.NEG arrive.GER late*  
*'No arriving late'*
- (d) **ENCONTRAR AS CHAVES**  
 (20) \* Não encontrando as chaves  
*no.NEG find.GER the keys*  
*'No finding the keys'*
- (e) **FALAR**  
 (21) \* Não falando  
*no.NEG talk.GER*  
*'No talking'*

(V) **GERÚNDIO ESPANHOL** (negativo)

- (a) **LEER EL LIBRO**  
 (22) \* No leyendo el libro  
*no.NEG ler.GER the book*  
*'No reading the book'*
- (b) **REFORMAR LA CASA**  
 (23) \* No reformando la casa  
*no.NEG reform.GER the house*  
*'No reforming the house'*
- (c) **LLEGAR TARDE**  
 (24) \* No llegando tarde  
*no.NEG arrive.GER late*  
*'No arriving late'*
- (d) **ENCONTRAR LAS LLAVES**  
 (25) \* No encontrando las llaves  
*no.NEG find.GER the keys*  
*'No finding the keys'*
- (e) **HABLAR**  
 (26) \* No hablando  
*no.NEG talk.GER*  
*'No talking'*

A pergunta fica: por que é possível a forma afirmativa de gerúndio em português brasileiro e espanhol?

Estas pistas são dadas pelo trabalho de Grim-McNally (2015), no qual trabalha com as formas *-ing* da língua inglesa. Existe um ponto muito relevante para nós que é: o autor



considera que, formalmente, o gerúndio tem uma carga de evento, que permite a interpretação (nos usos que consideram auxiliar verbal) de agente (‘*Singing the song upset Mary*’, no qual quem está cantando provoca o incômodo em Mary). Esta carga de agente é trocada no uso diretivo – o agente é aquele que escuta o proferimento, ou seja, o *Ad* em questão.<sup>78</sup>

Uma hipótese que surge na discussão dos gerúndios, que eventualmente ocorrerá no capítulo referente aos participios, está no fato deles serem complementos de formas verbais imperativas.

Então, em vez de somente *gerúndios*, há:

(VI) **GERÚNDIO** (afirmativo com hipótese verbal de *estar*)

(a) **LER O LIVRO**

(27) *Esteja lendo o livro*  
*be.IMP read.GER the book*  
*‘Be reading the book’*

(b) **REFORMAR A CASA**

(28) *Esteja reformando a casa*  
*be.IMP reform.GER the house*  
*‘Be reforming the house’*

(c) **CHEGAR TARDE**

(29) \**Esteja chegando tarde*  
*be.IMP arrive.GER late*  
*‘Be arriving late’*

(d) **ENCONTRAR AS CHAVES**

(30) *Esteja encontrando as chaves*  
*be.IMP find.GER the keys*  
*‘Be reforming the house’*

(e) **FALAR**

(31) *Esteja falando*  
*be.IMP talk.GER*  
*‘Be talking’*

---

<sup>78</sup> No evento *The 26th Annual Ohio State University Congress on Hispanic and Lusophone Linguistics (26<sup>th</sup> OSUCHiLL)*, ocorrido em 24 e 25 de março de 2023, levamos para a comunicação a temática das formas nominais diretivas e fomos questionados do porquê defendíamos que o gerúndio era uma forma nominal, já que, segundo a visão de quem perguntou, esta forma não era nominal, mas sim somente verbal em português (e PB também). Até o ponto da escrita da tese, esta discussão não tem uma solução efetiva, apenas hipóteses, mas é algo a ser compreendido posteriormente.

Mas fica uma dúvida: qual o verbo imperativo?

Um verbo que é possível estar aqui, mas demanda mais testes, é o ‘*ir*’ conjugado: ‘*Vá comendo o bolo*’ ou ‘*Vá lendo o livro todo*’. É uma possibilidade forte, o que faria do gerúndio, por fim, uma forma que tem sua estrutura imperativa omitida – o que não ocorre com a forma infinitiva, como ‘*Vá reformar a casa*’ ou ‘*Vá ler o livro*’, já que o exemplo com gerúndio e o com infinitivo significam coisas distintas.

**(VII) GERÚNDIO** (afirmativo com hipótese verbal)

**(a) LER O LIVRO**

(32) *Vá lendo o livro*  
*go.IMP read.GER the book*  
*‘Go reading the book’*

**(b) REFORMAR A CASA**

(33) *Vá reformando a casa*  
*go.IMP reform.GER the house*  
*‘Go reforming the house’*

**(c) CHEGAR TARDE**

(34) \* *Vá chegando tarde*  
*go.IMP arrive.GER late*  
*‘Go arriving late’*

**(d) ENCONTRAR AS CHAVES**

(35) *Vá encontrando as chaves*  
*go.IMP find.GER the keys*  
*‘Go reforming the house’*

**(e) FALAR**

(36) *Vá falando*  
*go.IMP talk.GER*  
*‘Go talking’*

Outros usos corriqueiros de gerúndios na forma afirmativa são de abordagens policiais: ‘*Colocando a mão na cabeça*’ ou, na dispensa, ‘*Circulando*’ são muito comuns. Diferentemente dos infinitivos, a forma gerundiva não tem a polidez, ela é mais emergencial e rude, próxima ao tom de bronca. (ISAC, 2015).

Uma possível explicação para este uso seria uma deleção de um verbo imperativo. No caso de ‘*Circulando*’, que seria implicitamente o verbo *ir* no imperativo com o gerúndio

– ‘*Vá/vai circulando*’, assim como para ‘*Vá/vai comendo*’, ‘*Vá/vai falando*’, etc.

Entretanto, não é cabível este caminho argumentativo, pois, através de um verbo deletado, seriam possíveis as formas gerundivas com a negação como em ‘*Não vá comendo*’ ou ‘*Não vá falando*’, o que de fato não o é: ‘*Não falando*’ ou ‘*Não comendo*’ são agramaticais.

Ainda sobre a relação da interpretação diretiva dos gerúndios, um aspecto determinante é que a forma perde a capacidade de algo “em execução” para “executar o quanto antes” – ‘*As Soon As Possible*’ –, comprovando que há força diretiva, que engaja *Ad* e atualiza sua lista de fazeres como o falante deseja.

- (37) O João está comendo ainda
- (38) O professor está dando aula
- (39) O João não está mais correndo

A diretividade precisa modificar esta leitura do evento em curso para algo a ser feito – lembrando, uma das características da força diretiva é demandar por vias linguísticas que o mundo se modifique.

Uma característica que fica clara aqui é o *CONTROLE*, discutido no capítulo 2 do BLOCO I: tanto em situações de abordagem policial, como o ‘*Mommy-talk*’, um jeito específico de mães e responsáveis interagirem com urgência para com seus entes próximos, são bons exemplos para esta forma. Enquanto os infinitivos demonstram o elemento mais geral, mais genérico, até mais polido, com os gerúndios em interpretação diretiva há a intimação, o imediatismo completo.

A exigência de *CONTROLE* elevado, no caso aqui, hierárquico, faz-se como necessidade: *Sp* não quer que *Ad* entenda que haja alguma brecha para escolha própria, como em situações de sugestão ou conselho. Sem essa hierarquia, inclusive, temos construções agramaticais:

- (40) Cidadão para policial: #*Circulando, circulando!*
- (41) Filho para mãe: #*Comendo o bolo, vamos*

Ao imaginar a inversão dos rótulos de caixas ou dos manuais de instrução, agora, em vez de usarem a forma infinitiva, usem a forma gerundiva: no lugar de ‘*Conectar o cabo na impressora*’, esteja escrito ‘*Conectando o cabo na impressora*’,<sup>79</sup> a interpretação diretiva, neste caso, fica perdida: a forma com gerúndio é entendida, segundo nosso julgamento, é de “está acontecendo a conexão do cabo na impressora”, uma leitura do evento em seu curso, não com a diretividade de engajamento de *Ad*.

---

<sup>79</sup> Uma das poucas possibilidades de usar o *gerúndio* é através de uma oração reduzida por gerúndio – ‘*Conectando o cabo na impressora, um som tocará de notificação*’ –, no sentido de causa-consequência.

### 3. PARTICÍPIOS DIRETIVOS

“I have seen attack ships on fire in Orion’s shoulders.” (*Blade Runner, Replicant Roy*)

O terceiro conjunto nominal é o dos *particípios*.

O particípio é uma forma, de certa maneira, controversa, pois pode ter valor de adjetivo, além de sua referência temporal, por *default*, ser o passado. Esta carga pretérita deve-se ao fato de ser sempre o elemento auxiliar em construções locucionais:

- (1) João tinha **saído** antes de Maria
- (2) Eles haviam **feito** toda a tarefa

Entretanto, a forma participial é cabível como elemento com interpretação diretiva. Os exemplos a seguir permitem verificar esse fato:

- (I) **PARTICÍPIO** (afirmativo)
  - (a) **LER O LIVRO**
    - (3) \*Lido o livro
    - (4) Lido (apontando para o livro)
    - (5) Lido já! (apontando para o livro)
    - (6) # Lido logo (apontando para o livro)
  - (b) **REFORMAR A CASA**
    - (7) \* Reformada a casa
    - (8) \* Reformada (apontando para a casa)
    - (9) Reformada já! (apontando para a casa)
    - (10) Reformada logo! (apontando para a casa)
  - (c) **CHEGAR TARDE**
    - (11) \* Chegado tarde
    - (12) \* Chegado!
    - (13) \* Chegado já! (apontando para o chão)
  - (d) **ENCONTRAR AS CHAVES**
    - (14) \* Encontradas as chaves<sup>80</sup>
    - (15) \* Encontradas! (apontando para as chaves)
  - (e) **FALAR**
    - (16) \* Falado
    - (17) \* Falado já!

---

<sup>80</sup> Esta construção não é agramatical por si, mas sim consideramos a inviabilidade de uso com diretividade. É possível usar uma sentença reduzida de particípio que seja *‘Encontradas as chaves, me avise!’*.

(18) \* Falado logo!

As frases com o conjunto de verbos em (I.a-e) geram muitas dúvidas, algumas até agramaticalidades. Por outro lado, existem verbos que se encaixam muito bem com a forma participial:

(II) **PARTICÍPIO** (afirmativo)

(a) **LAVAR**

(19) Lavada (apontando para a louça na pia)

(20) Lavada já! (apontando para a louça na pia)

(21) Lavada #logo (apontando para a louça na pia)

(b) **FAZER**

(22) # Feita (apontando para a tarefa)

(23) Feita já! (apontando para a tarefa)

(24) Feita logo! (apontando para a tarefa)

Os usos em (II.a-b) apontam para uma situação de verbos com resolução de algo. As formas de participio são bem aceitas, com o imediatismo das outras formas e tipicamente dada pela força diretiva.

Por sua vez, a língua alemã apresenta formas usando o participio com interpretação diretiva, exemplos estes que também funcionam em PB:

(III) **PARTICÍPIO ALEMÃO** (afirmativo)

(25) Stillgestanden!

*permanecer parado*.PAST.PART  
'Parado!' (ØRSNES, 2020)

(26) Aufstehen!

*permanecer em pé*.PAST.PART  
'Em pé!'

Em seu texto, Ørsnes (2020) trata da possibilidade de haver, em alemão, o participio passado como elemento contendo o ato de fala diretivo sempre que em posição inicial. Ele chega à conclusão que não, mas que em determinados momentos, pragmaticamente, há uma restrição de performatividade diretiva, como trazemos nos exemplos (25)-(26).

Em se tratando do espanhol, por sua vez, a forma participial é menos usual, a menos

para situações em sala de aula ou mesmo de abordagens policiais:

(IV) **PARTICÍPIO ESPANHOL** (afirmativo)<sup>81</sup>

(27) ¡Parados!  
PAST.PART  
'Parados!'

(28) ¡Sentados!  
PAST.PART  
'Sentados!'

Os exemplos de (IV.27-28), na verdade, podem ser entendidos como construções imperativas e os participios serem os complementos: tanto (27), como (28), são facilmente parafraseados por '*Fiquem x*' – '*Fiquem parados!*' e '*Fiquem sentados!*' ('*¡Quedados parados!*' ou '*¡Quedados sentados!*').

Não é um argumento que se pode verificar tão facilmente nas outras construções: que verbo imperativo teria em '*Lavadas*'? Uma saída, aqui buscando a proposta de que, de fato, não seria um imperativo oculto, mas sim uma sentença exclamativa com elemento-*Wh* elidido, e teríamos '*Que estejam lavadas (as roupas)*' (FERREIRA, 2020). Esta saída parece justa, inclusive, para as outras formas: '*Que fiquem sentados/parados!*'. Outras formas, como as apresentadas em (I.a-e) e (II.a-b), não são usuais, nem possíveis de serem usadas no espanhol.

Tratando dos participios com interpretação diretiva, suas formas na negativa não são possíveis:

(V) **PARTICÍPIO** (negativo)

(a) **LER O LIVRO**

(29) \**Não lido o livro*

(30) \**Não lido* (apontando para o livro)

(31) \**Não lido já!* (apontando para o livro)

(b) **REFORMAR A CASA**

(32) \**Não reformada a casa*

---

<sup>81</sup> Em comunicação pessoal, Pedro Pablo, nosso informante ibérico, relatou que são muito pouco usuais as formas participiais. Ele alegou que ou usam o imperativo diretamente, ou uma construção mais polida e menos rude, como '*Es bueno que quedes parado*' ['*É bom que fique parado*'].

- (33) \* *Não* reformada (apontando para a casa)  
 (34) \* *Não* reformada já! (apontando para a casa)
- (c) **CHEGAR TARDE**  
 (35) \* *Não* chegado tarde  
 (36) \* *Não* chegado!  
 (37) \* *Não* chegado já! (apontando para o chão)
- (d) **ENCONTRAR AS CHAVES**  
 (38) \* *Não* encontradas as chaves  
 (39) \* *Não* encontradas!
- (e) **FALAR**  
 (40) \* *Não* falado  
 (41) \* *Não* falado já!
- (f) **LAVAR**  
 (42) \* *Não* lavada (apontando para a louça na pia)  
 (43) \* *Não* lavada já! (apontando para a louça na pia)  
 (44) \* *Não* lavada logo (apontando para a louça na pia)
- (g) **FAZER**  
 (45) \* *Não* feita (apontando para a tarefa)  
 (46) \* *Não* feita já! (apontando para a tarefa)  
 (47) \* *Não* feita logo! (apontando para a tarefa)

Os exemplos presentes no conjunto (V.a-g), com a presença da negação, não são possíveis de serem utilizados nesta mesma função diretiva que estamos discutindo no Bloco II, assim como os gerúndios, em PB, também não.

Outro ponto dos exemplos anteriores em (V) é o fato de que eles podem ser usados como respostas a contestações sobre o passado. Por exemplo, se alguém diz ‘*Se não tivesse chegado tarde ontem*’, e o interlocutor dizer: ‘*Chegado tarde não, muito tarde!*’. O aspecto que consideramos exemplos não são diretivos, mas podem ser gramaticais nesta disposição de palavras em outros contextos.

Seguindo a mesma lógica, o espanhol também não permite estas formas na negativa:

(VI) **PARTICÍPIO ESPANHOL** (negativo)

(48) \* ¡No                    parados!  
          *não.NEG*       PAST.PART  
          ‘*Não parados!*’

(49) \* ¡No                    sentados!





é uma *Good Wish* (que veremos não ser imperativos ou ter diretividade). Há também:

(56) # Seja alto

Ou seja, uma impossibilidade biológica.

Esta característica serve para o '*estar*', mas na situação locativa dele:

(57) Esteja aqui antes do chefe

Esta característica é mais típica da diretividade como um todo, já que o desejo do falante alcança os fazeres do ouvinte, não suas vontades próprias – ou até mesmo os limites biológicos de certas configurações do corpo, como ser mais alto, ou até mesmo ser nativo de outro país.

Dentro de nossa hipótese, por sua vez, os verbos de atividade, *accomplishment* e *achievement* teriam uma possibilidade de uso diretivo, como em:

(57) Leia o livro de Semântica

(58) Reforme a casa

(59) Encontre as chaves

(60) Fale

(61) Lave a louça

(62) Faça a tarefa

Isso se concretiza nas formas infinitivas e gerundivas, como vimos nos capítulos predecessores, não acontece com os participios: há uma restrição bem severa.

Uma hipótese seria a leitura de passado interferir na computação diretiva. Mas, se isso fosse o caso, outros casos que não exclusivamente os imperativos não poderiam veicular a força diretiva.

Uma segunda hipótese, na esteira dos verbos deletados dos infinitivos e gerúndios, é que os participios nascem de uma construção exclamativa:

(63) (*Que esteja*) lavada (apontando para a louça)

(64) (*Que esteja*) feita a tarefa (apontando para a mesa)

Mas, mesmo que elas sejam uma explicação, não faria sentido haver a restrição da forma negativa: é totalmente possível usar imperativos com negação:

(65) Não faça a tarefa agora

Todavia, uma construção de exclamativa-*Wh*, como exposto em (63)-(64), não pode receber a negação:

(66) #*Que não* esteja lavada (apontando para a louça)

(67) # *Que não* esteja feita a tarefa (apontando para a louça)

Elas são possíveis de serem proferidas apenas se a situação requer um desejo hipotético, que não é dirigido a ninguém, somente à situação:

(68) #*Que não* esteja lavada na máquina (mas sim manualmente)

(69) # *Que não* esteja feita a tarefa com caneta (mas sim a lápis)

Elas são possíveis de serem proferidas apenas se a situação requer um desejo hipotético, que não é dirigido a ninguém, somente à situação (gostaria que a lavagem da roupa fosse diferente, mas não é o que parece, ou até mesmo fazer uma tarefa que precisa de correção à caneta é o mesmo que imaginar a rasura, sendo que a lápis, por sua vez, tem a possibilidade de apagar com a borracha).

Mas (68)-(69) podem vir como um complemento do próprio uso diretivo:

(70) Feita a tarefa, e que não esteja feita com caneta

Em (70), servindo de contraexemplo, não somente a primeira parte é diretiva, como a segunda com a negação complementa a diretividade da primeira: quer a execução da tarefa imediatamente, e que tal ação siga uma regra muito rígida de qual instrumento de escrita

deve-se usar. Por conta do último exemplo, inclusive, discute-se se é melhor o verbo ‘*estar*’ ou outro, como o verbo ‘*seja*’:

- (71) (*Que seja*) feita a tarefa  
(72) (*Que seja*) lavada a roupa

Novamente, as sentenças com ‘*seja*’ não explicam o motivo da restrição da negação e do fim da força diretiva – algo que vimos no Bloco I ser impossível ocorrer dessa forma. Assim como os gerúndios, chegamos à conclusão de que é uma forma gramaticalizada: seja em espanhol, português brasileiro ou alemão, em que a ideia é a realização imediata e a forma afirmativa é mais relevante do que a negativa: embora se possa usar o imperativo nos dois modos, a forma afirmativa sempre será preferível por um falante (‘*Fique aqui*’ e ‘*Não sai daqui*’ têm consequências idênticas).

#### 4. PEDIDOS INDIRETOS, *GOOD WISHES* E *MALDIÇÕES*

"A essência das coisas é inacessível à inteligência, e não só à nossa, mas provavelmente à inteligência em geral; é, a um tempo, ininteligível e ininteligente, e a inteligência não é senão uma forma, um apêndice, um acidente." (SCHOPENHAUER, *O LIVRE ARBÍTRIO*, 2012, p. 20)

Como o objetivo principal do Bloco II é a discussão de elementos com interpretação diretiva sem serem os imperativos, os pedidos indiretos entram no pacote como uma forma a mais no dia a dia dos falantes. O principal modo é através de perguntas que envolvem a capacidade do ouvinte em executar a ação. Um caminho que percorreremos é o da discussão sobre interrogativas, a força delas e as chamadas *Unasked questions* [*Questões não-feitas*] (FARKAS & BRUCE, 2010; von FINTEL & IATRIDOU, 2017).<sup>82</sup>

A primeira motivação se dá pelo uso cotidiano elevado de perguntas como formas de pedir que o ouvinte realize alguma ação, mas seguindo um protocolo de polidez – nenhuma transmissão de conteúdo que seja por via imperativa ou diretiva como mostrada até então.

O segundo aspecto, sobre a discussão de que interrogativas têm uma exigência além da de atualizar informações por via contextual, despertou o interesse, e até mesmo que elas seriam exemplos de formas com interpretação diretiva.

Antes de prosseguirmos, vale apontar que as interrogativas, aos moldes da descrição de Dayal (2016), são tipos sentenciais divididos em três grupos principais:

- (1) João vai à festa?
- (2) Quem foi à festa?
- (3) Eu tenho cara de idiota?

O primeiro tipo, em (1), é chamado de *'yes/no questions'*, em que se pode obter somente uma resposta afirmativa ou negativa. Uma resposta que vá além extrapola as máximas griceanas de relevância e quantidade. O falante que profere (1) quer saber se *'Sim,*

---

<sup>82</sup> A segunda motivação pela seção se deu pela participação do autor em uma disciplina do MIT, em 2021, durante a pandemia, chamada *24.956 Syntax and Semantics of Questions*, ministrada por vários docentes, inclusive Kai von Fintel.

*João vai à festa*’, ou *‘Não, João não vai à festa*’. O conjunto de possibilidades é apenas {sim, não}.

Sobre o tipo de inquisitiva de (2), tem-se a necessidade de haver uma listagem dos elementos que participarão da festa, ou seja, quais argumentos preenchem o conjunto de pessoas que vão à festa. Neste caso, responder somente *‘sim/não*’ não faz sentido, pois a informação que se quer é um grupo de pessoas: o ouvinte tem que responder que *‘João, Maria, Pedro*’ vão, ou a requisição da informação não se concretiza.

Por fim, o exemplo de (3) é chamada de *‘pergunta retórica*’, ou seja, ela não requer nenhum tipo de atualização informacional, apenas é usada como um instrumento de argumentação para suscitar e tornar relevante determinado tema ou tópico, não exigindo nenhuma resposta de ninguém. O questionamento do falante em (3) segue esta linha: ele não pretende escutar do ouvinte *‘sim/não*’, apenas transmitir, via implicatura, que ele não se encaixa no conjunto dos *‘idiotas*’.

A partir do discutido, existe uma característica interessante das perguntas: a demanda por resposta. Pensamos na sentença inquisitiva e apenas nela, mas requer-se uma informação, e esta requisição vai além de algo trivial.<sup>83</sup>

Por uma questão de escopo, vamos focar no aspecto mais pragmático das questões: pedidos indiretos. Em situações de polidez, em vez de usar o imperativo, os falantes apelam para a forma que gera uma implicatura, como em:

- (4) Você me poderia passar o sal?
- (5) Você consegue fechar a porta?
- (6) Você não cala a boca não?

As duas primeiras, com verbos modais de possibilidade – *‘poderia*’ e *‘consegue*’ – , não demandam do ouvinte a confirmação ou negação desta capacidade de agir: Sp não quer que *Ad* diga ser capaz de passar o sal ou mesmo de fechar a porta. Contextos de humor

---

<sup>83</sup> Pensando sobre (1): há o falante, que quer saber se *‘João vai à festa*’, e o ouvinte a quem dirige a pergunta. Agora, imaginando que o ouvinte escutou, processou o proferimento e, ao final, simplesmente saia andando sem dar a resposta. A situação é estranha. Ao imaginar o ouvinte fazendo isso para um imperativo, apenas há o insucesso, a execução da ação não se concretiza. É possível, ainda, o ouvinte contestar *‘Você não manda em mim*’ ou alegue algo envolvendo a autoridade do falante. Com uma interrogação isso não é possível: uma contestação de autoridade ainda soa estranha, e mesmo que não se saiba da informação, existe a necessidade de que se diga *‘Não sei te dizer*’.

exploram muito este tipo de perguntas, em que se responde afirmativamente e continua fazendo o que já estava em execução, sem haver a mudança pretendida. O processamento implicatural mostra-se necessário, como já dissemos: *Ad* compreende que não é relevante para o contexto o fato de que ele atualize a informação sobre '*ser capaz de x*'; percebendo a exploração da Máxima de Relevância, a interpretação de quem proferiu quer algo distinto, e se o '*sal*' é o fator relevante, logo, esta capacidade se converte no ato de passar o recipiente contendo sal. E, além da interpretação de implicatura, por que mais é possível defender que estas perguntas sejam ordens indiretas?

Vamos retomar um pouco o que é um imperativo: uma sentença imperativa pretende que o desejo do falante passe a ser a ação que *Ad* executará. Em outras palavras, IMP demanda que *p*, o desejo presente no conjunto dos desejos do falante – *SWL* – seja o mais relevante dos fazeres do *addressee* – *AdTDL*.

Argumentamos, inclusive, que esta passagem semântico-pragmática é um fator característico da diretividade, ou seja, graças à força diretiva haverá o sucesso da interpretação linguística do imperativo e ocorrerá a atualização  $SWL_{(p)} \rightarrow AdTDL_{(p)}$ , ainda que isto não possa garantir a execução da ação – *Sp* acredita que *Ad* é capacitado, promulga a atualização de seu desejo para a lista de afazeres do ouvinte, todo o percurso interpretativo ocorre, seguindo *ASAP* e *CEC* (capítulos 1 e 2 do BLOCO I), mas a consequência, a ação em si, não se tem garantia de sua prática.

A implicatura remodela a necessidade de resposta que discutimos acima e oferece para os pedidos/ordens indiretas a interpretação diretiva tal qual os imperativos, sem precisar usá-lo e ser considerado rude. Este tipo de construção é mais compreensível de existir: a polidez a domina por completo, e se já não existe uma cultura apoiada nos usos mais objetivos, como é o caso dos imperativos, ter uma possibilidade indireta e que o resultado é o mesmo é, de fato, uma boa escolha.

Entretanto, existe uma forma indireta que pode ser ainda mais rude: ao tomarmos o exemplo (6), novamente, o falante não almeja saber se seu *Ad* tem a capacidade de '*calar a boca*' ou não, ele pretende dizer, por via irônica, outra vez, uma implicatura, que fique quieto. Se, novamente, a resposta for negativa, o imperativo é inevitável: não há por que ficar fazendo estes questionamentos indiretos para o ouvinte que, nitidamente, está falando

muito.

Logo, apelar para a noção de polidez pode ser viável, e até sensato, mas existem alguns elementos que precisam ser entendidos. No caso de (4) e (5), há construções que questionam a afirmação delas, ou seja, a capacidade de *'passar o sal'* ou *'de fechar a porta'*. Como já dissemos, *Ad* até pode se manifestar em uma resposta linguística (*'Sim'* ou *'Não'*), ou mesmo com um aceno de cabeça: o que importa é que, por vias da extrapolação da *Máxima de Qualidade*, porque *Sp* pergunta sobre algo que, sinceramente, não quer saber (a capacidade do ouvinte), além da própria *Relevância*: por qual motivo o falante iria questionar seu interlocutor sobre ser hábil ou não em passar o sal?

Outro fator linguístico importante é a presença da negação no exemplo (6): essa forma como *'Você não cala a boca?'* é nitidamente uma pergunta retórica de um falante muito irritado com a ininterrupta fala do ouvinte. Novamente, não é uma pergunta sobre a capacidade de *Ad* em ficar quieto, mas sim que entenda que é uma ordem. Esta forma com a negação é tradicionalmente cultural, quando se deseja impelir que alguém faça aquela informação retoricamente disponibilizada em forma interrogativa.

Após estes comentários, é importante frisar que a polidez não pode ser apenas um norte na análise, mas que, inevitavelmente, elementos extralinguísticos como os usos de sentenças e construções modalizadas, como é comum no Brasil, acaba afetando as escolhas linguísticas para determinados contextos.

Os exemplos de (4)-(6) demonstram isso: elas são entendidas como mais amenas do que imperativos diretos, como *'Me passa o sal'*, *'Fecha a porta'* ou *'Para de falar'*. Esta amenização tem um conjunto linguístico usual em outras línguas, como espanhol ou inglês: a forma hipotética, tipicamente o subjuntivo nas línguas românicas, enquanto o uso modal como *'would'* ou *'could'*.

Um ponto peculiar é o fato de que as sentenças inquisitivas serem mais engajadoras do que os imperativos. Repetimos que isso requer uma noção cultural por trás, se as pessoas se conhecem e têm liberdade entre si, mas uma coisa é impossível de se ir contra: linguisticamente, um elemento diretivo sempre vai engajar seu *Ad*, mesmo que a ação, no fim, não seja executada, mas ela será compreendida, interpretada e atualizada de todos os modos.



Por fim, após a interpretação implicatural da pergunta, *Ad* compreende que se trata de uma ordem – ou pedido, no caso do sal ou da porta aberta –, e, portanto, é diretivo, carregando toda a interpretação discutida nos outros capítulos do Bloco I.

Este elemento, por sua vez, não ocorre para as sentenças conhecidas como *Good Wishes*: aliás, é seu extremo oposto.

#### 4.1 FORMAS SEM FUNÇÃO IMPERATIVA

Esta seção será reservada para discutir as *Good Wishes*. Ao contrário do que foi discutido até então, as GWs têm aparência de imperativo, são similares a imperativo, mas causam uma certa polêmica sobre serem ou não imperativos; mais precisamente, se são ou não diretivas.

O primeiro de tudo é: o que são *Good Wishes*? As sentenças chamadas de GW são aquelas que são usadas com o objetivo de desejar algo bom, transmitir estimas sobre determinada situação cotidiana. Os exemplos mais tradicionais são:

- (7) Tenha um bom dia
- (8) Melhora/e (para um amigo doente)

A controvérsia das GWs está no fato de que, em um olhar mais desatento, elas têm uma estruturação sintática típica dos imperativos.

O verbo à frente de toda a construção, como em (7)-(8), aponta para dizer que são um tipo específico de sentença imperativa. A dúvida que surge é: como *Ad* executará a ação de ‘*ter um bom dia*’ ou mesmo ‘*melhorar*’? Qual é *p* que atualiza  $SWL_{(p)} \rightarrow AdTDL_{(p)}$ ?

Ao lembrarmos da discussão de Jary & Kissine (2014), em que os autores argumentam sobre o fato de um imperativo ter ‘*forma x função*’ para ser um imperativo, uma GW peca exatamente na parte da função, algo distinto do que vimos neste Bloco II, em que construções sem a forma têm diretividade (por isso não recebem o nome de imperativos, mas de formas nominais com interpretação diretiva).

Ao longo da tese já vimos vários exemplos, mas trazemos de volta ‘*Sai daqui*’: há uma forma típica, que discutimos no Bloco I seus pormenores, além da função diretiva, ou

seja, de engajamento do *addressee*. Esta é a base da relação.

O que levantamos nos capítulos anteriores demonstra que, embora sem forma, é possível haver a função diretiva através de outras construções. As formas nominais do verbo, e até mesmo as interrogativas, são exemplos deste afastamento da '*forma x função*' dos imperativos – deixando apenas aos imperativos o pacote completo. O que faz bastante sentido, por fim, chamarmos de *formas com interpretação diretiva*: não são imperativos, um imperativo deve seguir o processo de uma estrutura com sua função específica.

Retomando, e sobre as *Good Wishes*: em que ponto deste “espectro” elas se encaixam? Nosso argumento é bem direto: na de que existe forma, mas não a função diretiva.

Em '*Melhora*', o falante deseja que o ouvinte obtenha melhoras. O amigo sofreu um acidente, mas já saiu do hospital e está em casa. Ao final da visita, Sp profere (8) para *Ad*, uma possibilidade viável e usual. Mas o que *Ad* pode fazer para melhorar? Uma *GW* não determina, não delimita qual ação necessita executar: ele precisa repousar? Não mexer a perna? Tomar os remédios na hora indicada? Tudo isso junto? Esta ausência de um *p* exclusivo começa a dar uma pista da motivação de uma *GW* não ser tratada como imperativa.

Uma pequena incursão aqui: aparentemente, isso aconteceria com sentenças tipicamente imperativas, como '*Fique quieto*'. O que *Ad* precisaria executar para ficar quieto? Não falar? Talvez parar de batucar na mesa? Ou, quem sabe, parar de ficar apertando a caneta e fazendo aquele '*tic*' ininterruptamente?

De fato, com certos IMP, poderíamos ter o mesmo problema da *Good Wishes*. Entretanto, por vias contextuais, se *Ad* está falando, ou clicando a caneta, ou até mesmo batucando, este será o elemento relevante para uma ação de '*Fique quieto*'. Embora pareça que também argumentamos em favor das *GWs*, o mesmo não pode ser defendido para elas.

Em uma situação como '*Melhora*', contextualmente *Ad* saberia o que pode fazer para melhorar: tomar os remédios, repousar, não mexer a perna, etc. Porém, não é bem este tipo de reação que um ouvinte tem quando escuta a sentença:

- (9) A: Melhora  
B: Como, quer um milagre no estalar de dedos?  
A: Não, repousa e toma os remédios

*Sp* tem que deixar claro quais as ações ele deseja que *Ad* execute, vindo como uma resposta à impossibilidade de uma ação única de (auto)melhoria.

E, se formos para outros tipos de *GW*, como a questão de desejar um bom dia, fica ainda mais complicado defender esta situação da relevância contextual da ação a ser tomada: não há nada compartilhado que se possa resumir em uma tomada de ação para o dia melhorar, é algo muito pessoal.

Outro aspecto é o fato da própria necessidade dos imperativos: se um falante almeja atualizar vários desejos, ele terá que proferir vários imperativos em sequência:

(10) Pega a chave do meu carro, leva a pasta para a Maria, na volta, fala com o João e pega meu terno na lavanderia.

Em (10), temos exatamente esta listagem: '*pegar a chave do meu carro*'; '*levar a pasta para a Maria*'; '*falar com o João*'; e '*Pegar o meu terno na lavanderia*'. Se transformamos em variáveis, respectivamente, *p*, *q*, *r* e *s*, temos:

### (P) Modelo de atualização de múltiplos imperativos consecutivos

Atualização de *p* [ $SWL_{(p)} \gg IMP_{(p)} \gg AdTDL_{\{p, a, b, \dots\}}$ ]

Atualização de *q* [ $SWL_{(q)} \gg IMP_{(q)} \gg AdTDL_{\{q, p, a, b, \dots\}}$ ]

Atualização de *r* [ $SWL_{(r)} \gg IMP_{(r)} \gg AdTDL_{\{r, q, p, a, \dots\}}$ ]

Atualização de *s* [ $SWL_{(s)} \gg IMP_{(s)} \gg AdTDL_{\{s, r, q, p, \dots\}}$ ]

O esquema (P) demonstra o passo a passo: cada linha exige uma configuração da *Contingência de Engajamento Contextual*, a partir da configuração exigida por *p*, depois outra exigida por *q*, assim por diante.

Aliás, a seleção de  $CEC_{(p)}$  para o  $CEC_{(s)}$  fica cada vez mais restrita, atualização após atualização: para o sucesso de *q*, *Ad* precisa ter passado por *p*; *r*, *Ad* precisa ter passado por *p* e *q*, e assim por diante. Neste exemplo, temos uma lista de ações a serem executadas, mas

todas seguem as exigências e restrições de um imperativo, ordenadamente.

Uma dúvida pode surgir: não necessariamente o encadeamento das ações a serem executadas por *Ad* deve seguir esta listagem. Exemplos como (10), por exemplo, podem ser entendidos como uma “sugestão de sequência”, ou seja, *Sp* já elencou as prioridades, e não só, se pediu para *Ad* dessa forma, é porque algo vantajoso tem nesse percurso: é mais fácil o trânsito entre ir levar a pasta para a Maria primeiro e, só depois, pegar o terno na lavanderia. Esta ordenação, além de sugestão de *Sp*, é compreendida pela relevância das várias *CECs*.

Um outro ponto é que costumamos interpretar uma lista de imperativos como um encadeamento causal: se foi falado como em (10), devo fazer como a sequência apresentada pelo interlocutor. Obviamente, existem situações em que o respeito é estrito e necessário, como em:

(11) Pega o ônibus 5, desce no ponto B da faculdade, pergunta para o secretário sobre o documento de matrícula e procura o mural para ver o local da tua aula

Em (11) o *Ad* não pode simplesmente tentar fazer uma ação em uma ordem aleatória: antes ele precisa se dirigir para a faculdade, descer do ônibus, para aí se dirigir ao departamento e questionar sobre o documento que deseja, e após feito resolvido tudo isso, antes de ir para a aula efetivamente, saber a sala (o bloco, andar, enfim). De todos os modos, a interpretação padrão é levar em consideração um encadeamento causal-consecutivo em uma listagem como (10) e (11).

Já uma *Good Wish* não é a mesma coisa: ela não é uma lista especificada e encadeada, como em (9): aquelas perguntas do que fazer para melhorar ainda são aleatórias, não desejos do falante esclarecidas por proferimentos em sequência. Logo, uma *GW* não permite que se tenha a interpretação tal qual o esquema (**P**) ulterior, ou seja, não há como atualizar o *TDL* do *addressee*.

Um outro aspecto, também, de dizer que *GWs* não são imperativas, está no fato de, como *Ad* não sofre o engajamento, ele não é avaliado como capaz de ser agente de uma ação. Sobre as melhoras após o acidente, é cabível imaginar que aquele que escuta ‘*Melhora*’ possa agir de determinado modo – ou seguir certas prescrições – mas não somente a ação própria

permite a melhora.

Portanto, uma *GW*, além da falta de engajamento de *Ad* por falta de um – ou uma lista – de preajacentes, não é possível saber se *Ad* é capaz de ser o agente de ação – sem ação, sem agente. Neste caso, a conclusão que se chega é que as *Good Wishes* não são imperativos, por serem a contraprova semântico-pragmática de nossa proposta.<sup>84</sup>

Antes de concluirmos o capítulo, um outro comentário sobre as *GWs* faz-se necessário: existe uma saída, que Jary & Kissine (2014) e Ferreira (2020) levantam em suas obras, que é o fato de que as *GWs* não sejam, de fato, estruturas parecidas com os imperativos, mas um processo de modificação teria retirado, por uma questão de economia, os elementos que as tornariam exclamativas-*Wh*, como ‘*Que tenha um bom dia*’ ou ‘*Que melhore*’, tipicamente de construções de benfazeja e estimas de algo positivo. É muito comum, por exemplo, escutar ‘*Que Deus te abençoe!*’, no sentido quase de desejar-ordenar que Deus o faça dessa forma, o que parece ser uma comparação frutífera e que contribui, novamente, para defender que as *Good Wishes* não são imperativos.

Outro tipo de construções, totalmente opostas em significado, são o que chamaremos de *Bad Wishes (BW)*, também possível de receberem a alcunha de *Curses (Maldições)*. Ao contrário das *GWs*, as *BDs* promovem o desejo de *Sp* para que algo de ruim ocorra ao *Ad*:

- (12) Vai para o inferno
- (13) Tenha um péssimo dia
- (14) Morre

Os exemplos (12)-(14) são *BWs* clássicas. Normalmente, elas viriam logo após alguma interjeição como ‘*Ai*’ ou ‘*Nossa*’, demonstrando o descontentamento de *Sp* sobre a

---

<sup>84</sup> Um membro da banca cita que o argumento sobre não haver uma ação específica pode ser fraco, já que exemplos como os a seguir seguem uma vasta possibilidade de ações a serem tomadas:

- 1a) Termine logo sua tese!
- 1b) Como? Por milagre?

Entretanto, a resposta dada por 1.b não significa que ele não saiba que ação tomar – para terminar a tese ele necessita escrever, isto é, colocar em palavras textualmente o que estudou e sabe sobre o assunto. O “por milagre” é entendido, a nosso ver, como algo com prazo apertado, ou até mesmo “como vou escrever de algo que não sei?”, deixando claro que é necessária apenas a ação da escrita, nada mais.

situação. É possível mencionar os usos de palavrões<sup>85</sup> neste apartado:

- (15) Vai se fuder
- (16) Vai tomar no teu cu (seu filha de uma puta)
- (17) Vai ver se eu estou na esquina pelado

Nitidamente, as ofensas mencionadas em (15)-(17) não requerem que o *addressee* se dirijam a algum local específico, mas sim que o *speaker* deseja que se entenda que ele não tem estima pelo seu interlocutor, pelo contrário, que se tem ódio ou algo contra.

Portanto, assim como é possível o desejo positivo para o interlocutor, também existem as *Maldições* dirigidas através das construções de *Bad Wish*. Alguns aspectos precisam ser reforçados, e que contribuem no argumento de que, tanto *GW*, como *BW*, não são diretivos.

A primeira foi apresentada anteriormente, citando a questão de que seriam *exclamativas-Wh*: ‘*Que tenha um bom dia*’ ou ‘*Que vá se fuder*’ parecem funcionar muito bem, deixando somente para o falante toda a carga – a carga passional da situação, sem uma ação que possa ser executada por *Ad*.

Outro ponto relevante está no fato dos palavrões, de todos os tipos, estarem relacionados diretamente ao falante (POTTS, 2007; 2012; GUTZMAN, 2015), uma dimensão expressiva para além do literal, do material linguístico proferido. Esta junção se aproxima do que é um imperativo, de fato, da questão dos falantes se comprometerem com seu desejo na situação, mas no caso dos expressivos como palavrões das *Bad Wishes*, o que temos é apenas o lado do falante ativo, sem qualquer tipo de engajamento de *addressee*. A *BW* quer apenas expressar o próprio ódio ou frustração sobre o ouvinte, enquanto as *Good Wishes* o contrário, é uma estima positiva para uma melhora, para ter um dia bom, etc. Nenhuma ação é requerida por esta gama de características aqui citadas na seção.

Do mesmo modo que existem as formas sem função diretiva, as sentenças interrogativas usadas como pedidos ou ordens veladas demonstram os subterfúgios linguísticos das línguas naturais, com a intenção de equilibrar (ou pelo menos tentar) as

---

<sup>85</sup> Todos os exemplos são *menções* aos usos corriqueiros, muito tradicionais em discussões e brigas de trânsito, ou até mesmo no cenário futebolístico das arquibancadas do Brasil. Não temos a intenção de julgar quem usa tais formas, muito menos levantar uma discussão ético-moral, não cabível na presente tese.

trocas comunicativas, os diálogos cotidianos e necessidades extralinguísticas, como hierarquias, respeito, rudeza, até mesmo a liberdade entre dois falantes.

Com isso, terminamos o capítulo sobre mais uma forma de ser diretivo nas línguas, principalmente levando em conta a polidez e as faces (LEECH, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O BLOCO II focou em analisar formas e construções que carregam a força diretiva, ou melhor, recebem uma interpretação diretiva mesmo não sendo imperativos. A proposta foi analisar como, em português brasileiro, elas se dispõem, comparativamente a outras línguas, ainda que próximas no tronco linguístico.

De início, pensamos nas formas nominais do verbo: infinitivo, gerúndio e particípio.

Os infinitivos se mostraram capazes de serem usados em suas formas afirmativas e negativas, isto é, na presença de uma negação, sem muito prejuízo ou restrição. Isso se mostrou possível para espanhol, italiano e também alemão, tornando cabível defender que as formas infinitivas são para situações mais genéricas, como instruções ou receitas.

Os gerúndios, por outro lado, carregam uma distinção: suas formas afirmativas são possíveis, tanto em PB, quanto em espanhol, mas não há gramaticalidade cabível para as formas negativas nestas línguas. Em contrapartida, em inglês, o uso de gerúndios com a negação é a única possível, o que pensamos ser o caso porque a língua saxônica tem negação nominal e, de certo modo, os gerúndios são formas nominais, não verbais, assim como um uso mais comum de termos na forma gerundiva como nomes: *'writting'* para *'escrita'*, não *'escrevendo'*.

Adiante, analisamos os particípios, comparativamente entre português brasileiro, espanhol e alemão. Não é nada usual para a língua hispânica, enquanto em PB e alemão há formas específicas, tipicamente chamadas de *'Mommy-talk'*, broncas típicas maternas, que se valem deste uso. Em relação aos particípios, somente as formas afirmativas são gramaticais, e ainda há uma certa restrição semântica de que tipo de verbo é transformado e passível de ser usado nesta forma.

Outro aspecto que detectamos é, não somente para as construções participiais, mas para os gerúndios também, é que elas são aceitáveis em segundos turnos de fala, soando estranhos como abertura de comunicação. Neste sentido, embora mais rude, o imperativo ainda é a única opção para iniciar uma conversa.

As formas apontadas e analisadas durante a tese demonstram que, além dos



imperativos, é possível veicular a diretividade através de outras formas, não tradicionais para este objetivo. E que estas formas, por fim, não são exclusivas do PB – embora com suas idiossincrasias, restrições e usos mais específicos –, elas são encontradas em outras línguas.

Futuras pesquisas são necessárias para encontrar as características que envolvam e se submetam à Prosódia, e até mesmo a Sintaxe dessas formas nominais e sua estrutura profunda, elementos impossíveis de serem descritos com a limitação de espaço do presente artigo. Outra análise que pode ser feita é a de coletar dados suficientes para descrever a frequência destas formas nominais com diretividade, comparando-as aos imperativos.

Após as três formas nominais do verbo, discutimos sobre as interrogativas, em que o engajamento de *Ad* é necessário e equiparável ao de imperativos. As ordens indiretas são formas polidas de ordenar ou pedir algo, sem que se valha de uma sentença imperativa, tida como mais grosseira. Uma forma implicatural mais típica é usar construções que questionem a capacidade do *addressee* fazer alguma coisa, como ‘*Me poderia passar o sal?*’, em que não se espera a resposta ‘*Sim, poderia*’.

Ao final do capítulo, tratamos das formas que parecem imperativas, mas não tem função diretiva, as *Good Wishes*.

No contraponto, as *GWs* serviram para mostrar que a necessidade de atualização do desejo do falante para o fazer de *Ad* é passo irrevogável dos imperativos, o que não acontece com aquelas formas.

Da mesma forma, apresentamos sentenças diametralmente opostas em seus objetivos, as *Bad Wishes*, que demonstram a insatisfação e a raiva do falante perante a alguém ou alguma situação com os participantes de uma cena comunicativa.

As *BWs*, ainda que com um foco distinto das *GWs*, são idênticas no sentido de que não são diretivas, ou seja, não são imperativos, tendo apenas forma, não a função. Em ambas as formas é impossível haver apenas uma ação a ser executada, e as *Bad Wishes*, embora pareçam ter apenas uma possível ação, elas têm um funcionamento gramaticalizado como os usos daquele contexto do filho escalando a árvore e o pai proferindo o imperativo para que se caia de cabeça no chão, é uma exploração expressiva das sentenças que veiculam a interpretação de ordem ou sugestão/conselho.

Mais pesquisas relacionando *GW* e *BW* são necessárias, principalmente as que

proporcionem uma análise contrastiva entre os imperativos e itens expressivos como os palavrões (ofensas, maldições, etc).

# III

## CONCLUSÕES

## CONCLUSÃO

**“A verdadeira filosofia é a que nos ensina a conhecer a essência do mundo, elevando-nos acima dos fenômenos; não se indaga DONDE vem o mundo, nem AONDE vai, nem POR QUE existe, mas tão somente o que É”** (*Schopenhauer, LIVRE ARBÍTRIO, 2012*)

A tese perpassou por caminhos e traços que compõem o que é o imperativo em português brasileiro, como a proposta teórico-metodológica de descrição do objeto, trazida no BLOCO I, dividido em três capítulos, em que se abordou respectivamente noções semânticas, pragmáticas e sintáticas. Esta foi uma escolha expositiva, pois a interpretação do fenômeno ocorre simultaneamente em todos os campos da interface proposta ao ser proferido um imperativo.

Em seguida, trouxemos a discussão na Semântica, de ordem formal, para tratar os imperativos. Neste capítulo, fizemos atualizações necessárias de outros trabalhos, além de aperfeiçoamentos que, como pudemos argumentar, são oportunos: o caso de que, na verdade, o falante não quer atualizar o seu *To-Do-List* e o do *Ad*, mas sim seus desejos. Logo, percebemos que a atualização de *p* ocorre do conjunto de desejos do falante – *Speaker Wishlist* ou *SWL* – para o conjunto de fazeres do *addressee* – *Addressee's To-Do-List* ou *AdTDL*.

Com a atualização feita, o engajamento de *Ad* para que ele seja o executor da ação no período ‘*o quanto antes*’ se concretiza. Ainda na Semântica, pudemos comprovar que a força diretiva dos imperativos não se cancela pelo fato de que, em vez da negação recair sobre a força ou a sentença, ela é demanda do próprio *p* presente no *SWL* – no caso, o falante almeja que ‘*Ad execute p*’, ou sua forma negativa, ‘*Ad execute ¬p*’. Esta proposta explica o fenômeno da manutenção da diretividade em situações como ‘*Sai daqui*’ x ‘*Não sai daqui*’. Como apresentamos, não é possível uma não-coisa promover alguma mudança no mundo, logo, tanto para as formas afirmativas, quanto negativas, sempre haverá uma contraparte afirmativa (e a presença da negação somente irá contribuir para a interpretação de proibição ou restrição).

No capítulo seguinte, discutimos os elementos pragmáticos dos imperativos: a questão da necessidade do engajamento de *Ad*, a contingência para que o proferimento seja viável – se *Ad* é capacitado para executar a ação o quanto antes, pelo menos na visão do falante (no que ele acredita, não na efetividade perlocucionária).

Neste ponto, argumentamos que um imperativo depende diretamente do contexto de seu proferimento, da relevância da situação para selecionar o *addressee*, comunicá-lo e atualizá-lo. Para isso, o conjunto do contexto, ou *Contingência de Engajamento Contextual (CEC)*, faz uma seleção em que o existe um *Ad* para executar a ação, além de ele ser capacitado para tanto. Esta seleção contextual aponta para a maximização da situação alcançar o sucesso – a ação ser realizada pelo ouvinte o quanto antes.

Ainda na parte pragmática, tratamos de mostrar um percurso interpretativo para a realização desta ação pretendida pelo falante. Os esquemas interpretativos servem como um guia relevante e objetivo do que aquele que escuta um imperativo deve fazer em seguida.

Por fim, discutimos a questão da interpretação aproximativa *As-Soon-As-Possible* e a questão do comprometimento do falante – o *I don't care*-teste. Para ambos, vimos ser da alçada pragmática, já que o *ASAP* é uma implicatura gerada – e passível de cancelamento como outro tipo implicatural. A gramaticalização disso fortalece o motivo de um ouvinte entender que precisa executar a ação pretendida pelo imperativo o mais rápido possível, e mesmo quando há construções temporais, é o quanto antes do tempo que estas formas sugerem.

Antes de terminar, ainda aventamos uma discussão sobre *CONTROLE*, uma motivação para explicar porque certos tipos de verbo (estativos, em sua maioria) não funcionam como imperativos: neste sentido, o falante o profere sabendo que o verbo é um em que seu desejo pode gerar um engajamento para a ação ser executada, logo, ele tem controle sobre o ouvinte – o que costumeiramente chamamos de hierarquia ou relações sociais, e como soa estranho um funcionário proferindo *IMP* para seu chefe, ou o filho para os pais.

No capítulo 2, também, trouxemos a parte da estrutura sobre a natureza do *addressee* e a questão de os sujeitos dos imperativos poderem ou não vir pronunciados. De início, *Ad* é aquele que está contextualmente envolvido com o proferimento, a quem se dirige

o proferimento imperativo, sendo impossível alguém externo à cena comunicativa executar a ação – se um professor grita para a sala *'ficar quieta'*, quem está fora da sala não precisa executar a ação.

Na parte sintática, adotamos a abordagem da *Cartografia Sintática*, originária de Guglielmo Cinque, em que a proposta minimalista de Noam Chomsky é ampliada para nós funcionais, com vários traços respectivos e específicos na estrutura arbórea. Desse modo, pudemos comprovar os traços- $\phi$  necessários para um imperativo: o primeiro, o *irrealis*, já que a ação ocorre em um mundo possível projetado diretamente do mundo do proferimento; a *futuridade*, que diferente de *futuro*, é o que rege temporalmente a interpretação imperativa para o *'o quanto antes'*, ou, como trouxemos, através do teste *'As Soon As Possible'*; e a *diretividade*, por sua vez, é o último traço a ser valorado, que determina a força que promove o engajamento do *addressee* e a atualização dos seus fazeres. Dessa forma, ainda na Sintaxe, o imperativo promoveria o movimento do verbo de sua origem até a parte superior, nuclearmente, valorando os traços respectivamente nos nós *MoodIrrealisP*, *AspectProximativeP* e *MoodSpeechAchP*.

Na porção mais alta da estrutura, argumentamos existir, para línguas com *True-imperative*, o nó *ImperativeP*, enquanto para as línguas da outra ordem, a de *Suppletive-imperative*, como é o caso do português brasileiro, há *ForceP*. Esta seleção se mostra frutífera, já que as restrições sintáticas dadas pelas línguas do primeiro tipo são explicadas pela existência de um nó específico dos imperativos, que determina a sentença ser um imperativo, no caso, enquanto as restrições não são passíveis de ocorrer exatamente por não ter esta estrutura com *ImperativeP*, mas sim com a determinação de apoio da sentença em questão. Este ponto, inclusive, é o que gerou e promoveu todos os argumentos para o tópico dos sujeitos pronunciados.

Por conta disso, o *addressee* pode ser sempre tratado como um indexical de segunda pessoa, seja do singular, ou plural, pois é sempre o ouvinte de referência direta que é resgatado com o termo *'você(s)'*. Esta é a interpretação *default* dos imperativos, sempre a 2ª pessoa referenciada. Entretanto, é possível haver momentos em que o proferimento traz morfofonologicamente pronunciado este *'você(s)'*, e existem regiões em que são preferíveis para os pronomes se acomodarem. No capítulo, demonstramos as motivações sintáticas

respectivas sobre sua posição, e trouxemos o argumento das línguas *T-imp* e *Supp-imp* para entender a permissão de PB ter a ordem [*Você + V*], ou até mesmo [*Você + NEG + V*], impossível em línguas como espanhol, inglês ou alemão. Como resultado, analisamos e chegamos à conclusão de que as restrições de línguas com *True-imperative* são dadas para que os sujeitos fiquem abaixo do verbo na hierarquia, algo dado pelo *ImperativeP*, enquanto línguas sem este nó, como é PB, a restrição não existe.

Um levantamento de duas propostas teóricas sobre sujeitos foi feito, e a escolha ficou com aquela que já está estabilizada no campo da Cartografia, fazendo mais sentido a adoção de algo mais simplificado – e que consegue explicar o fenômeno de modo convincente. Portanto, abandonamos qualquer possibilidade de ser um nó funcional *JussiveP*, de R. Zanuttini, e adotamos a distinção *SubjP* e *AgrSP*, de S. Quarezemin (2017; 2020).

Por fim, no BLOCO II, lidamos com a questão de que existem outras formas que veiculam a diretividade, mas que não são os imperativos, pois estes precisam da junção intrínseca entre '*forma x função*': para tal, tratamos das formas nominais do verbo, como *infinitivo*, *gerúndio* e *particípio*, suas limitações – forma afirmativa e negativa –, comparando-as com outras línguas e suas possibilidades. Chegamos à conclusão de que a forma infinitiva é mais vasta, possível de ser usada nas duas formas, com e sem negação, não somente em português brasileiro, como também em espanhol e alemão.

Por sua vez, o gerúndio é restrito, sendo possível somente na forma afirmativa, tanto em PB, quanto espanhol. Em inglês, por outro lado, somente é possível a forma negativa, exatamente pelo fato de a língua ter uma negação distintiva entre porção nominal e verbal, algo que não ocorre em línguas latinas – '*writing*' não significa '*escrevendo*', mas sim, '*escrita*'.

Sobre as formas participiais, percebemos que somente a forma afirmativa é possível, e que é mais restrito seus usos, e até mesmo os verbos que permitem esta construção, seja em português brasileiro, espanhol ou, inclusive, alemão. Sua forma negativa é totalmente agramatical em todas as línguas comparadas.

Uma breve incursão sobre o fato de que interrogativas são usadas como pedidos indiretos, e como elas, por vias implicaturais se servem para veicular diretividade, já que não

exigem uma resposta sobre a capacidade ou não de executarem a ação, mas sim para que as executem.

No capítulo 4 ainda, tratou-se do elemento oposto: uma forma que aparentemente é um imperativo e que, segundo pudemos mostrar, fica ausente de sua função, que são as *Good Wishes*. A eliminação das *GWs* como imperativos se apresenta porque elas não são capazes de atualizar apenas uma ação a ser executada pelo *addressee*, como é o padrão semântico-pragmático da sentença em voga, restando somente o desejo do falante, sem o engajamento necessário de seu ouvinte.

Por fim, as *GWs* foram confrontadas com suas versões ofensivas e de mal-dizer, as *Bad Wishes*, demonstrando que o uso, tal qual da irmã positiva, tem o mesmo fim: formas que parecem, mas não são imperativas – nem diretivas. Em ambas, aliás, apenas o desejo do falante está em cena, não havendo qualquer atualização das listas dos afazeres do *addressee*.

A tese, por fim, propôs-se a descrever e analisar as formas diretivas em português brasileiro e as peças que as compõem

O texto seguiu uma lógica para tentar assegurar situações macros – o porquê existe a referência direta aos imperativos, quando se pensa e discute sobre a força diretiva nas línguas, tratada no BLOCO I todo, e seus pormenores dos campos. Chegamos à conclusão de que as línguas propiciam uma especificidade para estas sentenças, sendo elas consideradas, inclusive, universais – ao lado das interrogativas e das declarativas.

Por outro lado, não é apenas via imperativo que se pode veicular a diretividade. Tendo isso em mente, o BLOCO II focou-se em apenas descrever estas formas e construções não-imperativas, uma alcunha dada apenas para o material linguístico que carrega simultaneamente *forma e função*.

Neste bloco, percebemos que é possível proferir diretividade através de outras formas, cabíveis e com restrições e permissões próprias, como o caso de infinitivos, gerúndios, participípios e até perguntas com implicatura – os pedidos indiretos.

Ainda há pontos que não foram tratados por questão de escopo, como a realização prosódica dos imperativos, ou até mesmo a relação de interface da negação com os imperativos, ou mesmo a relação de elementos expressivos com a diretividade, que por si



só, já são outros trabalhos grandiosos. Por conta disso, a tese focou-se em descrever e observar o fenômeno, sempre deixando o convite para desdobramentos oportunos no futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ØRSNES, Bjarne. **On the performative use of the past participle in German.** *Journal of Germanic Linguistics*, v. 32, n. 4, p. 335-419, 2020;

ANTUNES, Roger Alfredo de Marci Rodrigues. O aumentativo como expressão de hierarquia na língua tukano: uma análise semântico-pragmática. 2021. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14929>.

AMBAR, Manuela. **Wh-asymmetries.** *Asymmetry in grammar.* Ed. A. M. Di Sciullo, p. 209–249. Amsterdam: John Benjamins, 2003;

BASSO, Renato Miguel. **Telicidade e detelicização.** *Revista Letras*, v. 72, 2007;

BEIJER, Fabian. **The syntax and pragmatics of exclamations and other expressive/emotional utterances.** *Working Papers in Linguistics*, v. 2, p. 1-21, 2002;

CAVALCANTE, R. **Imperativos negativos em português e outras línguas românicas.** (2011)

CAVALCANTE, Rérisson; PAIVA, Higor M. **Imperativos pretéritos no português brasileiro.** *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* [online]. 2020, v. 36, n. 1 [Accessed on 3 de julho de 2021], 2020360109. Available at: <https://doi.org/10.1590/1678-460X2020360109>;

CINQUE, Guiglelmo. **Adverbs and functional heads: A cross-linguistic perspective.** Oxford University Press on Demand, 1999;

CHOMSKY, N. **Sobre a representação de forma e função.** 1981.

CHOMSKY, N; LIGHTFOOT, DW **Estruturas sintáticas.** Walter de Gruyter, 2002;

CONDORAVDI, Cleo; LAUER, Sven. **Imperatives: Meaning and illocutionary force.** *Empirical issues in syntax and semantics*, v. 9, p. 37-58, 2012;

DAYAL, Veeneta. **Questions.** Imprensa da Universidade de Oxford. 2016;

DE OLIVEIRA, Manfredo Araújo. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea.** Edições Loyola, 1996;

DELFITTO, Denis; FIORIN, Gaetano. **Exclamatives: Issues of syntax logical form and interpretation.** *Lingua*, 152, 1–20, 2014;

DONATI, C. **Sintassi.** Regole e struttura. Il mulino, 2008.

FARKAS, Donka F.; BRUCE, Kim B. **On reacting to assertions and polar questions**. Journal of semantics, v. 27, n. 1, p. 81-118, 2010;

FERREIRA, Bruno. A cartografia das exclamativas-wh em português brasileiro: categorias e hierarquias. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 2020;

GRIM-MCNALLY, Arielle Katherine. **Reusing and updating preconditioners for sequences of matrices**. Tese de Doutorado. Virginia Tech. 2015;

GUTZMANN, Daniel. **Use-conditional meaning: Studies in multidimensional semantics**. Oxford: Oxford University Press. DOI: 10.1093/acprof:oso/9780198723820.001.0001, 2015;

HAN, Chung-hye. **The structure and interpretation of imperatives: mood and force in Universal Grammar**. Psychology Press, 2000;

ISAC, Daniela. **The morphosyntax of imperatives**. OUP Oxford, 2015;

JARY, Mark; KISSINE, Mikhail. **Imperatives**. Imprensa da Universidade de Cambridge, 2014;

KAYNE, Richard. **Movement and silence**. Oxford University Press, 2005;

KAUFMANN, Magdalena. **Embedded imperatives across languages: Too rare to expect, too frequent to ban**. In: Talk presented at the Colloquium Stony Brook. 2014;

\_\_\_\_. **Imperatives as linguistic clause types**. 2019;

KLECHA, Peter. **Modifiers of Modal Auxiliaries: New Sources for Ordering**. In: LSA Annual Meeting Extended Abstracts. p. 21-1-5. 2013;

KRATZER, Angelika. **Modals and Conditionals: New perspectives and revised**. Oxford University Press, 2012;

\_\_\_\_. **Chasing hook: Quantified indicative conditionals**. Conditionals, Probability, and Paradox: Themes from the Philosophy of Dorothy Edgington, 2015;

LEECH, Geoffrey N. **Principles of pragmatics**. Routledge, 2016;

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. Trad. Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins, 2007;

MASETTO, Yan. **Leia esta dissertação: descrição e análise de imperativos na interface sintaxe, semântica e pragmática**. Dissertação de Mestrado. 2019;

MASETTO, Yan; CONDE, Cleber; PEREIRA, Gabrielli. **Imperativos negativos (alguns comentários e apontamentos)**. In: Revista Linguística Rio, Vol. 8 Núm. 1 - março-junho, p. 253-267. 2023;

MASETTO, Yan; LAZZARINI, Fernanda Squassoni; CONDE, Cleber. **A relação temporal dos imperativos com as ILCS e ILUS**. In: CARDOSO, RM; GABRIEL, R.; GUIMARÃES, RE; LEBLER, CDC; SOSTER, DA (Org.). Tendências contemporâneas na pesquisa em linguística: Sul Letras. 1a Edição: Campinas: Pontes Editora, volume 1, v. 1, p. 144-156. 2019;

MASTOP, Rosja. **What Can you Do? Imperative Mood in Semantic Theory**. ILLC. Amsterdam: Amsterdam University. 2005;

\_\_\_\_\_. **Imperatives as semantic primitives**. Linguistics and Philosophy 34(4): 305–340. 2011;

MICHAELIS, Laura. **Exclamative constructions**. Language typology and universals: an international handbook, Martin Haspelmath et al. (eds.), 1038-1050. Berlin: de Gruyter, 2001;

MIRANDA, Luma. **Estudo fonético-perceptivo da entoação de enunciados assertivos, interrogativos e exclamativos no português do Brasil**. Uma análise multimodal. Federal University of Rio de Janeiro, 2019;

MÓIA, Telmo; VIOTTI, Evani. **Differences and similarities between European and Brazilian Portuguese in the use of the «gerúndio»**. Journal of Portuguese Linguistics, v. 3, n. 1, 2004;

NOUWEN, Rick; CHERNILOVSKAYA, Ana. **Two types of exclamatives**. Linguistic Variation, 15(2). 201–224, 2015;

ODA, Toshiko. **Degree constructions in Japanese**. PhD dissertation. University of Connecticut, 2008;

PINHEIRO, Christine da Silva. **Small Clauses Livres: bem diferentes, essas sentenças!** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2019;

PORTNER, Paul. **The semantics of imperatives within a theory of clause types**. In: Semantics and linguistic theory. p. 235-252. 2004;

\_\_\_\_\_. **Imperative mood**. In: Talk given at Workshop on Nonveridical Expressions and Subjectivity in Language, University of Chicago. 2015.

PORTNER, Paul; PAK, Mio; ZANUTTINI, Rafaella. **Speaker-addressee relation in imperatives**. WAFL, v. 14, 2019.

PORTNER, Paul; RUBINSTEIN, Aynat. **Desire, belief, and semantic composition: variation in mood selection with desire predicates**. *Natural Language Semantics*, v. 28, n. 4, p. 343-393, 2020.

POTTS, Christopher. **The expressive dimension**. 2007;

\_\_\_\_\_. **Conventional implicature and expressive content**. In: 94, Volume 3. De Gruyter Mouton. p. 2516-2536. 2012;

QUAREZEMIN, Sandra. **A arquitetura da sentença no Português Brasileiro: considerações sobre Sujeito e Tópico**. *Revista Letras*, v. 96, 2017;

\_\_\_\_\_. **Um novo olhar sobre as sentenças com redobro em português brasileiro**. *Revista da Anpoll*, v. 1, n. 48, p. 52-63, 2019;

RETT, Jessica. **Degree Modification in Natural Language**. Tese (Doutorado) - Rutgers University, 2008a;

\_\_\_\_\_. **Exclamatives, degrees and speech acts**. *Linguistics e Philosophy*, 34(5): 411-442, 2011;

RIVERO, Maria Luisa. **Clause structure and V-movement in the languages of the Balkans**. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 12, n. 1, p. 63-120, 1994;

RIVERO, María. Luísa.; TERZI, A. **Imperatives, V-movement and logical mood**. *Journal of linguistics*, v. 31, n. 2, p. 301-332, 1995.

RIZZI, Luigi. **The fine structure of the left periphery**. In: *Elements of grammar*. Springer, Dordrecht, p. 281-337. 1997;

\_\_\_\_\_. **Comparative syntax and language acquisition**. Routledge, 2003.

ROSENGREN, Inger. **Thethetic/categorical distinction revisited once more**. 1997;

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *et al.* **Reflexões sobre o imperativo em português**. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 23, n. SPE, pág. 193-241, 2007;

SCHERRE, Maria Marta Pereira; CARDOSO, Daisy Bárbara Borges; LUNGUINHO, Marcus Vinícius da Silva. **O imperativo gramatical no português brasileiro: uma discussão translingüística**. Em: *Annals of the IV International Abralín Congress*. Brasília: UNB. p. 503-9, 2005;

TESCARI NETO, Aquiles. **AdvPs de aspecto habitual como modalizadores inerentes: um estudo translingüístico**. 2008;

\_\_\_\_\_. TESCARI NETO, Aquiles. **“Adverbs and functional heads” twenty years**

**later: cartographic methodology, verb raising and macro/micro-variation.** *The Linguistic Review*, v. 39, n. 2, p. 293-331, 2022;

VILLALBA, Xavier. **An exceptional exclamative sentence type in Romance.** *Lingua*, 113, p.713–745, 2003;

von FINTEL, Kai; HEIM, Irene. **Intensional semantics.** Unpublished lecture notes, 2020;

von FINTEL, Kai; IATRIDOU, Sabine. **A modest proposal for the meaning of imperatives.** *Modality across syntactic categories*, v. 288, p. 319, 2017;

ZANUTTINI, R.; PAK, M.; PORTNER, P. **A syntactic analysis of interpretive restrictions on imperative, promissive, and exhortative subjects.** In: *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 30, n. 4, p. 1231-1274, 2012;

ZANUTTINI, Rafaella; PORTNER, Paul. **Exclamative clauses: At the syntax-semantics interface.** *Language*, 79, 39–81, 2003;

ZENDRON DA CUNHA, Karina. **Sentenças exclamativas em Português Brasileiro: um estudo experimental de interface.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.